

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**  
**TECNOLÓGICO**  
**COORDENADORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**TOBIAS SPAGNOLO**

**A ESCOLA E O BAIRRO:**  
**O PAPEL DA ESCOLA PADRE JOSUÉ BARDIN NA CONSTRUÇÃO DA**  
**IDENTIDADE DOS MORADORES DO BAIRRO SÃO JOÃO BOSCO**  
**1982 – 1993**

**CAXIAS DO SUL**  
**2015**

**TOBIAS SPAGNOLO**

**A ESCOLA E O BAIRRO:  
O PAPEL DA ESCOLA PADRE JOSUÉ BARDIN NA CONSTRUÇÃO DA  
IDENTIDADE DOS MORADORES DO BAIRRO SÃO JOÃO BOSCO  
1982 – 1993**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História - Mestrado Profissional da Universidade de Caxias do Sul, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora Profa. Dra. Eliana Gasparini Xerri

**CAXIAS DO SUL**

**2015**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Universidade de Caxias do Sul  
UCS - BICE - Processamento Técnico

S733e Spagnolo, Tobias, 1987-

A escola e o bairro : o papel da escola Padre Josué Bardin na construção da identidade dos moradores do bairro São João Bosco 1982-1993 / Tobias Spagnolo. – 2015.

117 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Mestrado em História, 2015.

Orientação: Profa. Dra. Eliana Gasparini Xerri.

1. História - Estudo e ensino. 2. História. 3. Escolas - Nova Prata (RS). 4. Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Josué Bardin. 5. Cidades e vilas - Nova Prata (RS). 6. Bairro São João Bosco. I. Título.

CDU 2. ed.: 37.016:94

Índice para o catálogo sistemático:

1. História - Estudo e ensino	37.016:94
2. História	94
3. Escolas - Nova Prata (RS)	373(816.5)
4. Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Josué Bardin	373.3(816.5)
5. Cidades e vilas - Nova Prata (RS)	911.375.64(816.5)
6. São João Bosco (Nova Prata, RS)	911.375.64(816.5)

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária  
Paula Fernanda Fedatto Leal – CRB 10/2291

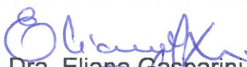
# **A ESCOLA E O BAIRRO: O PAPEL DA ESCOLA PADRE JOSUÉ BARDIN NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS MORADORES DO BAIRRO SÃO JOÃO BOSCO 1982 – 1993**

***Tobias Spagnolo***


Trabalho de Conclusão de Mestrado submetido à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração: Ensino de História: Fontes e Linguagens. Linha de Pesquisa: Linguagens e Cultura no Ensino de História

Caxias do Sul, 28 de setembro de 2015.

## **Banca Examinadora:**

  
Dra. Eliana Gasparini Xerri  
Universidade de Caxias do Sul

  
Dr. Marcos Villela Pereira  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

  
Dra. Vânia Beatriz Merlotti Herédia  
Universidade de Caxias do Sul

## **Agradecimentos**

Gostaria de agradecer primeiramente aos meus familiares, a minha mãe Dalva Lúcia Bisato Spagnolo (*in memoriam*), a meu pai Nelson Spagnolo e a meus Irmãos Júlio David Spagnolo e, em especial, a Carla Spagnolo que muito me ajudou e aconselhou durante esse período.

Também quero agradecer aos professores da Universidade de Caxias do Sul, Daysi Lange, Eliana Rela, Roberto Radünz, Maria Beatriz Pinheiro Machado, Cristine Fortes Lia, Katani Maria Nascimento Monteiro, Luiza Horn Iotti, Vânia Beatriz Merlotti Heredia e Eliana Gasparini Xerri que contribuíram para o meu crescimento pessoal e como pesquisador.

Agradeço a minha orientadora, professora doutora Eliana Gasparini Xerri, pelos seus ensinamentos, dedicação, paciência, estímulo e conselhos que tanto me ajudaram durante os dois anos de trabalho árduo. Com certeza sua colaboração e incentivo foram essenciais para a elaboração desta dissertação.

Aos meus amigos e colegas agradeço imensamente pela colaboração e compreensão. Especialmente a Cassiane Bechelin e Izabel Durlí Menin que, além de amigas e colegas, se tornaram confidentes, me incentivando em todos os momentos, compartilhando inseguranças, medos e, acima de tudo, conquistas.

À Secretaria Municipal de Educação de Nova Prata e à Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Josué Bardin que sempre colaboraram para que eu pudesse desenvolver essa pesquisa. Também quero agradecer à direção e aos colegas do Colégio Estadual Ângelo Mônaco pela compreensão durante este período.

Por fim, agradeço a todos que contribuíram para a realização deste trabalho, nominados ou não. O auxílio de vocês foi fundamental para a realização dessa dissertação.

Muito obrigado!

## RESUMO

O ensino de história tem papel relevante na construção da identidade do sujeito, ao estimular sua criticidade, partindo de uma reflexão de natureza histórica. Assim, ao pensar sobre a função da escola juntamente com a sua interação na sociedade, a escola possui uma significação própria pelo contexto existente no bairro, mesmo sendo uma instituição pública, com legislação e estrutura advinda do poder externo. Percebendo a significativa função social exercida pela escola, esse trabalho tem por objetivo examinar a construção da identidade dos moradores do Bairro São João Bosco – PROMORAR, localizado no município de Nova Prata, Rio Grande do Sul, Brasil. O bairro surge na década de mil novecentos e oitenta com a necessidade de amenizar os problemas de habitação da parcela carente da população da cidade. Concomitante com o nascimento do Bairro, têm início as atividades na Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Josué Bardin, no ano de mil novecentos e oitenta e três, para atender as crianças desta localidade.

**Palavras-chave:** Identidade. Bairro. Escola. Ensino. História.

## ABSTRACT

The teaching of history has relevant subject's identity construction role, by stimulating subject's criticality starting from a reflection of historic nature. Thus, thinking about the function of the school together with subject's interaction in society, the school gets an own meaning by the context that exists in the neighbourhood, even though a public institution, with legislation and structure arising from the external power. Realizing the significative social function exercised by the school, this project aims at examine the construction of identity for local residents of São João Bosco - PROMORAR neighbourhood located in Nova Prata city, Rio Grande do Sul, Brasil. The neighbourhood arises in the 80's with the necessity of soften the housing problems of the lacking portion of the city's population. Concomitant with the neighbourhood's rising there is the beginning of the activities at Padre Josué Bardin Municipal College in the year of one thousand nine hundred and eight three, to attend the children from that location.

**Keywords:** Identity. Neighbourhood. School. Teaching. History.

## LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

TABELA 1:	Tabela populacional da Cidade de Nova Prata .....	20
TABELA 2:	Dados gerais das escolas municipais - 1991.....	57
TABELA 3:	Cronograma .....	78



## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1:	Mapa de Nova Prata no ano de sua emancipação, 1924.....	19
FIGURA 2:	Mapa atual de Nova Prata.....	20
FIGURA 3:	Foto do primeiro núcleo habitacional da cidade de Nova Prata...	23
FIGURA 4:	Foto do Bairro PROMORAR.....	25
FIGURA 5:	Projeto de casa geminada do núcleo habitacional PROMORAR.	29
FIGURA 6:	Lei Municipal N° 421/99 de 15 de julho de 1999.....	33
FIGURA 7:	Inauguração do Colégio Nossa Senhora Aparecida em 19 de novembro de 1944.....	48
FIGURA 8:	Bloco da Escola PROMORAR, construído em 1983.....	51
FIGURA 9:	Planta da Escola no ano de 1989.....	63
FIGURA 10:	Estudantes durante a oficina.....	80
FIGURA 11:	Estudantes em saída a campo.....	81
FIGURA 12:	Portão de entrada da ABEN.....	84
FIGURA 13:	Foto aérea do Bairro São João Bosco.....	85
FIGURA 14:	Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Josué Bardin...	87
FIGURA 15:	Foto aérea do Bairro São João Bosco.....	88
FIGURA 16:	Foto do Bairro São João Bosco.....	90
FIGURA 17:	Foto do Bairro Citadella.....	90
FIGURA 18:	Foto de lixeira no Bairro São João Bosco.....	91
FIGURA 19:	Foto da praça do Bairro São João Bosco.....	93
FIGURA 20:	Foto aérea do Bairro São João Bosco.....	93

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1 “EU NÃO DEIXO DE CHAMAR DE PROMORAR”: A CONSTRUÇÃO FÍSICA E CULTURAL DO BAIRRO SÃO JOÃO BOSCO.....</b>	<b>16</b>
1.1 NOVA PRATA 1924 -1983: HABITAÇÃO E EDUCAÇÃO.....	16
1.2 SURGE O PROMORAR.....	25
1.3 A CONSTRUÇÃO DAS CASAS: O BAIRRO GANHA FORMA.....	28
1.4 OS MORADORES.....	35
1.5 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS MORADORES.....	38
<b>2 “EU ACHO QUE A ESCOLA TEM EXTREMA IMPORTÂNCIA, EXTREMA IMPORTÂNCIA MESMO”.....</b>	<b>47</b>
2.1 A FUNÇÃO DA ESCOLA E SUA INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE.....	47
2.2 A ESCOLA E A FORMAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO NO BRASIL.....	51
2.3 A ESCOLA DO LUGAR E O LUGAR DA ESCOLA.....	56
2.4 DÉCADA DE 1990: A ESCOLA, AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E A CONSTITUIÇÃO DE 1988.....	63
<b>3 “ÀS VEZES FICAM CHAMANDO O BAIRRO SÃO JOÃO BOSCO DE ‘VILA’, ESTAS PESSOAS DEVEM PARAR DE FALAR ESTAS COISAS, NOSSO BAIRRO É UM BAIRRO COMO QUALQUER OUTRO”.....</b>	<b>73</b>
3.1 CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E IDENTIDADE.....	73
3.2 NOSSO OLHAR: ESCRIVENDO A HISTÓRIA ATRAVÉS DA FOTOGRAFIA.....	78
3.3 ANALISANDO IMAGENS, PRODUZINDO HISTÓRIA.....	83
3.4 VISÕES SOBRE O BAIRRO: A HISTÓRIA DO BAIRRO ATRAVÉS DA NARRATIVA TEXTUAL DE ALUNOS MORADORES.....	95
3.5 VISÕES SOBRE O BAIRRO: A HISTÓRIA DO BAIRRO ATRAVÉS DE OUTROS MORADORES.....	101
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>110</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>114</b>

## INTRODUÇÃO

A opção pela temática de investigação proposta por esse trabalho é o resultado de escolhas e acontecimentos pessoais e profissionais. Assim, retrocedo ao ano de 2011, data que terminei a graduação em história, larguei um trabalho de cinco anos no setor privado, no ramo de vendas, para assumir o cargo de professor contratado da rede pública estadual no município de Vista Alegre do Prata/RS. A experiência como professor, profissão que depois dos estágios 2 e 3 na graduação jurava que não exerceria, me fez ter um olhar indagador para a situação da educação e do sistema de ensino, questionando as deficiências e as causas costumeiramente apresentadas que culpam o professor, a escola, o governo ou a família, pela atual conjuntura da educação do país.

Imbuído por esses questionamentos, no ano de 2012 fui aprovado em um concurso público para o magistério no município de Nova Prata/RS, assumindo duas escolas: a Escola Municipal de Ensino Fundamental Guerino Somavilla, localizada em um bairro de classe média, próximo ao centro da cidade, e a Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Josué Bardin, que fica no Bairro São João Bosco, “lá na vila”, como me foi apresentado no primeiro dia de trabalho.

Por residir em Fagundes Varela, município próximo à Nova Prata, pouco conhecia da cidade a qual passaria a trabalhar. Porém, a fama do “PROMORAR”, como o bairro São João Bosco é popularmente chamado, logo chegou aos meus ouvidos. Conhecido como um local de pobreza, marginalidade, drogas e de trabalho árduo para o professor que assume um posto na escola do bairro. Diante das características recebidas de antemão, marcadas por uma visão estereotipada sobre a escola e o bairro, encarei o novo trabalho como um desafio e uma possibilidade de aprendizado.

Estimulado por essas motivações, iniciei minha atividade como professor de história na Escola foco deste estudo no segundo semestre de 2012. O choque ao me deparar com uma realidade que desconhecia: a vulnerabilidade social de boa parte dos estudantes, a arquitetura singular do bairro com as casas grudadas umas nas outras formando as quadras, a distância entre o bairro e a cidade e os grupos étnicos que formam a população me levaram a questionar sobre a história de formação daquela comunidade.

Outro fator fundamental que originou esta pesquisa com temática sobre identidade foi um episódio ocorrido durante uma aula de história para um 7º ano sobre os Reinos Africanos, quando um estudante afrodescendente me fez o seguinte questionamento “Por que

estudar sobre a África se lá só tem negro? Atônito com tal colocação, fruto de uma construção de representação histórica social marcada pelo preconceito racial e pela xenofobia, questionei-me sobre o papel da escola e, em específico, do ensino de história em uma comunidade marcada pela marginalização dos seus moradores, que, no caso do estudante, reproduz o discurso hegemônico e estereotipado sobre eles mesmos.

A inquietação, surgida por esse fato do acaso, me fez buscar a gênese da formação do Bairro São João Bosco e analisar de que forma a construção social daquele espaço contribuiu para que esse estudante reproduzisse um discurso preconceituoso e de dominação. Também me questionei sobre o papel da educação nesse processo. Seria a escola, o meio pelo qual poderia ser possível desconstruir essa representação ou serve como mecanismo a serviço da reprodução desse discurso? E o ensino de história está cumprindo sua função no processo de construção da criticidade e da consciência histórica?

Instigado por tudo isso, busquei compreender qual o papel da escola, sua interação com a comunidade na qual está inserida e de que forma contribui para a construção da identidade social dos moradores do Bairro São João Bosco – PROMORAR, localizado no município de Nova Prata, estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

Assim, compreende-se que o papel da escola é relevante na construção da identidade dos sujeitos. O ensino de história tem papel fundamental na formação da cidadania, ao estimular no estudante a criticidade partindo de uma reflexão de natureza histórica. Dessa forma, ao pensar a sua interação com a sociedade, a escola possui uma significação própria no contexto existente no Bairro, mesmo sendo uma instituição pública, com legislação e estrutura advinda do poder externo.

O Bairro surge na década de 1980 com a necessidade de amenizar os problemas de habitação da parcela carente da população da cidade. Concomitante com o nascimento do Bairro, têm início as atividades na Escola, no ano de 1983, para atender as crianças desta localidade.

Evidenciam-se peculiaridades que envolvem a discrepância social, cultural e econômica, além da ausência do sentimento de pertencimento dos moradores com o restante da cidade, demonstrando que o distanciamento geográfico acentua as diferenças sociais e econômicas entre o Bairro e a cidade.

Para desenvolvimento desse estudo foi utilizada como proposta metodológica a pesquisa qualitativa, tendo como fundamentação teórica a história cultural, analisando a ação

dos agentes históricos envolvidos na construção deste local e as relações de poder e dominação resultantes disso.

Tendo em vista compreender a história da formação do Bairro São João Bosco, seu distanciamento social e geográfico e a situação de vulnerabilidade social em que se encontram a maioria de seus moradores, busca-se na formação histórica e na dinâmica cultural do Bairro, o entendimento do conjunto de valores que guiam as ações desses indivíduos.

Para isso, foram utilizados como fontes de pesquisa livros, material fotográfico da Escola, artigos e fotografias pertencentes ao Jornal Popular, entrevistas orais, documentos pertencentes ao Município, assim como fotografias e textos produzidos na oficina de análise de material fotográfico proposta por esse trabalho. Essas fontes dialogaram com a revisão bibliográfica sobre identidade, educação escolar e história, possibilitando uma ligação entre objeto de pesquisa, métodos de análise e reflexão teórica.

Dessa forma, a problemática da investigação que mobiliza este estudo é como a relação entre Escola, Bairro e cidade colaboram para a construção identitária dos moradores do Bairro São João Bosco.

Ao proceder à discussão metodológica deste trabalho, optou-se pela pesquisa qualitativa, como alternativa para o estudo de caso da formação identitária do Bairro São João Bosco, relacionando com a história local.

Inicialmente, foi feita a pesquisa bibliográfica sobre o Município de Nova Prata, analisando as obras produzidas referentes à história da cidade. Após, foi realizada a localização e seleção das fontes no arquivo da secretaria da Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Josué Bardin, pesquisando informações no arquivo dessa instituição e nos registros fotográficos pertencentes à Escola que retratam a construção do prédio e festas envolvendo os estudantes e a comunidade. Sendo que a utilização de imagens fotográficas, como fonte de pesquisa, colabora para a visualização e análise da formação e transformação histórica daquele espaço, possibilitando uma leitura “cultural/histórica implícita, retirando informações que não serão encontradas nos documentos escritos” (LOIZOS, 2012, p.143).

Além disso, foi realizada pesquisa no Jornal Popular, veículo de imprensa local, que referenda aspectos históricos de cunho jornalístico por possuir um amplo acervo fotográfico sobre o Bairro São João Bosco. Também buscou-se documentos do Colégio Nossa Senhora Aparecida, instituição privada, que comprovam a iniciativa deste educandário como o fundador das atividades educacionais no Bairro. Portanto, “o objeto de pesquisa qualitativa se

constrói progressivamente, em ligação com o campo, a partir da interação dos dados coletados com a análise que deles é extraída (...)” (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2010, p.134).

Percebendo as lacunas nas fontes escritas e no material fotográfico referente ao objeto de pesquisa, foram utilizadas fontes orais. Pois, quando a história se tornou ciência no século XIX, o registro privilegiado pelo historiador era o documento escrito e “oficial”. Depois da Escola dos Annales, amplia-se a noção de documento e o documento escrito incorpora-se a outras diferentes fontes históricas como fontes orais, artefatos e roupas. Nesse sentido, é preciso pensar a história como o conjunto de experiências humanas, construída por homens, que vivem relações de dominação e subordinação em todas as dimensões do social. (VIEIRA, 2007).

Ao fazer uso da história oral como o estudo das representações, a ela é atribuído “um papel central às relações entre memória e história, buscando realizar uma discussão mais refinada dos usos políticos do passado.” (FERREIRA, 1994, p.11).

Com o intuito de indagar sobre a formação do Bairro e da Escola, foram realizadas entrevistas semiestruturadas contendo dez questões. O uso da entrevista qualitativa colabora para a compreensão dos mundos da vida dos entrevistados e de grupos sociais especificados. Além disso, a entrevista qualitativa pode desempenhar importante papel na combinação com outros métodos (GASKELL, 2012).

A seleção e delimitação dos entrevistados se deram da seguinte forma: os dois prefeitos que estiveram à frente do poder executivo de Nova Prata, três professoras que atuaram na Escola e três moradores do Bairro que tiveram vínculo com a Escola durante o recorte temporal dessa pesquisa. A divisão dos entrevistados em três grupos sociais e culturalmente distintos se justifica porque a “(...) finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão”. (GASKELL, 2012, p.68). Dessa forma, a história oral ganha significativa importância, nesse estudo, como método historiográfico por abrir novos campos de interpretação dos processos histórico-sociais.

Desse modo, busca-se analisar as entrevistas e os textos vinculados à imprensa com o intuito de relacionar a visão dos determinados grupos sociais sobre o objeto de estudo, colaborando para a compreensão da formação identitária dos moradores do Bairro São João Bosco.

Como resultado do processo, a dissertação foi dividida em três capítulos: o primeiro capítulo, nomeado “Eu não deixo de chamar de PROMORAR”: a construção física e cultural

do Bairro São João Bosco, aborda a formação do PROMORAR e o estabelecimento das primeiras 204 famílias naquele espaço. Neste capítulo, foram utilizados como fontes principais de pesquisa documentos oficiais e relatos dos professores que trabalharam na Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Josué Bardin e de ex-prefeitos de Nova Prata que estiveram à frente da administração municipal durante o período estudado, evidenciando o olhar dos agentes externos sobre o Bairro em estudo.

O segundo capítulo, cujo título é “Eu acho que a escola tem extrema importância, extrema importância mesmo”, procede-se ao estudo da Escola, sua implantação, o processo de construção e a importância que possui no contexto educacional, social e cultural do Bairro. Neste percurso, é analisada a documentação disposta na secretaria da Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Josué Bardin e do Colégio Nossa senhora Aparecida, instituição que inicia o trabalho da Escola em estudo. Também são utilizados extratos de entrevistas de professores, funcionários e ex-prefeitos.

No terceiro e último capítulo, intitulado “Às vezes ficam chamando o Bairro São João Bosco de ‘vila’, estas pessoas devem parar de falar estas coisas nosso Bairro é um bairro como qualquer outro”, foi dissertado sobre a construção identitária, memória e formação de consciência histórica. Nesta etapa, buscou-se analisar o material produzido por um grupo de cinco estudantes da Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Josué Bardin, moradores do Bairro São João Bosco, que participaram de uma oficina de análise de material fotográfico proposto por este trabalho de pesquisa, que aconteceu durante os meses de setembro a novembro de 2014. Também foram utilizados extratos de entrevistas de moradores que vivem no Bairro desde seu início, na década de 1980.

Como este é o primeiro trabalho acadêmico sobre identidade e ensino na cidade de Nova Prata/RS, ele não pretende o esgotamento do tema, mas sugerem-se novas abordagens que possibilitem outras visões sobre o ensino de história, bem como possibilitem novas práticas que objetivem refletir sobre a ação da escola na construção da identidade de seus alunos e daqueles que circundam e convivem com o ambiente escolar, pois, através do ensino de história é possível questionar a consciência histórica, o papel da memória e a construção da cidadania.

## 1 “EU NÃO DEIXO DE CHAMAR DE PROMORAR”: A CONSTRUÇÃO FÍSICA E CULTURAL DO BAIRRO SÃO JOÃO BOSCO

O título desse capítulo foi retirado da entrevista de Victor Antônio Pletsch<sup>1</sup>, o qual é caracterizado pelos aspectos políticos, sociais e econômicos que fazem parte do olhar externo sobre o Bairro e seus moradores.

Ao utilizar a frase “Eu não deixo de chamar de PROMORAR”, busca-se compreender a motivação inicial da formação do PROMORAR<sup>2</sup>, atualmente denominado Bairro São João Bosco, contextualizando a cidade de Nova Prata e as transformações ocorridas em escala nacional e global no mesmo período.

Por esse motivo, são utilizados extratos de entrevistas de ex-administradores políticos que estiveram envolvidos na construção do Bairro, professores que atuaram na Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Josué Bardin e documentos oficiais.

A ausência dos relatos dos moradores do Bairro, neste primeiro capítulo, justifica-se pela escolha metodológica em abordar primeiramente o olhar dos agentes externos sobre aquele espaço, analisando o discurso como forma de caracterizar uma visão hegemônica sobre o objeto de estudo.

### 1.1 NOVA PRATA 1924-1983: HABITAÇÃO E EDUCAÇÃO

O surgimento do Bairro São João Bosco, localizado na cidade de Nova Prata<sup>3</sup>, Rio Grande do Sul, Brasil, situada na Encosta Superior do Nordeste, distante 186 quilômetros da capital do estado, Porto Alegre<sup>4</sup>, se dá em um contexto específico do país, época de profundas transformações econômicas e políticas, que marcaram os aspectos sociais e culturais deste espaço em construção, que está geográfica, social e culturalmente às margens da sociedade.

Nesse período, o país passava pelo processo de redemocratização, de participação popular e da luta pelas “Diretas Já!”<sup>5</sup>, as quais mobilizavam a população brasileira. Já no

<sup>1</sup> Entrevista concedida por Victor Antônio Pletsch em Nova Prata no dia 28/03/2014. Figura pública com importante participação e influência política na cidade de Nova Prata, tendo sido eleito para quatro mandatos como prefeito, 1983-1988, 1993-1996, 2005-2008, 2009-2012.

<sup>2</sup> Programa de Erradicação de Submoradias.

<sup>3</sup> Com população de 24.495 habitantes, distribuídos em uma área de 259,1 Km<sup>2</sup>.

<sup>4</sup> Prefeitura municipal de Nova Prata. Disponível em:

<http://www.novaprata.rs.gov.br/portal1/municipio/historia.asp?iIdMun=100143265>. Acesso em 20/04/2014.

<sup>5</sup> Movimento nacional de reivindicação por eleições diretas para presidente, ficando na história com o lema “Diretas já!”, por comícios que reunião multidões nas principais cidades do país e pela participação da população no lento processo de redemocratização do Brasil.



contexto mundial, a década de 1980 foi marcada pelo agravamento das condições sociais dos países em desenvolvimento, com o aumento da dívida externa, desvalorização dos produtos por eles exportados e diminuição da ajuda externa, além do aumento das desigualdades socioeconômicas entre a parcela da população mais rica e os menos favorecidos.

Partindo desses diferentes contextos – mundial, nacional e local – e da interligação dos fatores de influência entre eles a globalização, neoliberalismo e crescimento populacional e urbano, destaca-se a criação e transformação do Bairro São João Bosco, o qual também é tema de estudo desta pesquisa, que tem por objetivo principal a análise da dinâmica cultural do Bairro através das relações sociais, culturais e econômicas vivenciadas a partir do espaço escolar.

Nesse sentido, é preciso compreender história local<sup>6</sup> como relação entre sujeitos individuais e/ou coletivos em um espaço, visto como unidade onde os sujeitos vivenciam suas experiências históricas, relacionam-se com o mundo e sentem-se parte dele. Assim, é preciso ver a história local como campo de produção de consciência histórica. Consciência que parte da valorização do ser e agir dos sujeitos, que por sua vez são agentes de produção histórica. (GONÇALVES, 2007).

As análises sobre história local permitem redimensionar a aparente dicotomia entre centro/periferia, deslocando tais categorias por intermédio da nossa rede e os jogos de negociação, apropriação e circulação que informam as relações entre grupos e indivíduos, em especial, no campo das micropolíticas do cotidiano, espaços marcados pela proximidade pela contiguidade das relações”. (GONÇALVES, 2007, p.181).

A consciência histórica, aqui significada como espelho do passado para entender a temporalidade na qual está inserido o sujeito, busca interpretar, apropriar e significar as ações no tempo, compreendendo que a experiência temporal determina as ações no presente e é fator determinante na construção da identidade individual e coletiva. Desse modo, consciência histórica está intrinsecamente ligada à memória e à identidade. (RÜSEN, 2011).

Ao analisar o surgimento do Bairro São João Bosco, é necessário contextualizar o surgimento do município, considerando a data de 11 de agosto de 1924 como marco referencial da história de Nova Prata<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> É preciso delimitar história local no contexto desse trabalho como o Bairro São João Bosco e a Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Josué Bardin, que está situada nesse Bairro, e seu entorno.

<sup>7</sup> Situada na Microrregião Colonial do Alto Taquari, localizado na Encosta Superior do Nordeste, distante 186 km da capital de Porto Alegre, numa altitude de 820m. Nova Prata limita-se ao Norte com Guabijú e André da

Ao abordar o surgimento do Prata, Farina afirma:

Após tramitação normal do processo, em 11 DE AGOSTO DE 1924, o DR. Antônio Augusto Borges de Medeiros, Presidente do Estado, assina o DECRETO Nº 3.351, criando o Município do Prata que deveria se reger, temporariamente, pela Lei Orgânica do Município de Alfredo Chaves, enquanto não tivesse a própria. Através do DECRETO nº 3.352, da mesma data, Borges de Medeiros nomeia o primeiro Intendente na pessoa do Dr. Felix Engel Filho e Vice-Intendente o Senhor Henrique Lenzi. (FARINA, 1986, p.112).

Inicialmente, o território de Nova Prata integrava o município de Alfredo Chaves, hoje Veranópolis. Na época em que Nova Prata ainda era distrito, possuía um próspero comércio, com forte atividade agrícola, ao mesmo tempo que apresentava dinamicidade e bom desenvolvimento econômico. Além disso, continha um número populacional considerável para o período, o que levou a própria comunidade a entender que havia a possibilidade de criação de um novo município.

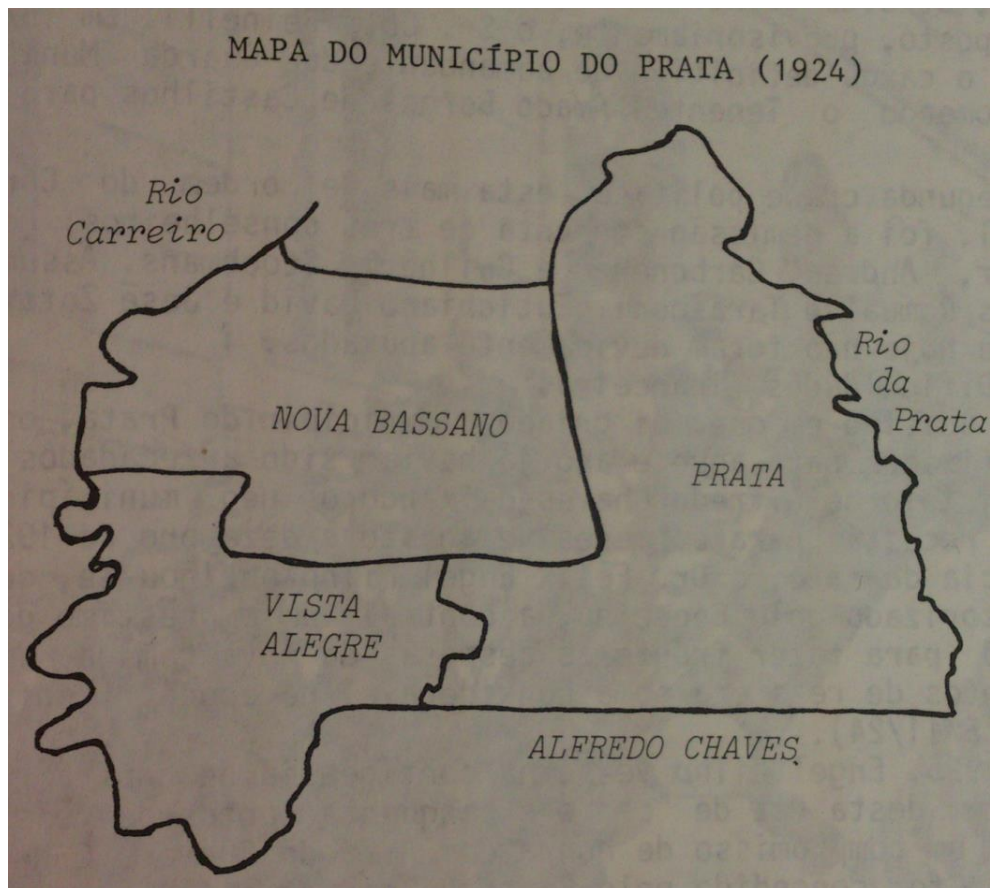
Ao descrever a área física, limites e população, Farina (1986) diz que o município de Nova Prata, no ano de sua formação, possuía uma área de 404 Km<sup>2</sup> e contava com uma população de 9.391 pessoas. Em 1932, foram anexados ao município os distritos de Paraí, Nova Araçá e Protásio Alves, desmembrados do município de Lagoa Vermelha. Com as anexações, a área total do município de Nova Prata passou a ser de 1.332 Km<sup>2</sup>. Posteriormente, devido à emancipação política de diversos distritos, percebe-se que, pelos dados apresentados na FIGURA 1, a área do município diminuiu no período entre 1924-2014. A perda da área física do município acontece pela emancipação política de Nova Bassano em 1964, Nova Araçá em 1964, Paraí 1965, São Jorge em 1987, Guabiju em 1987, Vista Alegre do Prata e Protásio Alves no mesmo ano, 1988; que, demonstrando relativo desenvolvimento e aproveitando o contexto do período, conquistam a emancipação política.

Os fatores econômicos, culturais e étnicos, que balizam a criação do município estão presentes até os dias atuais, com a presença marcante de descendentes europeus como alemães, italianos e poloneses que chegam à região na segunda metade do século XIX, além de lusos e afrodescendentes que se fixam nesse território e formam o tecido étnico social desta cidade. Assim, tendo como base o trabalho, a religião, a família e a educação, além do

dinamismo econômico, contribuíram para a criação do município no início da década de 1920. (XERRI, 2004).

A diminuição da área física acarretou perda populacional, porém, devido ao crescimento comercial e industrial, a cidade recebeu grande número de migrantes de cidades vizinhas, de outras regiões do estado e do país, que chegaram em busca de trabalho, amenizando a diminuição do número de habitantes e colaborando para o crescimento da área urbana.

**FIGURA 1: Mapa de Nova Prata no ano de sua emancipação, 1924.**  
**Área da unidade territorial: 404 Km<sup>2</sup>.**  
**População: 9.391 habitantes.**



Fonte: FARINA, 1986, p.117.

**FIGURA 2: Mapa atual de Nova Prata.**  
**Área da unidade territorial: 258,743 Km<sup>2</sup>**  
**População estimada 2013: 24,495 habitantes**



Fonte: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=431330&search=rio-grande-do-sul|nova-prata|infograficos:-dados-gerais-do-municipio>. Acesso em 27/04/2014.

**TABELA 1: Tabela populacional da Cidade de Nova Prata**

ANO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL
1940	22.625	19.823	2.412
1950	26.935	22.688	4.247
1960	32.576	25.390	7.189
1970	20.834	14.170	6.805
1980	21.091	11.920	9.171

Fonte: IBGE - Agência de Nova Prata. (FARINA, 1986, p.190).

O crescimento econômico gerou necessidade de investimento em educação, dessa forma, ao abordar as administrações municipais, Farina (1986) elenca a criação de escolas municipais e particulares, principalmente no governo de Adolpho Schneider (1933-1943), que inaugurou o Grupo Escolar Tiradentes, em 1929, nas dependências do prédio de propriedade do Sr. Clemente Tarasconi, local onde após foi construído o prédio da Escola Nossa Senhora Aparecida. Atualmente, o Instituto Estadual de Educação Tiradentes é a maior escola pública do município, pertencente ao governo estadual<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> Atualmente no município existem cinco instituições de ensino pertencentes ao governo do estado: Instituto Estadual de Educação Tiradentes, Escola Estadual Onze de Agosto fundada no ano de 1960, Escola Estadual de Ensino Fundamental André Carbonera fundada em 1961, Escola Estadual de Ensino Fundamental Reinaldo Cherubini fundada em 1965, Escola Estadual de Ensino Fundamental Fernando Luzzatto; uma escola particular, Colégio Nossa Senhora Aparecida e cinco escolas municipais, Escola Municipal de Ensino Fundamental

Nesta mesma administração, no ano de 1937, começa o trabalho das irmãs do Imaculado Coração de Maria<sup>9</sup>, fundadoras do Colégio Nossa Senhora Aparecida. É importante salientar o percurso deste educandário que inicia na década de 1930 e se consolida como a única instituição de ensino particular do município, fazendo parte desde o princípio da constituição do PROMORAR.

Diante das constatações históricas durante a administração de Schneider, houve preocupação com a educação, demonstrada pela criação de uma lei municipal que obrigava os pais a enviarem seus filhos para a escola, principalmente no interior do município. Cabe salientar que, neste momento, a constituição vigente de 1934 estabelecia a educação pública como um direito de todos, com o intuito de fortalecer a unidade do Estado, criando um elo de pertencimento do povo com o seu país, indicando que a educação deveria possibilitar eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação<sup>10</sup>.

Neste período, a conjuntura política do país transita por mudanças com a instauração do Estado Novo, em 1937, o que resulta no fechamento da Câmara de Vereadores, “(...) o Poder Executivo passa a legislar absolutamente, através de Adolfo Schneider, que governou até 24/8/1946, sendo um dos únicos prefeitos do Rio Grande do Sul que permaneceu no cargo com a mudança no governo federal.” (XERRI, 2004, p.74).

No Brasil, as décadas seguintes foram marcadas pela participação popular com o fim do Estado Novo e a redemocratização, que leva ao poder governos democráticos e populistas, os quais utilizaram um discurso de modernização do país.

Acompanhando essas mudanças, a Constituição de 1946, vigente neste período, diz em seu primeiro artigo que “todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido”, apontando a abertura de um diálogo entre os diversos setores da sociedade. Seguindo essa

---

Guerino Somavilla fundada em 1993, Escola Municipal de Ensino Fundamental Reinaldo Cherubini fundada em 1935, Escola Municipal de Ensino Fundamental Ângela Pelegrini Paludo fundada em 1990, Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Josué Bardin fundada em 1983 e Escola Municipal de Ensino Fundamental Caetano Polesello passa ao poder municipal em 1998.

<sup>9</sup> A Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria foi fundada, oficialmente, no Brasil em 08 de maio de 1849, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, pela religiosa de origem austríaca Bárbara Maix. Disponível em: <http://www.icm-sec.org.br/historico>. Acesso em 12/04/2014.

<sup>10</sup> Art 149 - A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em 01/05/2014.

tendência, a Carta elenca a educação como um direito de todos sendo baseada nos princípios de liberdade e solidariedade humana<sup>11</sup>.

Nessa circunstância, no Rio Grande do Sul, no final da década de 1950 e início da década de 1960, assume o poder Leonel Brizola, que tem como marca de seu mandato a multiplicação do número de escolas, incluindo as regiões mais afastadas e com um número populacional reduzido. Essas escolas, localizadas na área rural, funcionavam em pequenos prédios, que muitas vezes contavam apenas com cozinha, banheiro e uma sala multisseriada, foram popularmente conhecidas como “brizoletas”.

Entre os anos de 1956 e 1959, durante a administração municipal de Reinaldo Cherubini, é assinado o termo de adesão ao Plano de Expansão e Melhorias do Ensino Rural do governo Leonel Brizola. Através desse plano, escolas foram construídas no interior do município e contavam com professores pagos pelo governo estadual. “Plano este, sem dúvida muito vantajoso para as Prefeituras e para o próprio ensino primário que tinha, naquele governo, melhores condições que as atuais.” (FARINA, 1986, p.202).

O mesmo autor ressalta a sua visão de ensino que, para ele, essas melhores condições provenientes do estado apresentavam uma significativa vantagem para o poder público municipal nos anos 1950, quando comparado ao ensino da década de 1980, período em que o livro é publicado, década na qual surge a escola PROMORAR, posteriormente denominada Padre Josué Bardin.

Nos anos posteriores, estando o poder executivo municipal sob o mandato de Guerino Somavilla (1960-1963) há a continuação do projeto estadual de educação, com a construção de mais escolas. Também houve preocupação com a população menos favorecida: “os indigentes e pobres da cidade continuaram a merecer atenção da administração municipal, que auxiliou com verbas, atendimento hospitalar e educacional.” (XERRI, 2004, p.93).

Durante a década de 1960, tem-se o registro da construção das primeiras vinte e uma casas populares do município, feitas pelo poder público na administração de Ulisses Ernesto Pandolfo, com financiamento da COHAB<sup>12</sup>, para amenizar o déficit habitacional da cidade que afetava, principalmente, a população menos favorecida.

**FIGURA 3: Foto do primeiro núcleo habitacional da cidade de Nova Prata.**

---

<sup>11</sup> Art 166 - A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm). Acesso em 01/05/2014.

<sup>12</sup> Companhia Habitação do Estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: Arquivo Foto Perin. (Ano: sem data)

Para a construção dessas residências, o poder público municipal, via financiamento do Banco Nacional do Desenvolvimento, adquire o terreno de Avelino Lenzi, autorizado pela Lei Municipal nº 617-A, de 22 de junho de 1965, com área de 10014 m<sup>2</sup>. Nesse primeiro momento, há um plano de habitação para operários.<sup>13</sup>

No ano de 1968 há uma nova leva de construção de casas populares, porém com diferente contrato de construção:

Em 12 de agosto de 1968, após uma série de demarques e providências, assinamos novo contrato com a COHAB, desta vez não de financiamento, mas de empréstimo (...) destinado a construção de 20 moradias de madeira, para famílias pobres, como parte do projeto de desfavelamento da cidade. (FARINA, 1986, p.211).

Nota-se pela foto que a localização deste núcleo habitacional encontrava-se distante da região central da cidade, pela presença da lavoura, que sugere que este se encontrava mais próximo à área rural, ficando isso evidenciado pela demarcação do bairro expresso na Lei N.º 6205/2006, de 14 de dezembro de 2006, que o limita até o fim do perímetro urbano.

Outro ponto interessante da fala de Farina (1986) é a utilização do termo “desfavelamento da cidade”. Pelo número de habitantes e pelo contexto de Nova Prata, uma

<sup>13</sup> Pertencendo este primeiro Grupo de Casas a um plano especial para operários (...). Estas 21 casas foram feitas em tamanho maior do que o aprovado pelo COHAB, correndo a despesa maior à conta dos próprios interessados. (FARINA, 1986, p.2011).



cidade do interior, na década de 1960, falar em “desfavelamento” com a construção de vinte moradias, refere-se à retirada de um pequeno número de famílias de baixa renda da área central da cidade.

É importante ressaltar as ações da administração do prefeito João Carlos Schmitt (1977-1983). Foram implementados dezoito loteamentos na cidade, entre eles o de habitação popular via programa da Cohab/RS, sendo erguidas 77 casas, cujo público-alvo foram os moradores que já possuíam terreno. No entanto, o problema habitacional do município não foi resolvido, sendo necessária a implantação de novos programas, como os “Loteamentos Especiais”, voltados para os trabalhadores que possuísem renda de até quatro salários mínimos, efetuando o pagamento dos lotes em até sessenta vezes<sup>14</sup>.

O surgimento de novos Bairros e o incentivo à construção de moradias para a classe trabalhadora inicia com o intuito de amenizar o problema desta parcela da população. O objetivo principal estava na melhoria das condições de vida para a população pratense.

Os programas habitacionais iniciam em Nova Prata na década de 1960, mas ganham impulso no final da década de 1970 e início de 1980, período em que a cidade tem um significativo desenvolvimento econômico e passa a receber um número considerável de migrantes de outras regiões do estado que se dirigem a cidade em busca de emprego.

É nesse contexto específico do município de Nova Prata, somado às transformações políticas e econômicas do Brasil, que inicia a construção do Bairro São João Bosco. Durante este período houve importante investimento na educação municipal, com a criação de novas escolas e aprimoramento do capital humano<sup>15</sup>. Juntamente com a construção do Bairro, emerge a necessidade do acompanhamento educacional para as crianças da localidade. Foi diante dessa realidade que a trajetória do Colégio Nossa Senhora Aparecida iniciou a história da criação da Escola PROMORAR, tema que será aprofundado no próximo capítulo.

## 1.2 SURGE O PROMORAR

### **FIGURA 4: Foto do Bairro PROMORAR.**

---

<sup>14</sup> O 1º loteamento especial criado pela Lei 1.717, de 17/12/1979, foi o Loteamento Basalto, com 106 lotes, onde em dois anos foram construídas cerca de cento e dez casas. O 2º loteamento especial foi o Basalto 2, criado pela Lei 1.562, de 12/8/1982, com 33 lotes. Ambos possuíam toda a infra-estrutura de água, energia elétrica, esgoto pluvial, meio-fio arborização e iluminação pública. (XERRI, 2004, p.112).

<sup>15</sup> O número total de prédios escolares, ao término da administração, era de 59, tendo 112 professores que atendiam a 983 alunos de 1º a 4º séries, 72 de 5º série. O total de alunos do pré-escolar era de 112 e da pré-escola conveniados com o Mobral de 40. (XERRI, 2004, p.110).





Fonte: Arquivo do Jornal Popular (1982).

O Bairro surge no início da década de 1980, em um terreno pertencente ao poder público municipal, que através de programa federal inicia a construção de moradias para abrigar as famílias que viviam em “situações subumanas”<sup>16</sup>, espalhadas por várias regiões da cidade. Como se observa na fotografia, a localização do Bairro é distante da cidade, considerado como área rural e com dificuldade de acesso, já que inicialmente a via de ligação do Bairro com a cidade não era pavimentada e havia escassez de linhas de ônibus para o deslocamento dos moradores até o centro da cidade.

O afastamento entre o Bairro e o restante da cidade é evidenciado nas entrevistas das professoras e dos moradores, que relatam as dificuldades enfrentadas para chegar ao local e o olhar que a população de Nova Prata tinha em relação aos moradores do PROMORAR. O transporte coletivo existente era destinado à locomoção dos trabalhadores, tendo por função principal levá-los até seu local de trabalho.

Chartier (1991, p.185) aborda as identidades sociais apontando duas vias: uma que vê a construção das identidades como resultado da relação entre as “representações impostas pelos que detêm o poder e a aceitação ou resistência” que é produzida a partir disso, ou, pela

---

<sup>16</sup> Termo utilizado na documentação analisada.

representação que determinado grupo faz de si mesmo e a forma que é reconhecido. As diferenças existentes se transformam em distinções reconhecidas através das representações sociais.

A relação de representação – entendida como relação entre uma imagem presente e um objeto ausente, um valendo pelo outro porque lhe é homóloga – traça toda a teoria do signo do pensamento clássico (...). Por um lado, são essas modalidades variáveis que permitem discriminar diferentes categorias de signos e caracterizar o símbolo por sua diferença com outros signos. (CHARTIER, 1991, p.185).

Outro fator é a aproximação do Bairro com a cidade, que se dá, posterior à sua criação, pelo crescimento econômico e populacional que alarga a fronteira urbana com o aumento da região central da cidade e a criação de novos bairros em seu entorno, diminuindo a distância entre ambos além de proporcionar melhorias na infraestrutura. Como mostra a fala da professora Silveira:

(...) era difícil a locomoção, porque quando nós começamos lá, não tinha nem transporte, o nosso horário de transporte não combinava com o horário do transporte que existia. Porque o transporte na verdade que existia era basicamente pra atender os trabalhadores das empresas, o que não fechava com nós, então nós íamos para o trabalho, três vezes por semana a pé, então nós só tínhamos ônibus na terça e na quinta e não existia calçamento, nada, então era a pezinho mesmo. Eram dez quilômetros que eu fazia todos os dias, do início pra hoje a comunidade vê a população de lá integrada à comunidade, até porque se tu for observando o trajeto daqui até lá na verdade está se interligando, a população e a cidade tá crescendo tanto que tá havendo uma ligação. Eu acho que hoje é tido como um bairro do município de Nova Prata, mas na época era bem, bem difícil, sabe? Da comunidade daqui com relação aos moradores lá (...).<sup>17</sup>

A relação entre o Bairro e a cidade, diferentes campos, evidencia a fronteira entre ambos, que não tem somente uma delimitação espacial e física, mas também uma delimitação cultural e social que transpõe essa posição geográfica em que cada um está localizado. Assim, a posição social que os indivíduos pertencem determina os diferentes campos que ocupam.

Utiliza-se o conceito de “campo” apresentado por Bourdieu:

(...) é, o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem uma arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas.

---

<sup>17</sup>Eloiza Maria da Silveira atuou como professora e na direção da escola, atualmente está aposentada da rede municipal de ensino e continua atuando como professora na rede pública estadual no Instituto de Educação Tiradentes, localizado na área central de Nova Prata. Entrevista concedida no dia 13/03/2014, em sua residência.

A noção de campo está aí para designar esse espaço relativamente autônomo, esse microcosmo dotado de suas leis próprias. Se, como o macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas. Se jamais escapa às imposições do macrocosmo, ele dispõe, com relação a este de uma autonomia parcial mais ou menos acentuada. (2004, p.21).

E o Bairro, visto como um campo específico, sofre influência externa do mundo social global, já que não há um campo neutro que não sofra influência de outro, da intervenções de fatores que são externos a ele. Assim, a relação entre a cidade e os “de lá”<sup>18</sup> influencia a dinâmica social de ambos.

Qualquer que seja o campo, ele é objeto de luta tanto em sua representação quanto em sua realidade. A diferença maior entre um campo e um jogo é que o campo é um jogo o qual as regras do jogo estão elas próprias postas em jogo (...). Os agentes sociais estão inseridos na estrutura e em posições que dependem do seu capital e desenvolvem estratégias que dependem das próprias, em grande parte, dessas posições. Essas estratégias orientam-se seja para a conservação da estrutura seja para a sua transformação, e pode-se genericamente verificar que quanto mais as pessoas ocupam uma posição favorecida na estrutura, mais elas tendem a conservar ao mesmo tempo a estrutura e sua posição, nos limites, no entanto, de suas disposições (isto é, de sua trajetória social, de sua origem social) que são mais ou menos apropriadas à sua posição. (BOURDIEU, 2004. p.29).

Desse modo, os agentes sociais tendem a conservar sua posição na sociedade, mantendo a diferenciação pelo capital que possuem, perpetuando a estrutura social por interesses que são alheios a eles e justificados pelo capital econômico, cultural e social.

A noção de campo designa um espaço que é “relativamente autônomo”, onde estão inseridos agentes e instituições de determinado mundo social que produzem, reproduzem e entram em conflito dentro desse espaço. Como local de relações de forças, possuidor de leis específicas que o rege, ele não se orienta ao acaso já que seus agentes seguem às tendências que há nele, além do domínio exercido dentro do campo por agentes que possuem determinado capital em relação aos outros. (BOURDIEU, 2004. p.29).

O Bairro como campo, tem localização geográfica e territorial específica, que ultrapassa a estrutura física como “conjunto de sistemas naturais” e coisas criadas ou modificadas pelo homem. “O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence.” (SANTOS, 2008, p.96).

---

<sup>18</sup> Expressão recorrente nas entrevistas, bem como utilizada pela população ao se referir aos moradores do Bairro São João Bosco.

Assim, o campo visto como um espaço específico é marcado por vivências e conflitos, relações que se estabelecem no seu interior e entre os agentes internos e externos, constituindo a identidade das pessoas que nele habitam.

### 1.3 A CONSTRUÇÃO DAS CASAS: O BAIRRO GANHA FORMA

Para suprir a necessidade de moradias, o poder público municipal constrói o núcleo habitacional, contendo 204 casas geminadas, pelo PROMORAR, desencadeado pelo Ministério do Interior com recursos do BNH<sup>19</sup> repassados a COHAB/RS, como consta no Projeto de Lei nº 01/82. Neste mesmo documento, é ressaltada a importância desta obra para a gestão, por dois motivos: “(...) não só pelo que representa como solução habitacional, mas também pela forma como estamos empreendendo”. (Nova Prata, Projeto de Lei nº 01/82).

Ao falar em solução para o problema habitacional, o documento faz referência à situação precária que se encontravam as 204 famílias que residiam em barracos espalhados por várias regiões da cidade, como na proximidade do cemitério, da RST 470, da Ramada e dos porões do bairro Santa Cruz. Eram famílias que contavam com um grande número de pessoas, às vezes doze, vivendo em habitações de dois cômodos.

Segundo o parágrafo três do projeto, essas famílias teriam seu terreno e sua casa, com todas as condições urbanas – exceto o calçamento, tudo por uma prestação inferior a dez por cento do salário mínimo regional. (Nova Prata, Projeto de Lei nº 01/82).

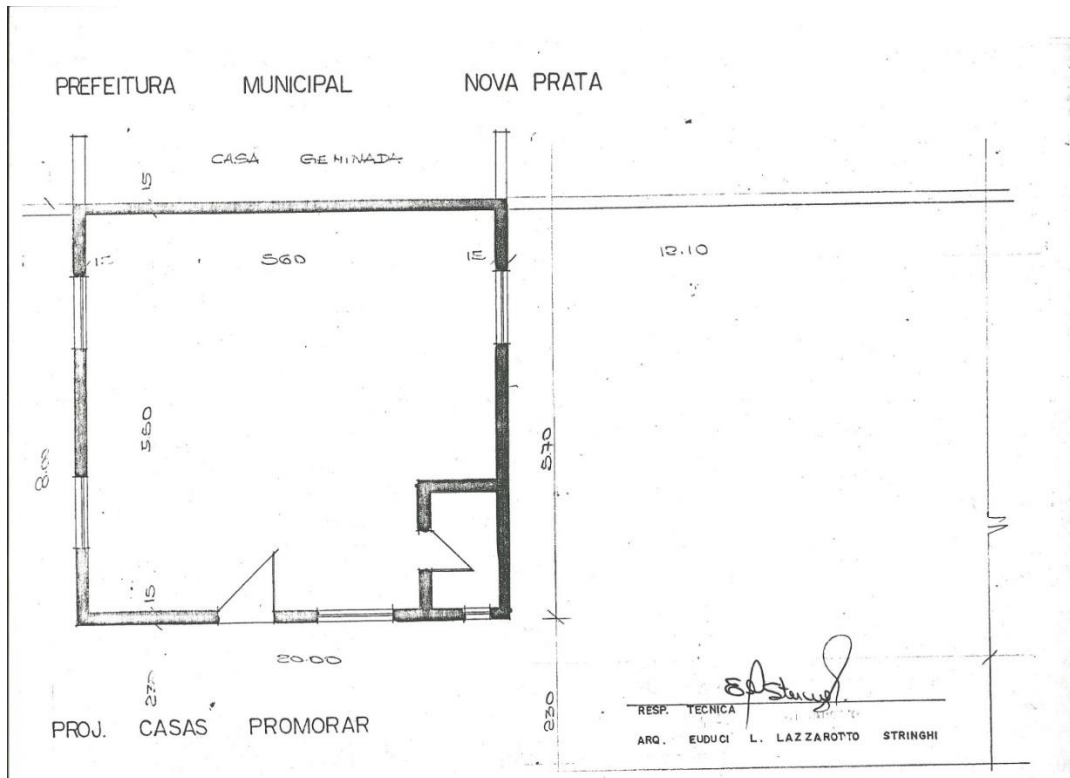
A forma como a prefeitura conduziria a obra foi considerada modelo pela COHAB e pelo BNH naquele momento, pelo fato de que os 204 embriões que estavam destinados à Nova Prata teriam 17 m<sup>2</sup>, tamanho pequeno para aquelas famílias. Tendo ciência dessa reduzida área da construção, a prefeitura assume a realização da obra. Assim, com a parcela do lucro que seria da construtora, além do uso de recursos de pessoal e máquinas do município, somados ao “mutirão” envolvendo os proprietários, reduziria o custo da obra e haveria a possibilidade de fazer as casas em tamanho maior.

Com isso, foi possível dobrar o tamanho da área construída, além da realização de aprimoramentos nas casas como a colocação de vidros, reboco interno, forro e cinta superior de concreto.

---

<sup>19</sup> Banco Nacional de Habitação.

**FIGURA 5: Projeto de casa geminada do núcleo habitacional PROMORAR.**



Fonte: Arquivo da Prefeitura de Nova Prata.

A peculiaridade da construção do Bairro é o envolvimento do poder público e dos futuros moradores que, através desses mutirões, participaram de forma efetiva da construção física do local.

A participação dos moradores faz parte do objetivo inicial da construção daquele espaço, como sugere a fala do prefeito em exercício na época, expressa no relatório do poder executivo 1977-1983: “Não bastava, porém, construir a parte física do PROMORAR. Era necessário construir uma Comunidade”. Para isso houve a contratação de uma assistente social, a fim de trabalhar com os moradores.

Além da escola, também houve a preocupação com o menor, segundo o mesmo documento, foi “induzida a ABEN”<sup>20</sup> que teve um terreno designado junto ao PROMORAR. Dessa forma, se constituía uma rede de assistência social, como relata João Carlos Schmitt, idealizador do projeto e prefeito em exercício durante construção do PROMORAR:

<sup>20</sup> Associação Beneficente e Educacional de Nova Prata, fundada em 26 de outubro de 1976.

Então, mostramos que era possível implantar o Bairro PROMORAR através do Basalto. E aí foi aprovada a ideia e essas contas todas fui eu, de possibilidade, quanto custaria, quanto viria para os 17 metros, e aí se dobrou o tamanho da casa, 34, com o mesmo dinheiro. Mas com a participação da população. Eles tinham que trabalhar eles, a família ou alguém por eles contratado, 100 horas na construção. O que eles fariam? Bom, aí conforme a capacidade de cada um, mas basicamente eles ajudariam a carregar tijolo, fazer massa, preencher o vazio do quadrado lá com pedra, então eles fariam esse trabalho manual mais pesado.

Mas aí, então, se fez o contrato com a COHAB, nós, a prefeitura era a construtora, se evitou, já disse isso, se evitou toda aquela questão de lucro, e a prefeitura mesmo colocou a estrutura lá, havia um local, se fez a primeira casa e se colocou uma estrutura. Aí o sujeito que era o secretário de obras, Leonel Corrente, foi designado para gerenciar aquele local. E sempre sob o comando do Remi Rigo.

Bom, então as pessoas para trabalhar lá foram contratadas pela prefeitura, as compras de todo o material foram diretamente pela prefeitura, mas houve algumas preocupações que fizeram com que a gente tomasse algum tipo de providência. Como se sabia que esse pessoal todo não tinha tido nenhuma experiência em morar numa casa com luz, água, banheiro dentro de casa, nós contratamos uma assistente social, o nome dela é Solange Volpato, ela foi muito importante no processo, e ela passou a visitar todas as pessoas que tinham feito a inscrição para fazer a casa e foi preparando essas famílias aí para uma nova realidade, inclusive incentivando o trabalho que deviam fazer lá, ela foi muito importante nessa questão.<sup>21</sup>

Iniciativa pioneira no estado, o mutirão era composto de mão-de-obra não qualificada, realizada por cada um dos inscritos no programa, que deveria pagar 100 horas de trabalho. Ali eram exercidas atividades como ajudante de pedreiro, carpinteiro e serviços gerais.

A utilização da mão-de-obra dos futuros moradores é uma forma de integrar as pessoas, imbuindo um sentimento de pertencimento e valorização daquele espaço pelo emprego do trabalho do futuro dono da casa; além de estabelecer regras de socialização entre os sujeitos, havia o controle do número de horas de trabalho empregado e a divisão e coordenação das tarefas.

Dessa forma, o trabalho é visto como um bem, de valor social e econômico, mas também como um mecanismo de controle, característica peculiar de sociedades capitalistas. Como aborda Chaulhoub:

(...) o trabalho era um bem, o valor supremo regulador do pacto social. Nota-se ainda, que este movimento de controle de espíritos e mentes lançava suas garras muito além da disciplinarização do tempo e do espaço, estritamente do trabalho – isto é, da produção -, pois a definição do homem de bem, do homem trabalhador, passa também pelo seu enquadramento em padrões de conduta familiar e social compatíveis com sua situação de indivíduo integrado à sociedade, à nação. (2012, p.49).

<sup>21</sup> Entrevista concedida por João Carlos Schimitt em sua residência, no dia 17/05/2014. Ele foi prefeito da cidade de Nova Prata por dois mandatos, 1977-1983 e 1989-1992.

A organização do trabalho para a construção das casas se deu pela divisão das tarefas por grupos de trabalhadores que formavam equipes. O alinhamento e marcação das casas era coordenado por Nelson Dalla Palma, a abertura de valas para alicerce ficou a cargo do mutirão, a colocação do alicerce das casas foi coordenado pelo senhor João e familiares, o armamento das vigas de concreto ficou sob a liderança de Nico Guedes. O grupo dos pedreiros era comandado por José Polesello, o grupo dos carpinteiros era chefiado por Zeca Toscan e a colocação do forro, tarefa dos irmãos Bristot.<sup>22</sup>

A divisão do terreno, a abertura das ruas, a marcação das quadras que receberam a nomenclatura de A a J, totalizando 10, e a disponibilidade das casas que foram distribuídas entre as quadras, foram supervisionadas por um topógrafo do BNH.

Os operários que trabalhavam na construção do Bairro eram transportados até local por uma caçamba, adaptada para o transporte. O controle do horário desses operários era realizado no escritório que ficava na primeira casa construída, espaço que servia, também, para armazenamento e monitoramento do material e das ferramentas para a construção.

O distanciamento em relação à área urbana ocasionou problemas ligados à infraestrutura, como a energia elétrica e rede de abastecimento de água, que não chegavam até o local por estar localizado em uma área rural. Para solucionar esta situação, foi ampliada a área urbana do município, como aponta o Projeto de Lei nº 35/82, encaminhado à câmara de vereadores, aprovado e sancionado em 22 de setembro de 1982.

Estamos remetendo o Projeto de Lei nº 35/82 que amplia a Zona Urbana da cidade de Nova Prata, a fim de submetê-lo ao estudo e à aprovação desse egrégio Poder Legislativo.

1. O objetivo dessa medida é possibilitar a construção da rede hidráulica que levará a água no PROMORAR, obedecendo a Projeto Técnico da CORSAN.
2. Tendo em vista a premência desta obra que tem atrasado a entrega das casas do PROMORAR, solicitamos regime de urgência para o Projeto de Lei em questão.

Segundo relato de Leonel Corrent<sup>23</sup>, secretário de obras do município de Nova Prata, durante o período de construção do Bairro, a instalação da rede de água exigiu a construção de um reservatório, localizado entre a Av. Placidina de Araújo e Estrada Buarque de Macedo, existente até os dias atuais, para servir o PROMORAR e outros bairros que foram surgindo.

---

<sup>22</sup> Informação retirada do Histórico do Bairro PROMORAR por Leonel Corrent, Jornal Popular, quinta-feira, 21 de fevereiro de 2013. Edição 1.183, p.12-13.

<sup>23</sup> Informação retirada do Histórico do Bairro PROMORAR por Leonel Corrent, Jornal Popular, quinta-feira, 21 de fevereiro de 2013. Edição 1.183, p.12-13.

“Foi aberto o valo e colocados aproximadamente três quilômetros de canos até chegarmos onde hoje ainda existe a chamada caixa d’água do bairro PROMORAR”.

Terminada a abertura das ruas, a construção das casas, a rede elétrica e de água, teve início o processo de distribuição das residências. Esse processo de divisão entre os futuros moradores foi feito por sorteio, realizado no Salão de Atos do Colégio Nossa Senhora Aparecida, ocorrendo da seguinte forma: um mapa do Bairro com o desenho das quadras identificadas por letras de A a J e em cada quadra as casas eram identificadas por um número. Por ordem alfabética, eram chamados os inscritos que retiravam o número de sua respectiva casa. Assinala Corrent:

Foi um dia de muita de festa, com muita alegria estampada nos rostos de todos os familiares que receberam sua casinha. Pouco a pouco cada um ia tomando conta e habitando em seu lar definitivo (...) A inauguração deu-se logo em seguida no mesmo local, onde hoje existe a praça com todas as autoridades de Nova Prata, com a presença do vice-governador do Estado, Otavio Germano, secretário de habitação, Augusto Trein e vários deputados estaduais.<sup>24</sup>

A presença de um grande número de autoridades a nível estadual e a repercussão que teve na imprensa da época, além do convite para a explanação do projeto na Assembleia Legislativa do Estado, mostra a importância que a obra teve naquele período.

Posteriormente, com o aumento populacional e o surgimento de novos núcleos habitacionais, como Vila Colmeia e Vila Mutirão, somados ao Bairro PROMORAR, passaram a ter denominação única e formaram o Bairro São João Bosco, pela Lei Municipal Nº 421/99, de 15 de julho de 1999.

---

<sup>24</sup> Informação retirada do Histórico do Bairro PROMORAR por Leonel Corrent, Jornal Popular, quinta-feira, 21 de fevereiro de 2013. Edição 1.183, p.12-13.



**FIGURA 6: Lei Municipal N° 421/99 de 15 de julho de 1999.**

**Lei Municipal N.º 4216/99 de 15 de julho de 1999.**

**DÁ NOVA DENOMINAÇÃO AO BAIRRO  
PROMORAR, VILA COLMÉIA E VILA  
MUTIRÃO.**

**MARIO MINOZZO, NA CONDIÇÃO DE PREFEITO  
MUNICIPAL DE NOVA PRATA.**

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1.º - Os núcleos habitacionais localizados no lado norte da cidade, hoje denominados Bairro Promorar, Vila Colméia e Vila Mutirão, passam a ter a denominação única de **BAIRRO SÃO JOÃO BOSCO**.

Art. 2.º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei Municipal entrará em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA PRATA**, em  
15 de julho de 1999.

**Mario Minozzo  
Prefeito Municipal**

Fonte: arquivo da Prefeitura municipal de Nova Prata.

Ao que parece, a denominação e o limite do São João Bosco não se deu com a participação dos moradores, sendo uma decisão política dos dirigentes públicos do período, que agrupam os núcleos habitacionais construídos em diferentes períodos, com características arquitetônicas distintas, mas construídos com o mesmo intuito, abrigar a população menos favorecida da cidade.

A delimitação física do São João Bosco fica instituída pela Lei Municipal N° 6205/2006, de 14 de dezembro de 2006:

IX – Bairro São João Bosco – Inicia na interseção do Perímetro Urbano de Nova Prata com o prolongamento da linha divisória das propriedades da ABEN e do Centro Espírita; segue por este prolongamento e posteriormente pela divisa de

propriedade até o eixo da Rua Conselheiro Humberto Simonatto; segue, então, por esta rua em sentido leste até encontrar o entroncamento com a Rua Doze de Outubro; deste ponto segue em linha reta em sentido sul até o final da Rua Bom Jesus; deste ponto segue em sentido sul até encontrar o eixo da Rua Vereador Wilson Macuco; deste ponto segue então em sentido leste pela referida rua e seu prolongamento até encontrar o eixo da Estrada Buarque de Macedo; segue por esta estrada em sentido norte até encontrar o eixo da estrada Linha Oitava; deste ponto segue em sentido leste por esta estrada até encontrar o limite do Perímetro urbano de Nova Prata; deste ponto segue pelo referido limite em sentido geral norte até encontrar o prolongamento da Rua Conselheiro Humberto Simonatto; deste ponto segue em sentido oeste por este prolongamento até encontrar o eixo da Estrada Buarque de Macedo; deste ponto segue por esta estrada em sentido geral norte por aproximadamente trezentos e setenta e cinco metros até encontrar o entroncamento de acesso de propriedade; deste ponto por uma linha imaginária em sentido oeste até o limite do Perímetro Urbano, deste ponto em sentido oeste até seu ponto inicial.

Elencar a diferença na arquitetura das casas, sua disposição nos terrenos e seu tamanho entre as do núcleo habitacional PROMORAR, com as construídas posteriormente é fala presente na entrevista com o prefeito em exercício no período<sup>25</sup>:

(...) casas já com os terrenos separados, grandes de doze por trinta, onde você é permitido por lei construir mais uma residência atrás e longe uma casa da outra pra evitar esse confronto de tá dormindo de um lado e tá ouvindo até quem ronca, então foram lotes grandes como aqui na cidade e que são um belo exemplo que tem lá, muito bem cuidado. (...) Tem o terreno grande e é permitido construir a casa pra um filho atrás, pra alguém da família, pra superar um pouco esse problema de falta de moradia de Nova Prata.

Nova Prata se industrializou muito e tem muito emprego, mas moradia é difícil (...) e aqui tem um dizer, que eu não tenho medo de declarar, vai fazer casa pra que, praquela negrada toda, só trazer gente de fora, pois é, mas indústria vive dos empregos ela precisa dos empregos pra trabalhar pra desenvolver Nova Prata e consequentemente precisa da moradia pra essas pessoas, que vem trabalhar aqui e mesmo pros filhos aqui de Nova Prata também.<sup>26</sup>

Nota-se a permanência do problema de moradia para a população menos favorecida. Além do aspecto cultural, evidenciado na divisão dos terrenos e na arquitetura das casas, um terreno maior possibilitou a construção da casa disposta de tal maneira que disponibilizou espaço para a construção de uma extensão, ou de outra casa no mesmo terreno.

A cultura do “puxadinho”, entre as classes populares, se dá pela necessidade, onde dividir o terreno ou a casa é diminuir os custos de vida e garantir a sobrevivência. Este costume está enraizado na cultura brasileira há muito tempo, como apresenta Chaulhoub, ao abordar o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro da *belle époque*:

<sup>25</sup> A diferença na arquitetura das casas fica evidente nas figuras 16 e figura 17 do capítulo 3.

<sup>26</sup> Entrevista concedida por Victor Antônio Pletsch em Nova Prata no dia 28/03/2014. Figura pública com importante participação e influência política na cidade de Nova Prata, tendo sido eleito para quatro mandatos como prefeito, 1983-1988, 1993-1996, 2005-2008, 2009-2012.

Os imperativos da luta pela sobrevivência faziam com que houvesse grande probabilidade de um casal pobre dividir uma habitação com um ou mais casais em idênticas condições. As relações entre esses casais tendiam a ser muito íntimas, pois a troca de pequenos serviços e o cumprimento de deveres de ajuda mútua eram aspectos fundamentais da estratégia de sobrevivência dessas pessoas. (2012, p.201).

Outro aspecto importante é apresentado pela caracterização de determinados grupos de moradores, ao utilizar o termo “negrada” e “gente de fora”. Aqui subentendem-se dois tipos de preconceito, o racial e o social, que são atribuídos à cor da pele e à condição de classe desses migrantes, que buscando melhores condições de vida chegam à Nova Prata pela oferta de emprego.

O poder público buscava, com a construção de novas casas populares, sanar o problema da falta de mão-de-obra no município, atraindo mais trabalhadores para a indústria que crescia. O processo de desenvolvimento econômico da cidade acompanha o processo mundial e nacional de internacionalização do mundo capitalista, caracterizado como globalização. Que não afeta apenas a economia, mas a sociedade como um todo, principalmente nos países tidos como periféricos, como é o caso do Brasil.

A ideologia dominante, no processo de globalização, é a sobreposição de aspectos culturais e econômicos hegemônicos, como o capitalismo, o consumo, o individualismo e a coisificação, onde tudo passa a ter um valor de mercado. Esses fatores constituem o processo perverso da globalização atual, que dão sustentação ao sistema e justificam as ações hegemônicas: a tirania da informação e a emergência do dinheiro como motor da vida econômica e social. (SANTOS, 2008).

Dessa forma, as fronteiras na globalização permanecem vivas, como é possível ver nas diferenças entre centro e a periferia, e a distância: econômica, social e geográfica, que as separam.

#### 1.4 OS MORADORES

A avaliação feita por Farina (1986), sobre a criação do PROMORAR, colocando em dúvida a validade do projeto três anos após sua inauguração, demonstra que os problemas sociais enfrentados pelas pessoas de baixa renda que habitavam outras áreas da cidade não foram minimizados com a construção das casas e o surgimento do Bairro. Percebe-se que

esses problemas apenas foram transportados de local, nucleados em um único espaço urbano, como elenca o autor:

Se a validade do PROMORAR alguns anos depois é posta em dúvida, pode-se dizer que as intenções eram as melhores. (...) Hoje o PROMORAR é motivo de polêmica. Caracterizado por um aglomerado humano das mais diversas origens, com os mais variados hábitos possíveis de se imaginar... Somado à falta absoluta de emprego e de assistência social. (FARINA, 1986, p.228).

Ao caracterizar o Bairro como um aglomerado humano, é importante salientar a composição étnica e cultural dos moradores, formada em sua maioria por trabalhadores de baixa renda, oriundos de diferentes áreas da cidade que anteriormente migraram de outras localidades. Os moradores tinham pouca instrução, muitos deles afrodescendentes, eram empregados com baixa remuneração na indústria e no comércio ou atuavam no mercado informal.

A informalidade ficava ainda mais evidente entre as mulheres que entram no mercado de trabalho, principalmente como diaristas, empregadas domésticas e babás, atividades pouco remuneradas, muitas vezes exercidas sem carteira assinada. Já entre os homens, a informalidade se dava principalmente nos seguintes ofícios: pintor, pedreiro, auxiliar de pedreiro, marceneiro, eletricista, gari, entre outros. Com pouca qualificação profissional, eles tinham dificuldade em entrar no mercado de trabalho, atuando em setores com baixa remuneração, como evidencia a fala do ex-prefeito Victor Antônio Pletsch:

(...) onde é que eles vão buscar uma empregada doméstica? No PROMORAR. Quem que eles têm dentro de casa? Uma empregada doméstica do PROMORAR, não é uma filha de um agricultor que vai trabalhar fazer limpeza da casa, é uma empregada doméstica. Para o serviço, vão pegar mulheres e homens lá no PROMORAR, eles dão a volta por lá com os carros com o som do autofalante pra pedir emprego (...).<sup>27</sup>

Ao falar sobre os trabalhadores, é importante analisar a condição de classe assumida por essas pessoas, e a histórica dicotomia entre as classes sociais existentes desde a implantação do capitalismo e da Revolução Industrial.

As práticas de controle típicas de sociedades capitalistas ultrapassam a organização do trabalho e adentram ao cotidiano das pessoas, são mecanismos que exercem controle sobre o tempo, com o relógio-ponto, nas regras sociais e na vigilância dos espaços de convivências.

---

<sup>27</sup> Entrevista concedida por Victor Antônio Pletsch, em Nova Prata, no dia 28/03/2014, que tem importante participação e influência política na cidade de Nova Prata, tendo sido eleito para quatro mandatos como prefeito, 1983-1988, 1993-1996, 2005-2008, 2009-2012.

Nota-se, ainda, que o problema do controle social da classe trabalhadora compreende todas as esferas da vida, todas as situações possíveis do cotidiano, pois este controle se exerce desde a tentativa de disciplinarização rígida do tempo e do espaço na situação do trabalho até o problema da normatização das relações pessoais ou familiares dos trabalhadores, passando, também, pela vigilância contínua do botequim e da rua, espaços consagrados ao lazer popular. (CHALHOUB, 2012, p.51).

Ao abordar a divisão de classes durante a expansão capitalista no continente europeu, nos séculos XVIII e XIX, Hobsbawn aponta a relação entre a classe trabalhadora e a burguesia, apresentando três possibilidades aos pobres que vivem à margem da sociedade burguesa: “Eles podiam lutar para se tornarem burgueses, poderiam permitir que fossem oprimidos ou então poderiam se rebelar.” Tornar-se burguês, deixar a condição de pobre é “tecnicamente difícil” para alguém que carece de bens ou de instrução, vivendo em um mundo individualista e puramente utilitário de comportamento social (HOBSBAWN, 2006, p.280).

Outro aspecto importante defendido pelo autor é a desmoralização que muitos pobres estavam mergulhados, devido à situação de miséria e exploração que se encontravam, destituídos das tradicionais instituições e padrões de comportamento, muitos caíam no abismo dos recursos de sobrevivência.

Em nosso período, o desenvolvimento urbano foi um gigantesco processo de segregação de classes, que empurrava os novos trabalhadores pobres para as grandes concentrações de miséria alijadas dos centros de governo e dos negócios, e das novas áreas residenciais da burguesia. (HOBSBAWN, 2006, p.280).

As formas de desvio do comportamento social podem ser vistas como tentativas de fuga ou amenização da pobreza e da humilhação, da condição de ser pobre. Os sinais desta desmoralização, como alcoolismo, prostituição e violência, fruto da exclusão e da segregação, são também formas de sublevação e resistência por parte dos excluídos da sociedade.

É preciso entender que as relações de trabalho são muito mais complexas do que as que se estabelecem entre patrão e empregado, é necessário englobar nessa dinâmica todas as pessoas que não se enquadram no sistema por serem rejeitadas ou por não optarem em tornar-se um trabalhador assalariado, tirando seu sustento na informalidade, como vendedores ambulantes, diaristas, prostitutas e outros que acabam por sofrer preconceitos pela sua opção.

A relação de controle social entre a classe dominante e dominada é muito complexa, a subordinação de uma perante a outra não se dá somente pela exploração econômica e

mecanismos de controle, mas há a cooptação e incorporação de regras sociais que fazem com que o dominado seja “sujeito de sua própria dominação”, como aponta Chalhoub:

Se parece simples constatar que a classe trabalhadora é mero objeto no que diz respeito à exploração econômica não parece tão simples apreender o caráter da dominação compreendida num sentido mais amplo, que abrangeria a totalidade das relações sociais. O que ocorre de fato, é que a classe trabalhadora é, em certa medida, sujeito de sua própria dominação (...) aqueles que são objeto de exploração econômica se sente, na maior parte do tempo, como se fossem os principais autores de sua própria vida. (2012, p.148).

Constatando o distanciamento e as condições de vida e moradia da área em estudo, nota-se que a organização do espaço urbano, além de visar o afastamento da população pobre, funciona como um mecanismo de controle social para organizar e disciplinar a população.

Essa relação de vigilância e dominação fica evidenciada pela divisão do Bairro, que inicialmente não era dividido por ruas ou avenidas, mas por quadras que eram denominadas pelas letras do alfabeto, cada uma delas tinha um líder. Quando um morador precisava de algo, recorria a ele, que levava esses pedidos para as reuniões mensais entre o grupo de líderes. Os assuntos abordados eram encaminhados para a prefeitura, esperando a ajuda ou intervenção para a solução dos problemas.

A escolha de moradores para a mediação entre eles e o poder executivo, e a interferência desses líderes nos problemas e conflitos do Bairro demonstravam uma forma de controle exercido sobre aquela população.

## 1.5 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOS MORADORES

Abordar a diferenciação de classe na complexidade da dinâmica social existente ultrapassa a análise da estrutura econômica. A disposição dos agentes na sociedade considera o capital econômico, cultural e simbólico que esses detêm e que é seu fator de diferenciação e distribuição social e geográfica. Afirma Bourdieu:

Todo empreendimento científico de classificação deve considerar que os agentes sociais aparecem como objetivamente caracterizados por duas espécies diferentes de propriedades: de um lado, propriedades materiais que, começando pelo corpo, se deixam denominar e medir como qualquer outro objeto do mundo físico; de outro, propriedades simbólicas adquiridas na relação com sujeitos que os percebem e apreciam, propriedades essas que precisam ser interpretadas segundo sua lógica específica. (2013, p.106).

Assim, a divisão de classes deve superar o objetivismo que as denomina como “populações enumeráveis” separadas por fronteiras objetivamente inscritas na realidade, e o subjetivismo que reduz a “ordem social” a uma classificação coletiva alcançada pela associação das classificações individuais. (BOURDIEU, 2013, p.108).

A diferenciação de classe e sua classificação são evidenciadas pelas falas dos entrevistados, quando questionados sobre o olhar dos moradores de Nova Prata sobre o Bairro, Pletsch afirma:

(...) tem uma tendência, tem uma tendência política aqui em Nova Prata, um, um segmento político que não gosta de construir casa pra pobre porque sabe que vem problema, como se aqui como eu já disse e repito, como se aqui no centro da cidade não tivesse problema, tem vários problemas também aqui no centro, mas o pessoal foi se adaptando, foi como vou dizer se amansando um com o outro e hoje é um bairro calmo, tem problema como tudo que é lugar tem, todos outros bairros também tem problema, existe problema de encrenca, existe problema de vizinhos, existe problema, nos outros bairros todos também não é diferente (...).<sup>28</sup>

Reafirma essa análise Cassol:

(...) tem uma certa discriminação “a é lá da vila”, tanto que as pessoas nem dizem o bairro, chamam “a é lá da vila”. Isso é muito de cada um, de pessoa pra pessoa, eu já estive em outras escolas com alunos de lá, e nossa, pessoas maravilhosas, é muito de cada um isso de enxergar. Eu não vejo assim eu vejo como um lugar claro com concentração maior de problemas em função de tudo isso, eu acho que principalmente em função da família, como em todas as famílias, mas lá a concentração de problemas é maior em função disso, mas eu acho que sempre tem a discriminação nesses bairros menos favorecidos, sempre, tem em qualquer cidade eu acho que de modo geral é discriminado.<sup>29</sup>

De acordo com a fala de Cassol, a desestrutura familiar é uma das causas da concentração de problemas sociais. Porém, a visão tradicional de família típica da classe média não condiz com as regras e comportamentos próprios dos moradores do Bairro. Para Bourdieu, as classes sociais, de alguma forma, existem duas vezes, uma na distribuição das propriedades materiais e outra nas representações que são produzidas pelos agentes manifestadas nos estilos de vida.

---

<sup>28</sup>Entrevista concedida por Victor Antônio Pletsch em Nova Prata no dia 28/03/2014. Figura pública com importante participação e influência política na cidade de Nova Prata, tendo sido eleito para quatro mandatos como prefeito, 1983-1988, 1993-1996, 2005-2008, 2009-2012.

<sup>29</sup> Entrevista concedida por Marilice Cassol, em 21/03/2014 nas dependências do Colégio Nossa Senhora Aparecida. Marilice atuou como professora de séries iniciais na Escola do Bairro São João Bosco por aproximadamente dois anos, no início da década de 1980. Ela foi uma das quatro professoras que iniciaram a escola.

Esses dois modos de existência não são independentes, ainda que as representações tenham certa autonomia em relação às distribuições: a representação que os agentes se fazem de sua posição no espaço social é o produto de um sistema de esquemas de percepção e de apreciação (*habitus*) que é ele mesmo o produto incorporado de uma condição definida por uma posição determinada quanto à distribuição de propriedades materiais (objetividade 1) e do capital simbólico (objetividade 2) e que leva em conta não somente as representações (que obedecem às mesmas leis) que os outros têm dessa mesma posição e cuja agregação define o capital simbólico (comumente designado como prestígio, autoridade, etc.), mas também a posição nas distribuições retraduzidas simbolicamente no estilo de vida. (2013, p.111).

As diferenças existentes se transformam em “distinções reconhecidas” através das representações sociais, expressas nas entrevistas ao se referir aos moradores como “os de lá”, ou seja, não pertencem ao mesmo espaço, “ou vileiros”, impondo uma identidade aos moradores daquela área.

Essa diferenciação legitimada funciona como um capital simbólico que ganha valorização a partir da diferença. O capital simbólico firma seu poder pela diferenciação que é incorporada pelos indivíduos que reconhecem essas propriedades distintivas como língua, mobília, roupa, tipo de casa, como “estilos expressivos, formas transformadas e irreconhecíveis das posições e relações de força.” (BOURDIEU, 2013, p.111). As formas de viver são cobertas pela distinção em razão de um princípio socialmente determinado que expressa a posição social, segundo o autor:

Para uma prática ou uma propriedade funcionar como *símbolo de distinção* basta que seja posta em relação a qualquer uma das práticas ou das propriedades que lhe são praticamente substituíveis num certo universo social; portanto, que seja recolocada no universo simbólico das práticas e das propriedades que, funcionando na lógica específica dos sistemas simbólicos, a das separações diferenciais, retraduz a diferenças econômicas em marcas distintivas, signos de distinção ou em estigmas sociais. (BOURDIEU, 2013, p.112).

Símbolos utilizados pelos moradores acabam por diferenciá-los do restante da população: roupas de doação, gírias específicas, tipo musical preferido, corte de cabelo, arquitetura das casas e tipo de emprego, são transformados em “símbolos de distinção” que demarcam a posição social ocupada por esses sujeitos.

A legitimação por um sistema de classificação faz com que os bens materiais deixem de ser apenas objetos para tornarem-se “signos de reconhecimento”, tendo função de uma “língua primordial, pela qual somos falados mais do que falamos”. Assim a



distribuição desigual de renda e serviços é vista como um “sistema de marcas distintas” (BOURDIEU, 2013, p.113).

A legitimação do *status quo* se perpetua pela naturalização da posição social, baseada em uma hierarquia marcada pela diferença. A naturalização da estratificação e da subordinação de um grupo perante outro encobre os conflitos sociais existentes entre os diferentes setores da sociedade que por estarem em lados opostos têm interesses distintos, o mesmo autor afirma:

O desconhecimento dos fundamentos reais das diferenças e dos princípios de sua perpetuação é o que faz com que o mundo social seja percebido não como o espaço do conflito ou da concorrência entre grupos de interesses antagônicos, mas como “ordem social”. Todo reconhecimento é desconhecimento: toda espécie de autoridade, e não apenas aquela que se impõe por meio de ordens, mas aquela exercida sem nos darmos conta, aquela que dizemos natural e que está sedimentada numa linguagem, numa atitude, nas maneiras, num estilo de vida, ou mesmo nas coisas. (BORDIEU, 2013, p.113).

Ao analisar o processo de formação das cidades, principalmente na segunda metade do século XX, é notável a falta de políticas públicas para resolver ou ao menos amenizar a desigualdade social e a segregação que afloram nesses espaços. Esse período foi marcado pelo grande fluxo migratório, subdesenvolvimento e aumento da desigualdade econômica e social. Colabora para o entendimento desse processo no Bairro PROMORAR a fala da professora Romanzini:

(...) o Bairro começou a crescer, crescer, vinha gente de fora, porque a princípio, o objetivo do Bairro era juntar todos os moradores pobres que moravam aqui no município, então tinha lá do cemitério aquelas casas, tinha, em todos os bairros tinha barracos e pessoas morando assim em precariedade, então eles resolveram fazer aquilo, pra pegar os nossos daqui e botar lá e dar uma infraestrutura pra eles. Só que começou, o pessoal de fora ficou sabendo e começaram a vir e na época assim quanto mais gente vinha, veio o lado político aí também e vou te dizer foi o que eu senti, foi isso sabe, quanto mais gente mais votos, então a manipulação e saí prefeito entra prefeito e cada prefeito trazia mais gente e foi isso aí que aconteceu e daí virou naquilo. E um monte de gente que não aguentou ficar lá saiu, e aí eles saiam, alugavam as casas pra outras pessoas.<sup>30</sup>

Assemelha-se a essa visão Schimitt:

---

<sup>30</sup> Entrevista concedida por Adélia Carnevalli Romanzini, em 28/03/2014 na sua residência. Adélia atuou como professora de séries iniciais na Escola Padre Josué Bardin por vinte e nove anos. Ela foi uma das quatro professoras que iniciou a escola.

Em si, houve uma rejeição por parte da população mais rica da cidade, e ainda existe uma discriminação bastante acentuada e houve uma deturpação dos objetivos, na verdade, o objetivo era atender esse pessoal, que foi atendido, mas a população mais rica deturpou isso aí e, de fato, não houve por parte da prefeitura um acompanhamento que pudesse, já incrementar demais lá já foi um erro bastante grande. Talvez, que houve uma outra preocupação de colocarmos também lá, de atendermos brigadianos da cidade, que se inscreveram no programa e foram contemplados justamente com o objetivo que houvesse pessoas de segurança na comunidade, para dar um certo respeito.<sup>31</sup>

Ao falar de pobreza, elencam-se a seguir as características desse fenômeno urbano. É importante que se analise seu surgimento e suas consequências sociais e na geografia da cidade, assim como a formação de espaços para a população menos favorecida, de forma que sejam abordadas as mudanças do contexto urbano, as transformações resultantes disso e a forma como os agentes sociais se articulam e interagem dentro deste espaço. (HITA; DUCCINI, 2007). Analisando a pobreza como resultado de um processo de exclusão social, os autores apontam:

Trata-se de um conjunto de relações sociais em contextos de globalização econômica, técnica e também cultural, numa época em que a questão urbana se redefine em outros termos, incluindo também o reconhecimento dos autores sociais situados em seu espaço. (HITA; DUCCINI, 2007, p.284).

Sendo assim, é necessário relacionar o micro com o macro, os sujeitos precisam relacionar-se com o mundo, sentir-se parte dele. Nesse sentido, é preciso ver a história local como campo de produção de consciência histórica. Consciência que parte da valorização do ser e agir desses sujeitos, agentes de produção histórica.

Dessa forma, a incorporação do local na construção da historiografia se insere como parte de um desafio maior: um caminho para a edificação de uma consciência histórica, “como possibilidade de reconhecer a identidade pelo caminho da insignificância. (...) reconheço o valor que pode ter a história local para esclarecer os pontos obscuros da história geral (...). Reconheço mais na História Local um valor pedagógico porque coloca a criança em presença de realidades” (COUSINET, 1950 *apud* GONÇALVES, 2007, p.187).

A formação identitária do lugar ultrapassa a fronteira do Bairro, ela é construída a partir da visão dos moradores sobre a cidade e eles mesmos. Mas também a visão da cidade sobre os habitantes daquele espaço urbano que pertence à cidade, mas que permanece a sua margem. (HITA; DUCCINI, 2007).

---

<sup>31</sup> Entrevista concedida por João Carlos Schimitt em sua residência no dia 17/05/2014. Ele foi prefeito da cidade de Nova Prata por dois mandatos 1977-1983 e 1989-1992.

É impossível falar de identidade sem falar de sociabilidade. A identidade pode ser entendida como um conjunto de representações que a sociedade e os indivíduos constroem sobre algo que dá unidade a experiências múltiplas. Nesse caso, a sociabilidade acontece nos espaços do bairro, públicos, como nas ruas, praças, bares, escola, igrejas e privados onde são tecidas as relações entre seus moradores. As identidades são construídas de formas diversas, de acordo com o contexto sócio-histórico de cada sujeito, de seus valores e de sua interpretação de mundo. (ARAÚJO, 2001).

Também é importante considerar que as identidades culturais não são estanques, mas resultado transitório dos processos de identificação. E a pluralidade das identificações é influenciada pela obsessão da diferença e pela divisão hierárquica do que é distinto, como apresenta Santos (2010, p.135): “quem pergunta pela sua identidade questiona as referências hegemônicas, mas ao fazê-lo, coloca-se na posição do outro e, simultaneamente, numa situação de carência e por isso de subordinação.”

Pensar na história de formação do Bairro São João Bosco, o distanciamento social e geográfico, a situação de vulnerabilidade social que se encontra a maioria de seus moradores é romper com as referências hegemônicas e ter autonomia para construir a própria identidade. Buscando na formação histórica do lugar e na dinâmica cultural existente uma significação própria que constitui o conjunto de valores que guiam as ações desses indivíduos.

Porém, o processo de rompimento acontece a partir da reflexão e compreensão das relações sociais existentes, ao compreender a influência cultural que é exercida por força externa e a dinâmica cultural própria deste espaço, o Bairro.

Assim, a construção da identidade para os moradores de um Bairro pobre de periferia é romper com a identidade imposta ou negada. Por pensar a identificação como fator de diferenciação e estratificação, que divide a sociedade entre aqueles que constituem sua identidade e quem não têm o direito a escolha, tendo sua identidade imposta. Como afirma Bauman:

Num dos polos da hierarquia global emergente estão aqueles que constituem e desarticulam as suas identidades mais ou menos à própria vontade, escolhendo-as no leque de ofertas extraordinariamente amplo, de abrangência planetária. No outro pólo se abarrotam aqueles que tiveram negado o acesso à escolha da identidade, que não têm direito de manifestar suas preferências e que no final se vêem oprimidos por identidades aplicadas e impostas por outros – identidades de que eles próprios se ressentem, mas não tem permissão de abandonar nem das quais conseguem se livrar. Identidades que estereotipam, humilham, desumanizam, estigmatizam (...) (2005, p.44).

Nesse sentido, os classificados como subclasse têm negada a oportunidade de obter uma identidade, por serem excluídos dos espaços onde as identidades são esquadrihadas. Portanto, vivem à margem da sociedade, já que lhes é negada a individualidade e a cidadania.

A negação da identidade se faz presente, neste caso específico, no discurso hegemônico, ao nomear este espaço, Bairro São João Bosco, pejorativamente de “vila” e seus moradores de “vileiros”, impondo a eles uma identidade da qual não se sentem pertencentes, contudo, a incorporam, percebendo o lugar que lhes é imposto na sociedade, o de marginal. Como fica explícito no relato da professora Romanzini:

Porque o povo aqui de Nova Prata, não aceitou a vila lá em cima, porque eram pessoas pobres e porque eles tinham aquele medo assim ó! Pessoal de fora, tudo pobre, a gente não conhecia, aí começou assim, marginais de fora, então meio que o povo se revoltou porque a cidade não precisava disso, porque que a cidade precisava de uma vila? Né, porque é assim, e tá certa essa mentalidade, o pensamento era assim, três, quatro casas lá perto do cemitério e tinha mais cinco, seis no outro bairro, mais cinco ou seis no outro, as pessoas todas separadas elas não tinham força, não tinham força, tu domina, agora tudo junto e ainda vindo de fora, eles ficaram com medo. Olha uma favela do Vidigal, uma favela da Rocinha, que é isso aí. E eles, o povo daqui, achou que aquilo lá ia virar uma favela, dominada por traficantes, então teve uma rejeição em função disso, não é e nem nunca foi. Tem droga lá, tem bastante, mas tem aqui no centro também, só que aqui é mais escondido, lá tu sabe que é mais assim, lá a coisa é pequena, aqui tu não sabe, mas tem, tem em tudo que é lugar tem, na sociedade, poder aquisitivo alto, médio, baixo a gente sabe que tem, só que lá eles tem o poder aquisitivo mais baixo então como é que é uma conotação que todo pobre, ele, o pobre, ele é pobre e ele não trabalha porque ele é vagabundo ele só não é rico porque ele é vagabundo, ou ele só não é uma classe média porque ele é vagabundo e eu já não penso assim. Quanta gente de lá trabalha, tem os vagabundos, têm, mas não necessariamente que aqueles que tão lá são vagabundos né, então têm esse pré-conceitos.<sup>32</sup>

Ao falar sobre a marginalização e negação da identidade, alguns aspectos do depoimento acima chamam a atenção, um deles é o medo que a criação do núcleo habitacional gerou, por aglutinar a população pobre da cidade em um mesmo espaço, ocasionando a perda de controle sobre um número maior de pessoas. Além disso, a chegada de pessoas pobres, provenientes de outras cidades poderia, na concepção da época, gerar uma maior criminalidade, tornando aquela área um território fora do controle e das regras sociais hegemônicas.

A preocupação em instalar uma escola e a ABEN para atender os jovens da localidade, nomear líderes para mediar os conflitos e buscar apoio junto ao poder público,

---

<sup>32</sup> Entrevista concedida por Adélia Carnevalli Romanzini, em 28/03/2014 na sua residência. Adélia atuou como professora de séries iniciais na Escola Padre Josué Bardin por vinte e nove anos. Ela foi uma das quatro professoras que iniciaram a escola.

bem como a importância do trabalho da assistente social no período inicial do Bairro, garantiram a vigilância e controle daquele espaço.

Outro aspecto relevante exposto na fala da professora é a visão do restante da cidade sobre o Bairro, a relação entre pobreza e vadiagem, colocando a primeira como resultado da segunda. Nesse sentido, a “mentalidade” dominante considera a culpa por ser pobre ao próprio indivíduo, que se encontra nessa situação devido à falta de disposição para o trabalho. E a ligação entre vadiagem, pobreza e marginalidade, tem uma função utilitária, a de justificar os mecanismos de controle da camada da população mais pobre, como apresenta Chalhoub:

No discurso dominante, o mundo da ociosidade e do crime está à margem da sociedade civil – isto é, trata-se de um mundo marginal, que é concebido como imagem invertida do mundo virtuoso da moral, do trabalho e da ordem (...). Assim, cria-se um sistema segundo o qual o indivíduo mais bem situado na hierarquia social é sempre mais dedicado ao trabalho, mais moral e ordeiro do que o indivíduo que o precede. Ao contrário, quando maior a pobreza do indivíduo, maior sua repulsa ao trabalho e menor a sua moralidade e seu apego à ordem. (2012, p.78).

Relaciona-se a construção da identidade pela diferença, pela distinção do outro, a identidade depende de algo externo para existir, de uma identidade que ela não é, mas que fornece condições para que ela exista. Desse modo, a identidade é marcada pelo que a difere, conforme Woodward:

A identidade é marcada pela diferença, mas parece que algumas diferenças – neste caso entre grupos étnicos – são vistas como mais importantes que outras, especialmente em lugares particulares e em momentos particulares. (2000, p.11).

É necessário compreender que a identidade não é fixa, mas que sua construção está ligada a vários fatores, entre eles o da diferença – eu me constituo a partir do que me diferencia do outro. E também está associada ao social, material e simbólico, determinando quem é incluído ou excluído de determinado grupo. Como afirma a mesma autora: “A cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade<sup>33</sup>”.

Liga-se a isso, o escrito de Santos (2010) com a ideia exposta anteriormente por Bauman (2005), que relaciona a identidade à subordinação, à exclusão e à negação da

---

<sup>33</sup> “Subjetividade sugere a compreensão que temos sobre o nosso eu. O termo envolve os pensamentos e as emoções conscientes e inconscientes que constituem nossas concepções sobre “quem Nós somos”. A subjetividade envolve nossos sentimentos e pensamentos mais pessoais” (WOODWARD, 2000, p.55).

inserção de determinado grupo na sociedade. Fala-se em crise de identidade motivada pela globalização e suas mudanças econômicas e sociais que produzem novas identidades. Porém, a globalização frente à identidade produz diferentes efeitos, o distanciamento de identidades ligadas à cultura local, criando uma homogeneidade cultural, ou, pode gerar uma resistência a isso, fortalecendo as identidades locais.

Outra mudança importante apresentada por Woodward (2000), é que nas sociedades modernas não há um centro determinado que produz a identidade, mas há uma pluralidade de centros. Assim, novas identidades podem surgir a partir de diferentes lugares. É importante salientar que vivenciamos inúmeras identidades que dependem das diferentes situações a que estamos expostos “(...) somos posicionados – e também posicionamos a nós mesmos – de acordo com os “campos sociais” nos quais estamos atuando” (WOODWARD, 2000, p.30).

Ao reforçar a ideia de que as identidades são fabricadas pela marcação da diferença e que ocorrendo de duas maneiras, uma pelos sistemas simbólicos de representação, outra pelas formas de exclusão social, a identidade depende da diferença para ser construída. “As formas pelas quais a cultura estabelece fronteiras e distingue a diferença são cruciais para compreender as identidades.” (WOODWARD, 2000, p.41).

Dessa maneira, a consciência histórica que está ligada à identidade, e trabalha como um modo específico de orientação temporal, colabora para a compreensão da realidade passada para agir no presente. É a percepção de que a sociedade é o resultado de um processo de séculos, e como agentes históricos, fizemos parte. (CONCEIÇÃO; DIAS, 2011).

Portanto, compreender o espaço temporal e geográfico ocupado é fundamental para analisar o papel do indivíduo, as relações sociais e as forças de dominação e resistência que existem na sociedade.

O papel do ensino de história, aqui abordado, é abrir espaço para novas perspectivas, uma vez que é função da história olhar e interpretar o passado, questionar o presente e buscar as rupturas na tradição. A construção da consciência histórica é de extrema importância por “colocar o tempo sob julgamento humano” e problematizar, desconstruir e reconstruir a cultura histórica. (CERRI, 2011, p.102).

Ao abordar consciência histórica e identidade, busca-se analisar a identidade estereotipada, cristalizada pela sociedade, desconstruindo-a, possibilitando um novo olhar sobre o local em estudo, compreendendo que é resultado de uma construção histórica que constitui o espaço físico, as fronteiras geográficas e sociais, as relações culturais e identitárias dos moradores do Bairro São João Bosco.

## **2 “EU ACHO QUE A ESCOLA TEM EXTREMA IMPORTÂNCIA, EXTREMA IMPORTÂNCIA MESMO”<sup>34</sup>**

O objetivo deste capítulo é analisar o contexto social que resultou na implantação da Escola e a sua relação com a construção da identidade dos estudantes e moradores.

Para isso, aborda o universo escolar, o qual será caracterizado através de documentos oficiais da Escola e de entrevistas com moradores, professores e funcionários do educandário e membros do poder executivo, que exerceram o cargo de prefeito durante o período estudado.

Ao analisar o papel da Escola, dentro da perspectiva proposta, é preciso compreender as relações que acontecem no interior deste campo social, a Escola e seu entorno, e os conflitos que tangem essas relações.

### **2.1 A FUNÇÃO DA ESCOLA E SUA INTERAÇÃO COM A SOCIEDADE**

O papel da Escola Municipal Padre Josué Bardin, na construção da identidade dos moradores do Bairro São João Bosco, está vinculado às formas como são tecidas as relações sociais dentro do espaço escolar e como isso interfere na dinâmica social, cultural e econômica da comunidade.

É importante mencionar que a comunidade recebeu como primeira iniciativa educacional a extensão do Colégio Nossa Senhora Aparecida, cuja fotografia (FIGURA 7) mostra a inauguração de seu imponente prédio localizado na região central da cidade.

---

<sup>34</sup> Trecho retirado da entrevista de Eloiza Maria da Silveira que atuou como professora e na direção da escola, atualmente está aposentada da rede municipal de ensino e continua atuando como professora na rede pública estadual no Instituto de Educação Tiradentes, localizado na área central de Nova Prata. Entrevista concedida no dia 13/03/2014, em sua residência.

**FIGURA 7: Inauguração do Colégio Nossa Senhora Aparecida em 19 de novembro de 1944.**



Fonte: Arquivo Foto Perin.

O Colégio Nossa Senhora Aparecida<sup>35</sup>, no ano de 1970, deixa de ser mantido pelas Irmãs do Imaculado Coração de Maria e passa a ser administrado pela Associação Comunitária de Educação e Ação Social de Nova Prata (ACEASNOP), formada por um grupo de líderes pratenses no ano anterior. A presença das irmãs permanece na escola através da docência e outros trabalhos por elas realizados. A relação do Colégio Nossa Senhora Aparecida, escola particular, frequentada pelos membros das famílias abastadas de Nova Prata, com o Bairro de habitação popular São João Bosco, se deu no início do Bairro, como consta no histórico do Colégio Nossa Senhora Aparecida.

No decorrer do ano de 1982, com a formação do Bairro Pró-Morar surgiu a ideia de que a escola deste bairro poderia ser uma extensão do Colégio Nossa Senhora Aparecida, por causa de sua filosofia, onde as irmãs poderiam atuar mais diretamente no seu campo de trabalho.

A ideia foi amadurecendo e tornou-se realidade, com o incentivo do Prof. João Carlos Schimitt, Prefeito da Época.

Em 1º de março de 1983 a ACEASNOP inicia suas atividades na escola do Bairro Pro-Morar e sendo extensão do Colégio Nossa Senhora Aparecida recebeu o nome de Colégio Nossa Senhora Aparecida, iniciando com 127 alunos de 1ª a 3ª série.

<sup>35</sup> Fundado em 1937 por iniciativa das Irmãs do Imaculado Coração de Maria.



A demarcação dos espaços identitários do Bairro contou com a ação filantrópica que levou à extensão da Escola. Essa assumiu funções de assistência por ter sido a primeira instituição construída no local, apoiada pelo slogan “Educar não é introduzir alguém no mundo já construído, mas ajudar a alguém a transformar o mundo”, que está presente no histórico do Colégio Nossa Senhora Aparecida.

Ao se tratar da extensão do Colégio Nossa Senhora Aparecida no Bairro PROMORAR, “transformar o mundo”, como indicou a frase anterior, não significou promover uma transformação social naquele contexto, mas sim amenizar os problemas enfrentados pelos moradores do local, servindo como mediadora entre os agentes externos e internos. Assim, a Escola acabou por amparar os moradores do Bairro, os quais nitidamente não estavam inseridos na sociedade, tendo em vista a situação a qual se encontravam: vulnerabilidade e afastamento geográfico, cultural e social.

Como é possível observar na fala da professora Silveira<sup>36</sup>, que atuou na Escola Padre Josué Bardin por mais de vinte anos:

Mas diante da realidade que se vivia, ou tu abraçava ou tu abraçava, não tinha outra coisa pra fazer. Então a gente se viu, diante de toda essa realidade, dividir um pouco, se doar além do nosso trabalho, o lado social, a saúde deles, sabe? (...). Iam pra escola porque na verdade, o objetivo deles era ir pra fazer o lanche, porque muitos ficavam até a hora do recreio com fome, era a merenda, era o lanche que eles tinham pra fazer, era a alimentação do dia. (...) a escola foi fundamental, eu acho que se não tivesse tido a escola lá desde a época que ela surgiu, a realidade hoje seria totalmente diferente e bem desastrosa, porque ela teve inclusive na época que nós estávamos trabalhando com um número bem considerável de alunos sabe, a população daqui não sabia, nem imaginava que podia existir tudo isso de alunos (...) conseguimos diminuir o número de evasão, fazendo com que o aluno participasse mais da escola, a escola estava mais presente na vida deles, nós íamos nas casas. Eu cansei de ir para o bairro à noite, numa época que diziam que não dava pra entrar no bairro e hoje graças a Deus todo mundo circula tranquilo. Eu circulava lá no bairro a pé, eu ia nas casas, conversava com os pais, o que estava acontecendo com o filho, se precisavam de alguma ajuda, dando uma orientação. Eu acho que a escola tem extrema importância, extrema importância mesmo. (...) nós estávamos lá pra cumprir uma tarefa e nós que eu digo todos, ninguém faz nada sozinho, estávamos lá para cumprir um trabalho social também e isso eu acredito que nós fizemos e fizemos mais do que era parte da nossa competência, abraçamos e mostramos que nós podíamos fazer e fizemos muito pela comunidade (...).

Abordar a importância social que a Escola teve na formação do Bairro São João Bosco, ao estar inserida na comunidade, ultrapassava os muros do prédio, realizando um trabalho que ia além do desenvolvimento da aprendizagem. Essa Escola possuía uma função

---

<sup>36</sup> Eloiza Maria da Silveira atuou como professora e na direção da escola, atualmente está aposentada da rede municipal de ensino e continua atuando como professora na rede pública estadual no Instituto de Educação Tiradentes, localizado na área central de Nova Prata. Entrevista concedida no dia 13/03/2014, em sua residência.

social importante pelos cuidados que oferecia ao público, não apenas aquele que frequentava a instituição, mas também pais e familiares. Fornecendo alimentação, cuidado com a higiene e a preocupação com a sociabilidade, além de regras de convivência das crianças que frequentavam a Escola.

A preocupação com problemas sociais fez com que a comunidade escolar atuasse de forma efetiva junto aos moradores para amenizar as relações de conflito existentes dentro da própria dinâmica cultural do Bairro e do Bairro para com o restante da cidade, uma vez que as visitas às famílias se propunham não apenas ao reconhecimento, mas à orientação sobre os códigos de postura moral. Portanto, era imposta a essa população uma outra forma de convívio que não é necessariamente a que estavam acostumados, condicionando-os a valores alheios ao seu contexto.

Ao tratar das transferências culturais que se estabelecem através da Escola, percebe-se que as relações dentro do espaço escolar são permeadas pelos anseios, práticas e normas típicas da sociedade em que ela faz parte. Nesse sentido, utiliza-se o conceito de *cultura escolar* para compreensão do conjunto das práticas e normas, internas e externas, vivenciadas na Escola pelos seus agentes.

É necessário, justamente, que eu me esforce em definir o que eu entendo aqui por *cultura escolar*, tanto isso é verdade que esta cultura escolar não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política, ou cultura popular. Para ser breve, poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo épocas. (JULIA, 2001, p.10).

A Escola, por ser uma instituição de reprodução e hierarquização das práticas culturais<sup>37</sup> e das identidades sociais, possui significativa importância para a reafirmação dessas classificações e das distinções criadas externamente e refletidas no seu interior pelos seus agentes.

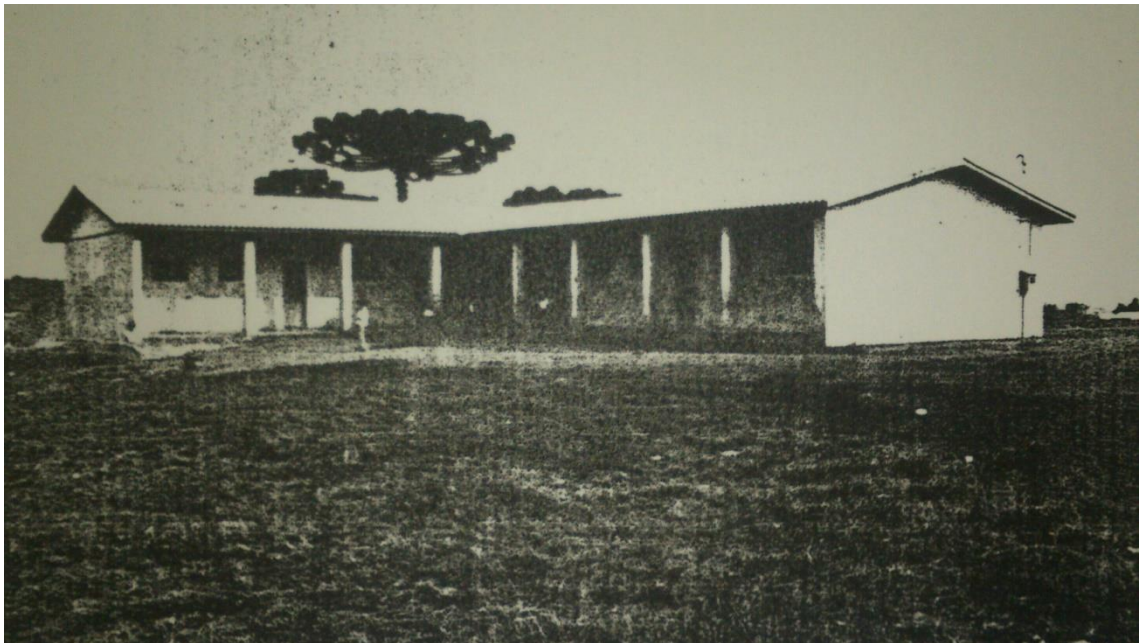
---

<sup>37</sup> Referendando a partir das ideias de Bourdieu apresentadas nesse trabalho.

## 2.2 A ESCOLA E A FORMAÇÃO DO SISTEMA DE ENSINO NO BRASIL<sup>38</sup>

Para compreender o contexto social que resultou na implantação da Escola no início dos anos 1980, é importante abordar as transformações e as permanências da política educacional brasileira assim como a legislação resultante, já que a Escola é uma instituição assistida pelo poder público, portanto, ligada a um sistema de ensino e políticas educacionais propostas pelo Estado.

**FIGURA 8: Bloco da Escola PROMORAR, construído em 1983.**



Fonte: Colégio Nossa Senhora Aparecida.

A fotografia acima permite visualizar aspectos arquitetônicos, assim como possibilita a abordagem a uma instituição escolar que caracteriza uma região que está se constituindo e que tem como marca a pobreza.

Ao trabalhar com educação desde a Constituição de 1824, Algebaile (2009) mostra que a ampliação e a afirmação da educação como direito garantido por lei, portanto, presente na Constituição e nas leis complementares, é um processo moroso onde muitas vezes as

---

<sup>38</sup> Sistema de ensino é entendido como o sistema administrativo de organização do serviço público constituído pelas entidades e instituições educativas.

Art. 15º. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público. (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

mudanças propostas e colocadas em prática acarretam perdas de aparentes conquistas. Além disso, uma análise histórica da legislação que trata da educação no Brasil demonstra que geralmente o Estado declara os direitos, mas não os assegura.

Durante a Era Vargas, o dever do Estado na educação é colocado como suplementar, cabendo à família o papel principal como provedor da educação. Assim, a ação do Estado se destacava, principalmente, entre as classes menos favorecidas, o incentivo ao ensino profissionalizante, aumentando ainda mais o abismo entre a educação destinada às classes mais altas e à classe trabalhadora.

(...) A forma jurídica do direito à educação, portanto, longe de se dirigir a parâmetros igualitários, tornava-se, exatamente, o lugar da formulação da desigualdade, na medida em que concorria para oficializar a tendência já existente de instituir ensino profissional “como ensino destinado aos pobres”. (ALGEBAIL, 2009, p.102).

No Regime Militar, de 1964 até 1985, período que abrange os anos iniciais da Escola PROMORAR<sup>39</sup>, posteriormente nomeada como Escola Padre Josué Bardin, a legislação vigente delegava “transferência progressiva de responsabilidades educacionais para os municípios, além de manter aberta a possibilidade de repasse de verbas públicas para escolas privadas”. (ALGEBAIL, 2009, p.109).

Nesse contexto, começam as atividades da Escola em estudo, como consta no Livro de Arquivos:

Com a formação do Bairro Pró-Morar em 1982, devido ao número de crianças, houve a necessidade de se construir uma escola. Mesmo antes de concluída, a professora Vera Viana iniciou seu trabalho com uma classe de Pré-escolar numa das casas do bairro.

O terreno onde se encontra a escola foi doado pela Prefeitura Municipal e a construção do 1º prédio foi feita pelo Colégio Nossa Senhora Aparecida Escola de 1º e 2º graus.

A escola ainda em fase de construção começou a funcionar em 1983 com duas salas de aula, uma cozinha, 2 sanitários e uma secretaria, iniciando com 127 alunos de 1º a 3º séries com as seguintes professoras: Ana Betariz Machado Fontoura, Adélia Carnevalli, Marilice Cassol, Terezinha Lunardi.

A administração nesta época era feita pela Irmã Anisia Thiele, Irmã Idalina Garbim, Irmã Geralda Zortéia e Clessi Garcia. Uma das pessoas que também muito colaborou com a escola foi Noeli Francisca Antunes da Silva que era doméstica.

A direção do Colégio Nossa Senhora Aparecida era composta pela Irmã Honorina Biasi (Diretora) e João Carlos Scimitt (Diretor Administrativo).

Não poderíamos deixar de citar o Sr. Alcides Vieira como um assíduo colaborador em todas as tarefas da escola, um homem que se dispôs a ajudar sem nenhuma

---

<sup>39</sup> A Escola ainda não recebeu o nome de Padre Josué Bardin, sendo nominada como Escola PROMORAR.

remuneração. (Livro de Arquivos da Escola Municipal Padre Josué Bardin, nº 12 A, p.2).

A Escola, inicialmente denominada PROMORAR, referência ao projeto que da o primeiro nome do Bairro, nasce da necessidade de escolarização dos filhos das famílias que se estabelecem no conjunto habitacional, atendendo um número considerável de 127 crianças da 1ª, 2ª e 3ª série.

A falta de estrutura física da Instituição fica evidente no pequeno número de salas de aula, apenas duas para atender a um contingente significativo de estudantes, além de não possuir refeitório, biblioteca e área para lazer e atividades físicas.

Observa-se, também, que a direção e o gerenciamento da instituição estavam a cargo do Colégio Nossa Senhora Aparecida, que foi responsável pela construção da Escola auxiliada pela prefeitura, que doou o terreno. Como apresenta o prefeito em exercício na época João Carlos Schimitt:

Bom, mas aí, antes mesmo, no desenvolver dos trabalhos, se verificou que lá iria haver um número bastante acentuado de crianças, então se pensou numa escola, e também veio verba estadual, federal para a construção da escola. E aí, diante de um público com dificuldades financeiras, pessoas pobres, quem sabe lá com algum tipo assim de dificuldade de discernimento e de conhecimento também, nós falamos com as irmãs que trabalhavam no Aparecida e elas aceitaram em assumir. Então ficou por um tempo, a escola ficou por um bom tempo com o nome de Josué Bardin, que também o nome foi escolhido por mim, porque eu me lembro de ter ligado para o padre vigário, padre José Meneguzzo, e perguntei qual é que tinha sido o primeiro padre de Nova Prata, e ele me deu o nome de padre Josué Bardin. Então, as irmãs assumiram a direção da escola, os professores eram todos do Colégio Aparecida, então havia uma conotação também de cunho religioso, e os alunos não pagavam nada, evidente, mas havia bolsa que se chamava bolsa salário educação. Então, houve um financiamento da escola através do salário educação.<sup>40</sup>

Ao analisar o discurso do representante do poder público sobre a formação da Escola, é possível verificar a intenção de estabelecer uma instituição de ensino naquele local, devido ao número de crianças e à condição social dos moradores, tidos como “pessoas pobres” e com dificuldade de “discernimento e de conhecimento”. Para ele, são sujeitos que precisam da colaboração do Estado, que atua através de uma instituição de ensino particular, para garantir a educação e a socialização das pessoas que passam a habitar o PROMORAR.

---

<sup>40</sup> Entrevista concedida por João Carlos Schimitt em sua residência no dia 17/05/2014. João Carlos Schimitt foi prefeito da cidade de Nova Prata por dois mandatos 1977-1983 e 1989-1992.

Compreende-se, desta forma, a articulação das instituições envolvidas no processo de formação da Escola e do Bairro São João Bosco.

A presença da Igreja Católica fica evidente pela ordem religiosa que assume a responsabilidade pela Escola, e pelo nome dado a ela, Padre Josué Bardin, primeiro pároco do município. O setor econômico, através da bolsa salário educação, possibilitava os recursos financeiros para a manutenção, pelo Colégio Aparecida, da Escola. Essa bolsa era financiada pelas empresas da cidade através de convênio entre o Colégio Aparecida com setores da economia local.

Ficam presentes as relações de imposição e dominação que foram historicamente construídas no Brasil pela relação entre domínio econômico, político e religioso que são legitimados pelas instituições da sociedade civil e dos aparelhos do Estado, entre eles a escola, como apresenta Cattani:

Histórica e concretamente, deparamo-nos, no Brasil, com uma sólida relação entre domínios econômico, político e ideológico por parte de minorias poderosas que desenvolvem contínuo trabalho de legitimação e reforço da posição que ocupam valendo-se das instituições da sociedade civil, de aparelhamento do Estado e de peculiares estratégias econômicas, arregimentando a sociedade em torno de um conjunto de idéias e valores que sustentam, simbolicamente, uma forma de produzir, organizar e distribuir os bens sociais de maneira extremamente desigual. (CATTANI; KIELING, 2007, p.173).

Assim, a implantação da Escola Josué Bardin associou os interesses dos poderes público, religioso e econômico, os quais participaram no projeto de educação e socialização dos moradores do Bairro, utilizando o educandário como um dos instrumentos pelo qual ele foi colocado em prática.

A Escola, como integrante de um sistema de ensino, acaba por reproduzir e reafirmar a estrutura social, selecionando o que é considerado como capital cultural de maior valor, ou seja, aquele que pertence ao grupo dominante. Dessa forma, o sistema de ensino é organizado para imprimir de forma sutil uma estrutura de classes que assegura o direito do predomínio de um determinado grupo, que exerce esse poder por mecanismos de dominação e controle.

O modelo escolar que classifica o estudante pela valorização do capital cultural tradicional ou das classes dominantes que este detém, impõe barreiras para a ascensão social dos indivíduos que não possuem capital social, econômico e cultural para embasar um possível sucesso na vida escolar. Ao impor um modelo cultural, a educação formal reafirma e naturaliza as divisões de classe, ao fazer com que os agentes envolvidos nesse processo

incorporem e naturalizem a estrutura social, ficando impedidos de tomar consciência das relações de dominação existentes na sociedade.

O peso das representações de legitimidade, e em particular da legitimidade da AP dominante, no sistema dos instrumentos (simbólicos ou não) que asseguram e perpetuam o domínio de um grupo ou de uma classe sobre a outras, é variável historicamente: a força relativa do esforço que é assegurado à relação de força entre os grupos ou as classes pelas relações simbólicas que exprimem essas relações de força é tanto maior, isto é, o peso das representações de legitimidade na determinação completa da relação de força entre as classes é tanto maior quanto 1) o estado de relação de forças permite menos às classes dominantes invocar o fato grosseiro e brutal da dominação como princípio de legitimação de sua dominação e quanto 2) o mercado onde se constitui o valor simbólico e econômico dos produtos das diferentes AP está mais completamente unificado. O reconhecimento da legitimidade de uma dominação constitui sempre uma força (historicamente variável) que vem reforçar a relação de força estabelecida, porque, impedindo a apreensão das relações de força como tais, ele tende a impedir aos grupos ou classes dominadas a compreensão de toda força que lhes daria tomada de consciência de sua força. (BOURDIEU, 2014, p.36).

Ao trabalhar o sistema de ensino como reproduzidor da estrutura social e legitimador das relações de dominação de um grupo ou classe sobre outro, Bourdieu (2014) apresenta o modo pelo qual as relações de dominação ocorrem através da classificação e seleção dos capitais sociais, culturais e econômicos pertencentes à classe dominante e exigido dos indivíduos para o sucesso escolar e profissional. Os indivíduos das classes subalternas, por serem desprovidos desses capitais e nem possuírem os meios para adquiri-los, são impossibilitados de ascender socialmente e romper com o estado de alienação de sua própria condição de dominação e vulnerabilidade social.

A educação escolar também é criadora do *habitus*, interiorizando nos indivíduos a estrutura social no qual estão inseridos, ao naturalizar as formas de dominação e impedir a tomada de consciência das relações de força existentes. Essa afirmação apropriada significado às fotografias, em especial à FIGURA 4 do capítulo 1 e à FIGURA 8 deste capítulo, que demonstram, através dos aspectos arquitetônicos e da localização, o afastamento e a vulnerabilidade social em que os moradores se encontravam.

A formação do modelo educacional voltado para os interesses do padrão econômico e social vigente acompanha o processo de formação histórica da escola e do sistema de ensino. Nos diferentes períodos históricos, a escola acompanhou as exigências do sistema econômico dominante e reforçou a estrutura social resultante disso.

É importante não esquecer que o movimento de colonização da educação pelos objetivos e discursos do capital, da empresa, da administração e da gerência não é, de modo algum, novo. Ele remonta à própria gênese e institucionalização da educação de massas, no século XIX, ligadas à necessidade de habitação à disciplina do trabalho capitalista de uma população acostumada ao ritmo e aos processos de outros meios de produção. Já nas primeiras décadas do século XX, era explicitamente a fábrica capitalista que aparecia como o modelo que a escola deveria seguir, tendo como base as receitas tayloristas. Nesta era de capitalismo global, são as grandes organizações capitalistas e suas estratégias de reorganização do processo de trabalho que aparecem como espelho no qual as escolas e os sistemas educacionais devem se mirar. (SILVA, 1996, p.172).

A imposição da cultura dominante como cultura legítima e a exclusão dos que não possuem determinada cultura aos estudos considerados inferiores ou de segunda ordem na hierarquia cultural, serve para reafirmar as hierarquias sociais, que classificam os indivíduos de acordo com o seu capital, seja ele econômico, social ou cultural.

Ao analisar a trajetória escolar dos indivíduos das camadas populares, é possível notar que a função da Escola abrange muito mais que a transmissão de conteúdos, seu papel está associado à instrução de normas sociais, às relações de poder e à imposição do modelo cultural dominante, como ocorreu na implantação do Bairro e da Escola, através da ação de um colégio particular, poder público, assistente social e outras iniciativas que visaram normatizar as relações sociais.

### 2.3 A ESCOLA DO LUGAR E O LUGAR DA ESCOLA

A análise da Escola em estudo requer a compreensão da relação entre as motivações de sua criação, o público que a frequenta e sua localização geográfica. A ligação entre esses fatores estabelece as características que a instituição educacional possui e sua função.

O início da Escola e as características do Bairro são retratados na fala de uma moradora, que trabalhou como merendeira e foi responsável pela limpeza nos primeiros anos da instituição de ensino: “Tinha quatro salas, a secretaria, a cozinha e dois banheiros. Mas depois que eu saí dali, eles aumentaram com outras salas. Não tinha a creche, não tinha o posto de saúde. Era só o colégio mesmo, e depois quando eu trabalhava, eles construíram a igreja. É, mas era só isso daí que tinha.”<sup>41</sup>

---

<sup>41</sup> Noeli Antunes da Silva foi líder de quadra e uma das primeiras moradoras do Bairro. Entrevista concedida em sua residência, no Bairro São João Bosco, no dia 21/07/2014.



Evidencia-se, na fala acima, o processo de construção do espaço da Escola e do Bairro e a importância do educandário, por ser a primeira instituição ali instalada e pela função social que exercia junto à comunidade.

Para a análise do espaço em que a Escola está situada, Stoco e Almeida (2011) utilizam um conceito essencial para entender a distribuição das escolas no espaço dos municípios e as características do lugar onde estão instaladas, o da vulnerabilidade social. Ao analisar esse fenômeno, os autores buscam compreender sua dinâmica e a forma como as pessoas reagem a essa condição. Já que diferente de pobreza, vulnerabilidade não é estático, uma pessoa pode estar vulnerável e não ser pobre. Sendo assim, o conceito ultrapassa a questão material e passa a ter relação com aspectos da condição social.

Com base nessas afirmações, estar em situação de vulnerabilidade social é mais abrangente que estar em situação de pobreza, pois se refere à condição de não possuir ou não conseguir usar ativos materiais e imateriais que permitiriam ao indivíduo ou grupo social lidar com a situação de pobreza (ALMEIDA; STOCO, 2011 p.665).

Ao abordar esse conceito, os autores trabalham com a segregação espacial, já que a organização da população, segundo suas características, torna o espaço um padrão de organização social. Esse tipo de tendência influenciou muitos estudos que buscam explicar a paisagem a partir das características dos diferentes grupos sociais. Habitar determinado espaço geográfico da cidade está ligado a um conjunto de fatores que não apenas condicionam, mas “fazem do território um gerador de condições sociais.” (ALMEIDA; STOCO, 2011, p.665).

**TEBELA 2: Dados gerais das escolas municipais – 1991.**

Nº	ESCOLA	Nº DE PROF.	Nº DE ALUNOS	LOCALIZAÇÃO			DISTÂNCIA DA SEDE (km)
				U	PERIF.	R	
01	E. M. Agnelo P. Vieira	01	06			X	20
02	E. M. Armando Busato	01	06			X	08
03	E. M. Basalto	02	34		X		02
04	E. M. Carlos Tarasconi	02	23			X	10
05	E. M. Clemente Tarasconi	02	18			X	06
06	E. M. Dr. Félix E. Filho	02	18			X	05
07	E. M. Dr. Getúlio Vargas	04	37			X	10

08	E. M. Eugenio Farina	01	09			X	03
09	E. M. Fernando Lenzi	01	12			X	11
10	E. M. Graciano Fochesatto	01	07			X	09
11	E. M. Pe. Josué Bardin	16	228		X		03
12	E. M. 11 de Agosto	01	05			X	12
13	E.M. Oscar da C, Karnal	01	07			X	O6
14	E.M. Pe. Anchieta	02	07			X	16
15	E.M. Antônio Seganfredo	01	08			X	22
16	E.M. Pe. Diogo Feijó	02	16			X	10
17	E. M. Pedro Pagnocelli	02	17			X	08
18	E. M. Placidina V. de Araújo	04	34			X	09
19	E. M. Profª Adelina Tomedi	01	07			X	12
20	E. M. Ancylla L. da Silva	01	06			X	18
21	E. M. Profª Melina L. Fidler	02	22			X	07
22	E. M. Reinaldo Cherubini	06	34			X	04
23	E. M. Ricardo Baccarin	01	08			X	12
24	E. M. São Brás	01	04			X	11
25	E. M. São Luiz Gonzaga	01	06			X	06
26	E. M. União da Serra	01	14			X	13
TOTAL		60	592		02	24	

Fonte: Plano Municipal de Educação e Cultura 1990 -1993<sup>42</sup>.

Na localização da Escola em estudo, verifica-se pelo levantamento feito pelo Plano Municipal de Educação e Cultura 1990-1993, que ela estava classificada como uma escola de periferia. Essa classificação a distingue, juntamente com a escola E. M. Basalto, por serem as únicas duas escolas municipais localizadas no perímetro urbano, e pelo grande número de estudantes matriculados, o que a tornava a maior escola da rede municipal.

É pertinente salientar que a E. M. Basalto, hoje E. M. E. F. Ângela Pelegrini Paludo, localizada no bairro Basalto, tem sua história interligada com o Bairro São João Bosco e a Escola Pe. Josué Bardin, pela proximidade física e pela história em comum, já que os dois bairros são criados como conjuntos habitacionais, voltados à população de baixa renda.

Ao abordar a localização, o Plano Municipal de Educação e Cultura, elenca “As escolas municipais sitas na periferia urbana possuem numerosa clientela não satisfazendo a todas as necessidades. Essa situação tende a agravar-se devido ao acelerado crescimento

<sup>42</sup> Projeto de Lei Nº 094/91.

populacional. Por isso, apesar das boas condições destes prédios, urge ampliá-los para atender a demanda escolar.” (Projeto de Lei N° 094/91, p.20).

O aumento populacional da periferia, devido à perspectiva de crescimento dessa região pelo fluxo de migrantes que chegam à cidade, era uma preocupação do poder público que apontava a necessidade de ampliar o prédio da escola para atender à demanda de estudantes.

Adentrando às características da população do Bairro, o documento apresenta: “A concentração maior de analfabetos é no Bairro PROMORAR porque esta população, em sua maioria, é proveniente de outros municípios que pouco estimulam a frequência à escola nas séries fundamentais. Quanto aos filhos de Nova Prata, constatamos que pouco ou nada existe em termos de analfabetismo.” (Projeto de Lei N° 094/91, p.21).

Essa constatação apresentada no documento demonstra o fluxo migratório que caracteriza o Bairro e o as condições dos migrantes que chegam ao município. O analfabetismo, que segundo o documento atinge 2% da população pratense, consequência da vulnerabilidade e exclusão social, é característica histórica da população menos favorecida no Brasil.

Dessa maneira, habitar um espaço pode ser resultado da condição econômica, cultural ou social. Podendo estar ligado à classe que o sujeito pertence, etnia, religião ou determinada pelo fator econômico. A vulnerabilidade dos moradores do Bairro e das crianças que frequentavam a Escola é retratada na fala da professora Ronanzini:

**T- BOM ADELIA, EU GOSTARIA DE SABER A TUA EXPERIÊNCIA COMO PROFESSORA, UMA DAS PRIMEIRAS PROFESSORAS DA ESCOLA JOSUÉ BARDIN, QUE NEM ESSE NOME TINHA NA ÉPOCA NÉ? OU ELA JÁ COMEÇA COM ESSE NOME?**

Não, ela não começa, era escola não tinha o nome era escola PROMORAR e assim eu comecei lá em 82, quando iniciou o bairro, quando eles começaram a construir as primeiras casas do bairro.

**T- SIM.**

Então não tinha escola ainda, então nós, eu comecei assim fazendo.

Eles construíram o bairro porque na entrada ali do bairro tinha umas, umas casas, era barracos e as pessoas muito, muito, muito carentes, em condições precárias, tinha no cemitério, então o município resolveu comprar aquelas terras e fazer casas pra essas pessoas. Inclusive onde chamavam ramada tá, dizem antigo bairro PROMORAR é a ramada, porque era as casas onde as pessoas não tinham onde morar então eles se instalavam em barracos, e ai queimou uma casa, morreu uma criança então o poder público sentiu essa necessidade de construir. Daí eles construíram cento e vinte casas no começo e ai foi até de 82 eles começaram e a escola surgiu em 83 e então tinha, começaram a escola, tinha duas salas de aula, a secretaria, a cozinha e os banheiros e daí nós naquele ano mesmo a gente começou a lecionar, então tinha eu e mais três professores, tinha primeira e segunda série e as crianças eram grandes, porque eles nunca tinham estudado então eu tinha que era a primeira série, eu

alfabetizava e eu tinha crianças de dez, quinze anos que nunca tinham entrado numa escola. Antes disso enquanto surgia essa escola eles tinham uma casinha na entrada do bairro, a primeira casinha que construíram bem lá embaixo que era, ela servia de casinha do leite que era também a casinha da pastoral da criança e tinha a professora Vera Viana que dava aula pra essa escola, manhã e tarde, foi a primeira, primeira escola do bairro, depois aí eles construíram essa, Josué Bardin, que mais adiante colocaram o nome de Josué Bardin, ela não tinha nome era só escola e era conhecido como PROMORAR. PROMORAR é porque era o sistema habitacional que na época o poder público contratou que era Cohab, casinhas da Cohab, que eles construíam e davam pros moradores e aí como eram muitas casas os moradores faziam mutirão. Como que eles pagavam as casas as casas? Por horas trabalhadas. Então eles ajudavam a construir e pagavam suas casas assim até que eles entravam nas casas. As casas não tinham janela não tinham água, não tinha luz ainda e foram entrando nas casas, e a escola também, nos começamos lá não tinha nem janela, a gente saiu no bairro fazer um levantamento das crianças que tinham que ir pra escola e começou assim. Começou com cento e cinco crianças eu acho na época, é, cento e cinco crianças, duzentas e quatro casas e lá naquela lá embaixo onde que tinha a pré-escola começou a aumentar, aumentar crianças e daí não tinha como, e a idade também não tínhamos como, elas não tinham idade pra pré-escola, tinham de mais idade, e aí que as irmãs do Colégio Aparecida do Sagrado Coração de Maria, como elas tinham a filosofia, é assim, elas tinham que ter uma instituição beneficente, então elas assumiram a escola lá em cima, era do Colégio Aparecida, então ficou uma extensão, então na época era... as crianças estudavam lá com bolsas de estudo, as firmas aqui do município elas pagavam pra cada criança poder estudar, pagaram tanto para o Colégio Aparecida tá e esse dinheiro custeava a escola lá em cima, as irmãs cuidavam dela, e eu no início fui pra sala de aula. Tinha eu e a professora Tere Lunardi, a professora Elizabete Ciotta, depois eu e a Terezinha ficamos a professora Elizabete saiu e começaram a vir outras e aí as irmãs, elas cada dia subia uma pra cuidar, aí com o tempo teve a necessidade de ter uma diretora, então eu fui uma diretora de lá, fiquei uns anos como diretora, mas aí eu não era diretora, porque diretora era aqui do Aparecida, porque lá era uma extensão então era uma subdiretora, mais ou menos isso. Aí depois no ano de 1990 eu acho que a escola começou a crescer e crescer e aí o Colégio Aparecida não conseguiu mais aumentar aquilo e coisa, então ela passou a ser municipal, aí que ela passou a ser do poder público, então daí que eles aumentaram, começaram, a aumentar o número de salas, construíram mais duas, depois construíram mais e foi indo, foi indo e tá aquilo lá que tem hoje, que hoje é. E o bairro também começou e então assim, um prefeito construiu o PROMORAR, que eles chamavam de PROMORAR. Depois outro prefeito aí construiu, fizeram o Mutirão que era outro bairro tudo junto ali, depois veio outro prefeito que era o João Carlos e o Victor Pletsh aí cada um construiu um tanto de casas dava um nome, e aí veio a Colmeia, então é três bairros no mesmo, era o PROMORAR, depois veio o Mutirão e depois veio a Colmeia, três né

#### **T- CONJUNTOS HABITACIONAIS.**

Conjuntos habitacionais, aí resolveram fazer só um e escolheram o nome de São João Bosco, até aqui eu tenho que fala do São João Bosco, que foi um padre, ele é tido como um santo amigo dos pobres e humilde, então conversando com o pároco do município ele também foi um modelo de educador na época.<sup>43</sup>

Ao falar sobre o início da Escola, a professora aborda a motivação inicial da construção do Bairro e a condição precária em que se encontravam os moradores daquela localidade. Além dos novos moradores, que eram de outras partes da cidade e passaram a habitar aquele espaço. Outro fato abordado pela entrevistada são as características dos

<sup>43</sup> Entrevista concedida por Adélia Carnevalli Romanzini, em 28/03/2014 na sua residência. Adélia atuou como professora de séries iniciais na Escola Padre Josué Bardin por vinte e nove anos. Ela foi uma das quatro professoras que iniciaram a escola.

primeiros estudantes “crianças de dez, quinze anos que nunca tinham entrado numa escola”. A idade avançada desses estudantes que começavam a ser alfabetizados reforça a condição de vulnerabilidade social que tem como características a carência de bens materiais e culturais, entre eles a baixa escolaridade.

Observa-se que, antes da construção do conjunto habitacional, havia uma escola para os moradores que estavam naquele espaço. Essa escola era atendida por uma professora e funcionava em uma “casinha” que também comportava a pastoral da criança e a “casinha do leite”. O espaço, dividido com outros organismos de assistência social, aproxima a visão da escola como uma instituição que tem uma função de auxílio às crianças pobres que a frequentavam.

A Escola passou a ter prédio próprio após as Irmãs assumirem a instituição, através do Colégio Nossa Senhora Aparecida, porém as condições pouco melhoraram já que as dificuldades enfrentadas pelas professoras, como falta de material e a estrutura física, ainda se faziam presentes. Além disso, o educandário dependia, para poder funcionar, do dinheiro recebido através do Colégio Aparecida.

A dependência financeira que acompanhava a subordinação pedagógica limitava a liberdade de ação dos agentes internos da Escola, como demonstra a fala da entrevistada: “fiquei uns anos como diretora, mas aí eu não era diretora, porque diretora era aqui do Aparecida, por que lá era uma extensão, então eu era subdiretora (...)”

Dessa forma, a escola pública<sup>44</sup> carece de uma maior liberdade, além de ser destinatária e não promotora de um projeto pedagógico que norteie suas ações. Como apresenta Sacristán:

Assim como o ensino privado aparece valorizado aos olhos de certos pais por oferecer um modelo moral e um perfil “educacional”, a escola pública, vítima do recato e/ou da burocratização interna e externa, apresenta, nesse sentido, seus contornos bastante apagados. (1996, p.164).

A Escola como espaço de convivência recebeu, em 1983, um ano após sua fundação, sua primeira ampliação, devido ao aumento do número de estudantes. No ano seguinte, começa o trabalho de coordenação pela professora Miriam Ferronato, neste mesmo ano inicia

---

<sup>44</sup> Utiliza-se aqui o termo *escola pública*, mesmo que nesse período o educandário era uma extensão do Colégio Nossa Senhora Aparecida e estava aos cuidados da Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, pela parceria que existia entre o poder público e a iniciativa privada na criação e manutenção dessa instituição.

um trabalho especial com crianças que apresentavam dificuldades na aprendizagem. Em 1984, a Escola atendia 150 crianças do pré até a quarta série, como consta no Livro de Arquivos.

No ano de 1986, houve um acordo entre a Prefeitura Municipal e o Colégio Nossa Senhora Aparecida, “sendo que ficou estabelecido que a Prefeitura Municipal ficaria responsável pelo corpo docente e a manutenção da Escola e o Colégio Nossa Senhora Aparecida com parte pedagógica.” Essa parceria entre o poder público e a iniciativa privada se deu até o município assumir total responsabilidade pela instituição, no início dos anos 1990.

A municipalização da Escola ocorre em uma conjuntura nacional, de baixa qualidade da educação, somada à oferta insuficiente de vagas e ao aumento das desigualdades sociais. Nesse contexto, ocorre a transferência da responsabilidade da educação básica da União para os municípios, com a possibilidade de suprir a necessidade educacional, estabelecendo um acordo entre o poder público e uma instituição privada.

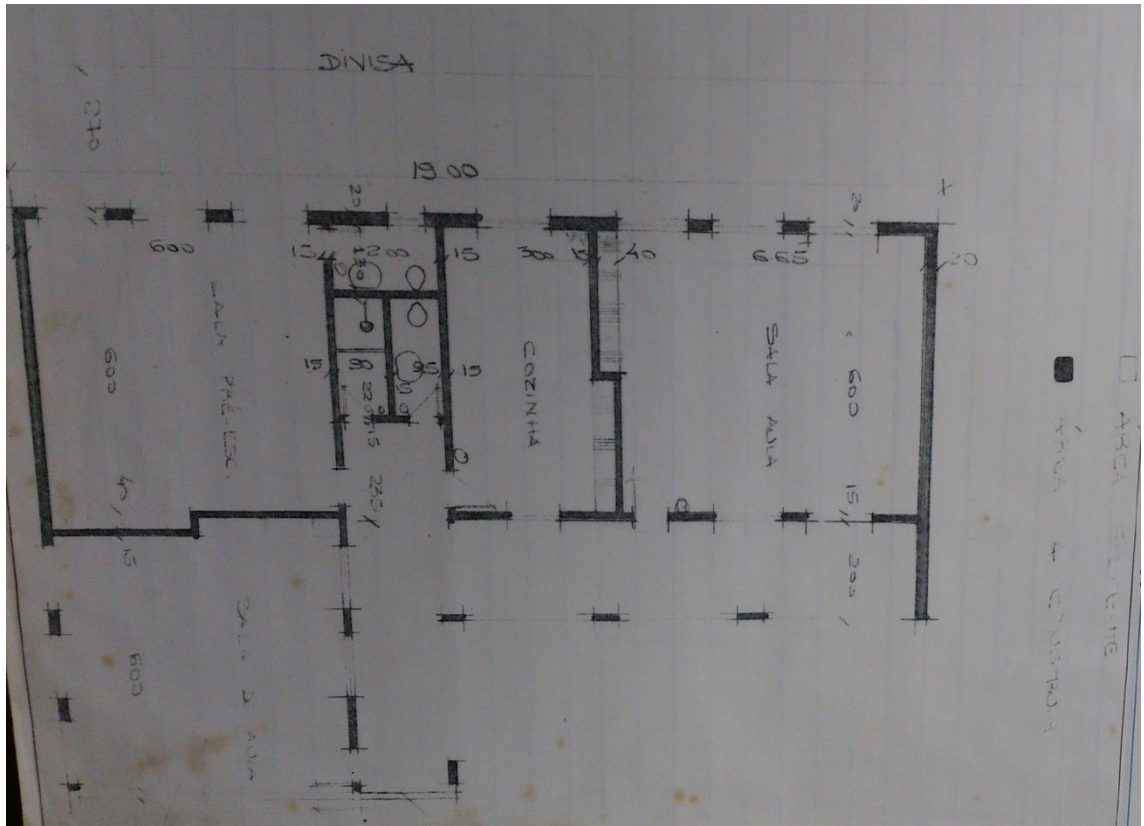
É desnecessário lembrar que as imprecisões das medidas legais sobre as responsabilidades do Estado na oferta educacional não eram meros equívocos de redação legislativa, mas o equivalente jurídico da baixa disposição das classes dirigentes de assumir compromissos no campo social claramente delineados, sobretudo quanto à universalização efetiva dos direitos sociais. Daí que tais transferências jamais se traduziam em realização concreta das condições mínimas do acesso à escola, mesmo no nível mais elementar, considerado obrigatório. (ALGEBAILLE, 2009, p.109).

A transição da Escola Promorar para o poder público apresentou peculiaridades como observa-se no Livro de Arquivos.

Em 1987 e 1988 iniciou-se negociação para que a escola tivesse apenas um órgão responsável, pois esta se encontrava com uma série de dificuldades financeiras, além disso não havia cobranças de taxas e por realizar trabalhos em comunidade de baixo poder aquisitivo, tivesse que fazer distribuição de material escolar. Porém, essas negociações não levaram a nada, porque ambos não aceitavam nenhum tipo de acordo. (Livro de Arquivos da Escola Municipal Padre Josué Bardin, nº 12 A, p.4).

Os motivos pelos quais as negociações não deram resultado nesse período são desconhecidos, já que não se encontram referências na documentação analisada, contudo, fica evidente que as negociações começaram motivadas pela dificuldade financeira enfrentada pela Escola. Devido ao aumento crescente de estudantes, já somavam 180, e por serem de baixa renda, o que os impedia de pagar taxas para colaborar financeiramente e por prover os materiais utilizados por esses alunos, o que gerava um déficit financeiro para a instituição.

**FIGURA 9: Planta da Escola no ano de 1989.**



Fonte: Livro de Arquivos da Escola Municipal Padre Josué Bardin, nº 12 A, p.5.

Em 1989, a Escola é novamente ampliada com a construção de três salas de aula, uma cozinha e três sanitários para atender ao crescente número de alunos. Essa forma desordenada de ampliação da Escola em estudo está relacionada à falta de planejamento da educação, o que foi uma constante na história do ensino público brasileiro.

## 2.5 DÉCADA DE 1990: A ESCOLA, AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E A CONSTITUIÇÃO DE 1988

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A Constituição Federal de 1988 assegura, através do Artigo 205, a educação como um direito de todos que tem como principal objetivo a construção da cidadania. Somadas a isso, as transformações na legislação do país, resultado de adaptação da Carta de 1988 pelos

estados, municípios e demais órgãos da sociedade civil, fazem com que ocorram mudanças significativas na sociedade brasileira.

As mudanças sociais ocasionadas pela reabertura democrática e pela Constituição são notadas no Plano Municipal de Educação e Cultura para os anos de 1990-1993<sup>45</sup>, que propõe as ações baseadas nas diretrizes básicas para a rede municipal de ensino.

O Plano Municipal tem como *Marco Referencial* a análise situacional que elenca uma série de problemas enfrentados pelo Brasil naquele período e propõem uma reavaliação do *Sistema Educacional*, visto naquele momento como reflexo do sistema dominante<sup>46</sup>. O texto também assinala como motivo dos problemas educacionais a falta de uma “filosofia educacional definida e a má qualidade dos profissionais da educação que não possuem “referencial teórico suficiente.” (Projeto de Lei Nº 094/91, p.13).

Como *Marco Doutrinal*, o mesmo documento elenca a busca por uma sociedade mais igualitária, justa e humana, onde os cidadãos tenham supridas suas necessidades básicas e sejam sujeitos de sua própria história. Além disso, afirma “Nós, como educadores, podemos contribuir para a formação deste homem de que a sociedade idealiza (...) necessitamos de uma escola aberta, que dê oportunidade aos educandos a desenvolverem suas potencialidades e habilidades e que, conscientemente torne-se um cidadão crítico oportunizando a construção de uma nova sociedade.” (Projeto de Lei Nº 094/91, p.14).

Como *Marco Operacional*, o documento propõe uma educação voltada à realidade, que trabalhe o aluno na sua totalidade, “preparando-o para a vida e não para o mero acúmulo de informações e fazendo com que ele construa a sua própria visão de mundo”. O documento também aborda a necessidade de uma escola aberta aonde “a participação ultrapasse os níveis de colaboração de decisão e atinja o nível de construção em conjunto” (Projeto de Lei Nº 094/91, p.15).

---

<sup>45</sup> Projeto de Lei Nº 094/91

Art. 1º - É aprovado o Plano Municipal de educação e Cultura de 1990-1993, conforme minuta anexa que faz parte desta Lei.

Art. 2º - O Plano Municipal de Educação e Cultura ora aprovado servirá como norma para execução de atividades e projetos na área de educação e cultura para o período de 1990-1993.

<sup>46</sup> 5 - Marco Referencial. 5.1 - Situacional - Diante dos pressupostos acima cabe-nos reavaliar a situação em que se encontra o Sistema Educacional, pois ele é agente de transformação social, com vistas à construção de uma sociedade mais justa e fraterna; contudo, o que vemos hoje é o reflexo do sistema dominante, priorizando os conteúdos sistematizados, quase sempre fora da realidade, a valorização da memorização, o livro didático é um recurso primordial, a participação comunitária é restrita; isso tudo, é consequência de uma educação que não tem uma filosofia definida, ou profissionais não possuindo referencial teórico suficiente para o aproveitamento global dos recursos materiais e humanos, não vendo o currículo como um processo que irá interferir na vida da pessoa. (Projeto de Lei Nº 094/91).



No contexto de elaboração desse projeto, os *marcos* que o norteiam são baseados numa concepção sociológica e política da educação que está vinculada, como defende Silva (1996), à luta contra as desigualdades, às forças de dominação e todas as formas de injustiça. Porém, passadas mais de duas décadas da elaboração do Plano, percebe-se que as mudanças propostas e a visão de uma educação libertadora, inclusiva e igualitária, é uma realidade ainda muito distante.

A adequação do município à nova legislação é apontada no documento: “A obrigação do município é garantir o acesso e permanência de todos os alunos com idade escolar a fim de concluir o 1º grau, também dar atendimento às necessidades no aspecto físico (...) desencadeando uma ação educativa comprometida com os interesses e as características sócio-culturais e econômicas da comunidade.” (Projeto de Lei Nº 094/91, p.16). Essa proposta vai ao encontro da obrigatoriedade da educação básica, o acesso e permanência na escola e a responsabilidade dos municípios pelo ensino fundamental e pré-escolar que está presente no capítulo III da Constituição da República.

Ao relacionar a legislação nacional e o Plano Municipal de Educação e Cultura do início da década de 1990, se faz pertinente a análise de Sacristán (1996) sobre o espaço ocupado pela educação pública e as funções por ela desempenhadas:

(...) tanto na prática como no plano do discurso, têm a ver com a realização de um projeto no qual o estado assume o desafio de proporcionar educação, basicamente nos níveis primário e médio, com o objetivo de universalizá-la, fornecendo recursos e estruturas organizacionais; atribuindo a si mesmo, enquanto representante da sociedade, um papel importante naquilo que se refere ao planejamento, aos conteúdos, a direção e ao controle desse projeto. (SACRISTÁN, 1996, p.150).

Dessa forma, o modelo educacional adotado pretendia atender à demanda da sociedade brasileira e às intenções do modelo econômico neoliberal e das classes dominantes, já que a educação como projeto e ação do Estado está atrelada às intenções do grupo dominante e ao padrão econômico vigente.

Como decorrência dos processos de transformações sociais e culturais, os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1998 apontam:

A percepção do outro (diferente) e do nós (semelhante) é diversa em cada cultura e no tempo. Ela depende de informações e de valores sociais historicamente construídos. É sempre mediada por comportamentos e por experiências pessoais e da sociedade em que se vive. Em diferentes momentos da História, indivíduos, grupos e povos conheceram as desigualdades, as igualdades, as identidades, as diferenças, os consensos e os conflitos, seja na convivência social, espacial, política, econômica,

cultural e religiosa, seja na convivência entre etnias, sexos e idades. Esses convívios mantiveram relações com valores, padrões de comportamentos e atitudes de identificação, distinção, equiparação, segregação, submissão, dominação, luta ou resignação, entre aqueles que se consideravam iguais, inferiores ou superiores, próximos ou distantes, conhecidos ou desconhecidos, compatriotas ou estrangeiros. (PCN, 1998, p.35).

Mesmo com todos os avanços nos debates democráticos sobre a educação, ao ingressar na escola, como defende Passos e Gomes (2012), a criança depara-se com a linguagem específica do universo escolar, necessitando para a sua compreensão um conhecimento prévio, que é dado pela educação familiar, porém as famílias menos favorecidas econômica e culturalmente, não conseguem dar esse suporte a seus filhos, e estes são penalizados por não possuírem os pré-requisitos exigidos desde as séries iniciais. Referendando essa análise:

Na realidade, devido ao fato de que elas correspondam aos interesses materiais e simbólicos de grupos ou classes diferentemente situadas nas relações de força essas AP tendem sempre a reproduzir a estrutura da distribuição do capital cultural entre os grupos ou classes, contribuindo do mesmo modo para a reprodução da estrutura social; com efeito, as leis do mercado em que se forma o valor econômico ou simbólico, isto é, o valor enquanto capital cultural, dos arbitrários culturais reproduzido pelas diferentes AP e, por esse meio, dos produtos dessa AP (indivíduos educados), constituem um dos mecanismos, mais ou menos determinantes segundo os tipos de formações sociais, pelos quais se encontra assegurada a reprodução social, definida como reprodução da estrutura das relações de força entre as classes. (BOURDIEU, 2014, p. 32).

Ao fazer uso dos escritos de Bourdieu, é preciso contextualizar as diferenças entre a França, seu objeto de estudo, e o Brasil. Na França e em outros países de economia avançada, há a valorização da alta cultura, do domínio sobre conhecimentos científicos e diplomas em universidades de renome, o mesmo não ocorre em nosso país.

No Brasil, a classe dominante não constituiu um padrão cultural próprio, mas sim, compõe “um campo simbólico fragmentado, com algumas particularidades próprias e inúmeras apropriações de culturas específicas, especialmente, a norte-americana.” (CATTANI; KIELING, 2007, p.187).

Porém, a distinção e classificação entre as classes baseadas nos capitais econômicos e culturais, a valorização da cultura dominante e a utilização da educação como forma de dominação, propostas por Bourdieu, são pertinentes para compreender o processo histórico brasileiro e o objeto de estudo desse trabalho.

No Brasil, a ampliação do ensino público com o intuito da universalização da educação se deu de uma forma desordenada, criando um modelo de escola que nasce com várias deficiências estruturais para atender a população mais pobre. Esse ensino reproduz as distinções sociais, criando um modelo de escola destinado à elite e um modelo de escola destinado às classes subalternas.

A expansão escolar no Brasil constituiu-se com essa marca. A produção de uma escola precária para o atendimento dos segmentos sociais mais pobres, comumente vista como uma “expansão desordenada”, é orgânica ao baixo alcance dos projetos inovadores, do fato de que estes, ainda que fossem concebidos para chegar a todos, jamais chegariam, pois seu alcance não dependia da vontade de quem produzia *os projetos*, mas das relações que formavam a base real de sua implantação. A função assumida por esses projetos implica que eles se realizem como uma chance para poucos e uma promessa para muitos. (ALGEBAILLE, 2009, p.125).

O descaso com a educação é uma marca histórica e problema secular no Brasil, não sendo diferente no processo de formação da Escola em estudo. A omissão do Estado na garantia dos direitos sociais, entre eles a educação de qualidade, os contrastes entre a escola da elite e das classes populares, somados à estrutura do ensino em todos os níveis que reproduz as desigualdades e reafirma as relações de dominação; é o resultado do processo de construção de um sistema de ensino que acompanha a formação histórica e cultural do Brasil.

Um aspecto importante na manutenção da Escola é a contribuição de vários setores da sociedade, como consta em um recorte de jornal anexado ao Livro de Arquivos da Escola:

A escola Promorar, no ano de 1990, tem matriculadas 302 crianças do pré-escolar até a quinta série, funcionando nos dois turnos. Possui nas suas dependências: sete salas de aula, uma sala de professores, uma mini-biblioteca, uma secretaria, quatro banheiros, um chuveiro, uma cozinha, uma quadra de esportes. Conforme contam as administradoras da escola, apesar da crise, ainda existem pessoas que se preocupam e dão o verdadeiro valor a educação e ao bem estar social. E por este motivo que a escola Promorar, através da direção, professores, funcionários e alunos, agradecem as contribuições realizadas por pessoas da comunidade pratense e regional. “A essas pessoas nosso singelo agradecimento: Prefeitura Municipal, Colégio Nossa Senhora Aparecida, Borrachas Vipal, Fibersul, Vilmar Assunção, Relojoaria Pontual, Valmir Toscan, Supermercado Ceccagno, Clelia Ghidini, Livraria Center. (Livro de Arquivos da Escola Municipal Padre Josué Bardin, nº. 12A, p.6).

No ano de 1990, a Escola começa a oferecer a 5ª série, iniciando o projeto de implantação da 6ª série. Com a abertura de mais séries e, conseqüentemente, o atendimento a um número maior de estudantes, ela sofreu nova ampliação com a construção de duas salas de aula e sanitários.

Observa-se o aumento físico da Escola e no número de alunos, pelo acréscimo de moradores do Bairro e da oferta de mais séries. Outro importante aspecto elencado são as “contribuições” que a Escola recebe de pessoas físicas, empresas e da Prefeitura Municipal, o que aponta a forma como a educação é tratada, ao menos no caso específico desta Escola, não como algo primordial e um direito garantido a todos pela Constituição de 1988, mas como algo secundário, como uma contribuição que a “comunidade pratense” dá aos moradores do Bairro.

Nesse sentido, a escolarização das classes menos abastadas vem ao encontro do anseio de uma escola para todos, porém com qualidade inferior, o que reafirma as distinções entre os grupos sociais, como apresentam Cattani e Kieling (2007) ao fazer um retrospecto dos estudos sobre educação das classes abastadas no Brasil apontam a relação entre escola e hierarquização social.

A Constituição, ao marcar a função social da educação e as responsabilidades do Estado e da família nesse processo, no Art.205; garante a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, Art. 206; e a obrigatoriedade e gratuidade do ensino fundamental, Art. 208; e o papel dos Municípios “Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e pré-escola” Art. 211.

As mudanças ocasionadas pela Constituição de 1988 na educação brasileira alcançaram a Escola PROMORAR:

Com a nova Constituição tornou-se obrigatória a frequência em Pré-Escola para o ingresso na 1º série.

Embasado nisso fez-se um levantamento no bairro e se constatou que havia 20 crianças em idade pré-escolar que não estavam frequentando a Pré-escola já existente, devido a falta de espaço físico. Em contato com a secretária da educação conseguimos uma professora para trabalhar com esses alunos. (Livro de Arquivos da Escola Municipal Padre Josué Bardin, nº. 12 A, p.7).

A Escola cresceu adaptando-se à demanda do seu entorno e às mudanças da legislação no período. Porém, a falta de planejamento e de um projeto de inclusão social da população de baixa renda, faz com que essas pessoas não tenham garantido seus direitos sociais enquanto cidadãos.

O espaço físico ocupado pela Escola e a educação da parcela menos abastada da população estão presentes na fala do ex-prefeito Vitor Antônio Pletch:

Aí ela sempre precisou de mais lugar, sempre tinha mais um filho, cada ano o pobre faz mais um filho, eu conheço uma nona lá que tem sete, não sabe nem o nome deles, mas é, a escola é impressionante a escola foi o lugar onde abrigou estudantes que hoje já seguiram outros caminhos, tem profissões e mesmo que tenham vindo daquele, daquela família não interessa estudar, tem que trabalhar, optaram por estudar, mesmo porque a maioria dos prefeitos, sempre teve naquela escola boa alimentação, merenda escolar, hoje naquela escola tem o EJA, sabe o que que é?

**T- SIM, JOVENS E ADULTOS.**

Que tem janta na chegada e na saída, gente que trabalha e se formou. Várias pessoas, pelo menos no meu mandato, se formou várias pessoas nos últimos anos, oito anos, foram pessoas ai que pensa, estavam cegas não sabiam, não queriam estudar, depois voltaram a estudar, só que voltar a estudar é só pegando pelo cabresto mesmo, amarrando, mas muita gente. Teve ano ai que teve duzentas e poucas pessoas se formando e muitas, muitas delas continuam dai pra frente. A escola também tem uma escola de informática, a escola é uma escola de mão cheia, lá também, apesar de tá num bairro pobre, mas é bonita, acessível, bem cuidada.<sup>47</sup>

A fala do ex-prefeito denota a visão estereotipada sobre essa população, relacionando a pobreza às altas taxas de natalidade, e do descaso da família com a educação dos estudantes, quando se refere a “nona lá que tem sete, não sabe nem o nome deles” ou quando se refere às pessoas que, mesmo pertencentes “daquela família”, que não incentivava, seguiram os estudos.

Ao estudar a questão da pobreza, fator que marca o surgimento do Bairro PROMORAR, percebe-se que está relacionada com a estruturação do mercado de trabalho, a qual exclui boa parte dos trabalhadores do mercado formal ou delega a estes os serviços com menor remuneração pela falta de escolaridade e qualificação profissional. Como consequência, uma parcela da população permanece à margem da sociedade, sem conseguir usufruir dos avanços sociais deste período. (HITA; DUCCINI, 2007).

Ser pobre não está só ligado à quantia de dinheiro que determinada pessoa possui, mas sim é ter uma posição inferior dentro da sociedade como um todo “(...) ser pobre não é apenas ganhar menos do que uma soma arbitrariamente fixada; ser pobre é participar de uma situação estrutural, como um todo. (...) Vivemos num mundo de exclusões, agravadas pela desproteção social, apanágio do modelo neoliberal, que é, também criador de insegurança.” (SANTOS, 2008, p.59).

Ao abordar pobreza e dívida social a partir da segunda metade do século XX, nota-se que os pobres já foram “incluídos”, resultado de uma pobreza “acidental” vista como uma “inadaptação entre as condições naturais e as condições sociais”, onde a busca por sua solução eram privadas, assistencialista e local. “Marginalizados”, marginalização “produzida pelo

<sup>47</sup> Entrevista concedida por Victor Antônio Pletsch em Nova Prata no dia 28/03/2014. Personalidade com importante participação e influência política na cidade de Nova Prata, tendo sido eleito para quatro mandatos como prefeito, 1983-1988, 1993-1996, 2005-2008, 2009-2012.

processo econômico da divisão do trabalho” e “excluídos”, onde há a naturalização da pobreza, “produzida pelos atores globais” com o auxílio dos governos nacionais e com a “conivência dos intelectuais contratados – ou apenas contatados – para legitimar essa naturalização.” (SANTOS, 2008, p.72).

Dessa forma, o empobrecimento dos setores médios, a precarização do trabalho e das condições de vida dos trabalhadores e suas famílias têm efeitos desagregadores sobre as condições de moradia, consumo e reprodução das classes trabalhadoras. Assim, observam-se espaços de prosperidade num entorno pobre, ao qual o poder público tem respondido com políticas de remoção da população para áreas de fronteira urbana. A escolha do poder público pelo caminho da segregação social aprofunda as diferenças sociais, dificulta a mobilidade e a sociabilidade das classes populares. Não há como analisar o contexto das periferias urbanas sem levar em conta a relação dessas pessoas com o trabalho, nem desconsiderar as responsabilidades do poder público sobre a reprodução das camadas populares. (IVO, 2010).

Outro aspecto ressaltado na visão do entrevistado são as qualidades que a Escola possui: boa alimentação, merenda, janta na chegada e na saída, o que demonstra a função assistencialista dada à instituição. Somadas à visão de que a Escola possui qualidade, é “uma escola de mão cheia”, mesmo estando localizada em um bairro pobre.

Nesse sentido, é pertinente a análise de Silva (1996), ao elencar as estratégias discursivas utilizadas para justificar a abordagem neoliberal da educação.

(...) (1) deslocamento das causas – o eixo da análise social é deslocado do questionamento das relações de poder e de desigualdade para o gerenciamento eficaz e eficiente dos recursos; (2) culpabilização das vítimas – a miséria e a pobreza resultam de escolhas e decisões inadequadas por parte dos miseráveis e dos pobres; (3) despolitização e naturalização do social - as presentes condições estruturais e sociais são vistas como naturais e inevitáveis e abstraídas de sua conexão com relações de poder e subjugação; (4) demonização do público e santificação do privado(...); (5) apagamento da memória e da história – tendência a reprimir e a silenciar as raízes históricas – as histórias de subjugação e resistência – da presente situação; (...). (SILVA, 1996, p.168).

Ao abordar as funções exercidas pelas escolas a partir de sua “*expansão*”, escolas de tempo integral e “*recriação*”, na década de 1980, Algebaile (2009) aponta que o modelo de escola destinado às populações de baixa renda não era a extensão do modelo escolar das elites:

A “boa escola” para os pobres seria a que desse conta de outras funções: as mudanças no tempo e no espaço escolar, mas apenas em mais coisas através da escola, sinalizando que a expansão escolar era um fenômeno bem mais complexo que a expansão da oferta educacional. (ALGEBAILLE, 2009, p.142).

Dessa forma, a expansão escolar para atender as camadas populares, estabeleceu novas funções para os estabelecimentos de ensino, além de gerar uma distinção entre a escola voltada para camadas populares e a escola destinada às elites, que possuem objetivos e funções muito diferentes.

Para Libâneo (2012), o sistema escolar brasileiro tem dois polos, de um lado a escola voltada para o conhecimento, na aprendizagem e nas tecnologias, frequentada pelas altas classes, e a escola voltada para a integração social, direcionada aos mais pobres que tem como prioridade a socialização e o apoio às crianças. Nesse modelo, os objetivos assistenciais se sobrepõem aos objetivos de aprendizagem.

Já Burgos (2012) defende que, com a democratização do país na década de 1980 e a constituição de 1988, é atribuída à escola a missão de educar para a vida em sociedade, contribuindo para a formação do cidadão, além de prepará-lo para o mercado de trabalho, cada vez mais competitivo. Assim, a escola tem papel fundamental em um país que sai de um regime autoritário e está em um processo de construção da democracia e do fortalecimento de suas instituições.

Nesse contexto, a escola tem a responsabilidade de educar para a cidadania, formar sujeitos capazes de atuar de forma efetiva na sociedade, participando da construção desse novo modelo de país.

Da nossa perspectiva, a realização dessa transição institucional condiciona a plena realização da missão que o projeto constitucional atribuiu à escola, de ensinar e educar para a vida em sociedade; de contribuir para a formação cidadã; e de proporcionar o ingresso em um mercado de trabalho cada vez mais exigente e competitivo. Missão esta que, afinal, situa a escola como uma das principais referências institucionais em uma sociedade com um passado autoritário, e que pretende forjar indivíduos livres, autônomos e integrados em uma comunidade fraternal. (BURGOS, 2012, p.1015-1016).

O autor apresenta a relação entre escola e comunidade, a escola como instituição, que representa o estado e a cultura oficial que não valoriza a cultura daquele local, que já sofre com a desvalorização e segregação da cidade; e acaba por não ver as manifestações culturais daquele espaço como algo próprio e que possui uma importante significação para os seus moradores.

Ao abordar o sistema de ensino, a legislação referente à educação e as influências internas e externas que agem dentro do espaço escolar, são pertinentes alguns questionamentos feitos por Julia “(...) o que sobra da escola após a escola?” (2001, p.37).

Esse questionamento oferece uma reflexão sobre a função da Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Josué Bardin no contexto em que está inserida e na construção da identidade dos moradores e alunos que frequentam e que frequentaram ao longo dos mais de trinta anos de sua história. É inegável sua atuação junto aos moradores desde sua criação e a importância social que a instituição teve durante esse período, estabelecendo laços junto à comunidade.

A relação estabelecida, entre Escola e o Bairro, é fundamental para a compreensão da construção da identidade dos moradores daquele espaço. A Escola vista como reprodutora também sofre interferências do meio em que está inserida, a relação entre as múltiplas culturas e intenções que a formam, seja dos seus idealizadores, dos estudantes, professores e demais agentes que a constituem e compõem seu universo que é influenciado e influencia o espaço em seu entorno.



### **3 “ÀS VEZES FICAM CHAMANDO O BAIRRO SÃO JOÃO BOSCO DE ‘VILA’, ESTAS PESSOAS DEVEM PARAR DE FALAR ESTAS COISAS, NOSSO BAIRRO É UM BAIRRO COMO QUALQUER OUTRO”<sup>48</sup>**

Este capítulo tem por objetivo compreender a relação entre narrativas, memória e construção identitária, entendidas como construções histórico-sociais. Para essa análise foram utilizadas as fontes produzidas pelos estudantes da Escola Municipal Padre Josué Bardin que participaram da oficina de análise de material fotográfico e as entrevistas realizadas com moradores do Bairro São João Bosco. Esse material dialoga, oferecendo reflexões sobre o contexto, com o capítulo 1 que aborda a formação do Bairro a partir de agentes externos e com o capítulo 2 que trata da função da Escola.

Dessa forma, busca-se compreender o espaço temporal e geográfico ocupado para entender o papel do indivíduo na sociedade a qual faz parte. Nas relações sociais que são tecidas nessa sociedade e as forças de dominação que nela existem.

Para nortear essa reflexão, utiliza-se o conceito de memória social e a relação entre lugar e memória, analisando a pluralidade das identidades sociais e as múltiplas significâncias que as recordações podem ter para diferentes atores sociais. (BURKE, 2000).

#### **3.1 CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E IDENTIDADE**

A história, ao tentar compreender as relações humanas no tempo passado, faz uso de várias ciências, como a arqueologia, a antropologia, a sociologia e a filosofia, pertencentes à área das ciências humanas, assim como também faz uso da arquitetura, da matemática, da engenharia. Como poderia um historiador analisar o desenvolvimento de uma cidade sem compreender, entre outros, os motivos culturais e econômicos de seu crescimento?

Para refletir sobre a criação de um bairro é necessário analisar a organização urbana, imaginando o que o urbanista e o arquiteto pensaram ao projetar tal obra, bem como todo o conhecimento empregado no trabalho, desde a elaboração do projeto até a colocação dos tijolos.

---

<sup>48</sup> O título desse capítulo foi retirado do texto produzido pelo estudante Evandro Ferreira da Silva, 13 anos, estudante do 8º ano do Ensino Fundamental, na oficina de análise de material fotográfico proposta por esse trabalho de pesquisa.

Por isso é importante abordar diversas teorias e práticas urbanas, geradoras de transformações pensadas e colocadas em exercício no Brasil, que organizam o espaço urbano evidenciando as diferenças dos modos de habitar e dos espaços entre ricos e pobres.

No Brasil, falamos de favelas, invasões, cidade-satélite, comunidades e assim por diante. Elas são o reverso do planejamento urbano voltado para a elite e a classe média. Não há teoria urbana capaz de enquadrar as questões básicas para uma política habitacional decente, voltada para toda a sociedade brasileira. No contexto do capitalismo e da globalização, fica evidente que os planejadores e reformadores urbanos não têm condições teóricas e práticas de resolver essa questão. Seria necessário voltar às origens da cidade, em que, pelo menos em tese, a solidariedade, o direito, a cidadania e a “urbanidade” (Sennet) predominavam sobre a expansão urbana bipartida em ricos e pobres (FREITAG, 2012, p.133).

Assim, o conhecimento humano desenvolvido através dos tempos é impossível de ser pensado de uma forma compartimentada, devido à complexidade das sociedades e dos saberes. Dessa forma, parte-se do “princípio hologramático”<sup>49</sup>, defendido por Morin, onde o todo está na parte e a parte está no todo.

(...) somos portadores de toda a história do cosmos, de toda a história da vida, e, no entanto somos diferentes em função da nossa consciência, da nossa cultura, de nossa inteligência, de nossas atividades propriamente humanas. Tudo isso deve ser ligado (...) vemos que para compreender a complexidade humana, ou seja, todos os diferentes aspectos da realidade humana, não devemos apenas colocá-los lado a lado com peças isoladas de um “quebra-cabeça”, mas precisamos saber juntá-los. (MORIN, 2007, p. 24)

Ao considerar que a interdisciplinaridade agrega diferentes disciplinas, “construindo pontes” entre elas, com o objetivo de buscar a compreensão dos problemas que apenas uma perspectiva de questionamento não consegue mais responder, é preciso ter ciência que o conhecimento nunca estará completo, portanto, não se tem a pretensão da análise da

---

<sup>49</sup>“Princípio hologramático. É um princípio derivado da ideia de holograma. “Um holograma é uma imagem em que cada ponto contém a quase totalidade da informação sobre o objeto representado.” (MORIN, 2005, p.302). Cada ponto, ou cada parte de um todo, traz a quase totalidade da informação do todo. “O princípio hologramático significa que não apenas a parte está num todo, mas que o todo está inscrito, de certa maneira, na parte.” (Idem, p. 302). Morin dá como exemplo a célula de um ser vivo. No ser humano cada célula carrega quase toda a informação da totalidade de cada ser humano. Cada membro de uma sociedade carrega em si mesmo características básicas da sociedade toda. Isso indica o aparente paradoxo dos sistemas em que a parte está no todo e o todo está inscrito na parte, ou seja, o indivíduo está na sociedade e esta, por intermédio da cultura, da linguagem e das normas, está em cada indivíduo. Assim, “cada célula é uma parte de um todo – o organismo global –, mas também o todo está na parte: a totalidade do patrimônio genético está presente em cada célula individual [...]”. (MORIN, 2006, p.94).

totalidade, mas busca-se na interdisciplinaridade e no pensamento complexo “um jogo permanente entre o particular e o local com o global e o geral.” (MORIN, 2007, p.27).

Assim, transpondo o conceito de complexidade, de princípio hologramático e de interdisciplinaridade para este trabalho de pesquisa, é preciso conceber o Bairro São João Bosco interligado com o todo, e contextualizá-lo num âmbito maior, “planetário”, relacionando os diferentes conhecimentos ligando o local ao global.

Sendo o conhecimento inacabado, e pensando nos diferentes conhecimentos que constituem a sociedade a partir do cultural, social, étnico e político, fazer história é abandonar uma visão unilateral para desconstruir as representações e o senso comum, possibilitando novas respostas para novos questionamentos.

Desse modo, a construção do conhecimento histórico precisa estar aberta à comunicação com diversos campos do conhecimento e estar ciente das próprias limitações da história como ciência, como apresenta Ginzburg:

Diante da imensidão do cosmo, os tempos da história humana e as pretensões humanas são insignificantes. Se pudéssemos nos comunicar com um mosquito, descobriríamos que até o mosquito se acha o centro do mundo. Mas a pretensão do homem de conhecer a verdade, além de efêmera, é também ilusória. (2008, p.23).

Partindo da visão que a história não busca desvendar o passado, mas sim compreender as relações através do tempo, compreensão essa, que está carregada pela subjetividade de quem a constrói e influenciada pelo meio e tempo em que vive. Como defende Bloch (2001), a história compreende o presente pelo passado e o passado pelo presente.

Desse modo, ao problematizar a função da história, Rüsen (2011) aponta a subjetividade formada pela “experiência do tempo, no tempo e sobre o tempo” para o desenvolvimento da consciência histórica, abordando-a como um modo de orientação dos valores morais que guiam nossas ações no presente, como forma de compreender a “dimensão temporal” da personalidade humana que transcende a temporalidade do eu e que está ligado à construção do passado.

Trabalhar consciência histórica é compreender a temporalidade na qual o sujeito está inserido, interpretar, apropriar-se e significar as ações no tempo, entendendo que a experiência temporal estabelece as ações no presente e é fator determinante na construção da identidade individual e coletiva. Desse modo, a consciência histórica está intrinsecamente ligada à memória e à identidade.

Por isso, o desenvolvimento da consciência histórica está ligado à construção identitária, possibilitando a determinado grupo ou sociedade uma forma de orientação baseada na representação histórica do passado.

Em resumo, a consciência histórica pode ser descrita como a atividade mental da memória histórica, que tem sua representação em uma interpretação da experiência do passado encaminhada de maneira a compreender as atuais condições de vida e a desenvolver perspectivas de futuro na vida prática conforme a experiência. O modo mental deste potencial de recordação é o relato da história (...) Esta forma narrativa que oferece uma interpretação da história do passado representado cumpre uma função de orientação para a vida atual. Essa função se realiza como um ato de comunicação entre produtores e receptores de histórias. Por isso, o aspecto comunicativo da memória histórica é importante, porque é através da narrativa das histórias que os sujeitos articulam sua própria identidade em uma dimensão temporal(...). (RÜSEN, 2011, p.113).

Reafirmando essa análise, Cerri (2011) fala que a consciência histórica é percebida como algo ligado à identidade, como parte da estrutura do pensamento humano, o qual coloca em movimento a definição de identidade coletiva e pessoal, a memória e a imperiosidade de agir no mundo em que está inserido.

Ao retomar o conceito de identidade, a partir da visão da antropologia, Candau (2014) afirma que a identidade pode ser um estado, referente, por exemplo, a uma forma de catalogação em um documento que estabelece as medidas do corpo, idade, endereço etc. Como representação, que é a forma como o indivíduo se enxerga, ou um conceito, do qual as ciências humanas utilizam.

No caso da identidade, a tentativa de depuração conceitual é mais difícil. No que se refere ao indivíduo, identidade pode ser um *estado* – resultante, por exemplo, de uma instância administrativa: meu documento de identidade estabelece minha altura, minha idade, meu endereço etc. -, uma *representação* – eu tenho uma ideia de quem eu sou – um *conceito*, o de identidade individual, muito utilizado nas Ciências Humanas e Sociais.

Aplicada a um grupo, a complexidade aumenta. Passemos ao fato de que, nesse caso, o termo “identidade” é impróprio porque ele nunca pode designar com rigor uma “recorrência”: em um momento preciso de uma observação um indivíduo é idêntico a ele mesmo, mas duas pessoas – mesmo que se trate de gêmeos – jamais são idênticas entre elas. (CANDAUI, 2014, p.25).

Segundo Candau (2014, p.27), as identidades não são construídas “a partir de um conjunto estável” de traços culturais, mas são o produto das “relações, reações e interações socioambientais”, de onde surge o sentimento de pertencimento, de “visões de mundo” identitárias ou étnicas.

Esse aparecimento de uma identidade coletiva é resultado de um processo dinâmico de inclusão e exclusão de diferentes atores que agem dentro desses grupos, atribuindo características identitárias, “recurso simbólico mobilizado em detrimento de outros provisória ou definitivamente descartados.” (CANDAUI, 2014, p.27).

Esses destaques das ‘dimensões’ e das “significações da identidade” são geradores de diferenças ou, mais exatamente, de “fronteiras sociais” escorregadias a partir das quais os atores estimam que as coisas e as pessoas – “nós” *versus* “os outros” – são diferentes. Essas variações situacionais da identidade impedem de retificá-la, de reduzi-la a uma essência ou substância. (CANDAUI, 2014, p.27).

É preciso ver a identidade como representação, construída através das práticas sociais. A construção da identidade faz parte das relações de poder, sendo assim, a identidade também possui o efeito de classificar, de distinguir os grupos sociais. A luta pela definição da identidade distingue os lugares ocupados pelos sujeitos que possuem capital econômico, cultural e social, daqueles que são desprovidos desses bens, reforçando a divisão dos grupos dentro da sociedade.

As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à *origem* através do *lugar* de origem e dos sinais duradouros que lhes são correlativos, como o sotaque, são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos. (BOURDIEU, 2001, p.113).

Essa divisão entre os que possuem e os despossuídos, produto da desigualdade social, cria e impõe fronteiras culturais que são naturalizadas pelos agentes sociais. Assim, a construção do lugar se dá através das relações de poder material e simbólico que acontecem dentro do espaço social, delimitando e classificando as identidades dos agentes envolvidos.

Em resumo, o mercado de bens simbólicos tem as suas leis, que não são as da comunicação universal entre sujeitos universais: a tendência para a partilha indefinida das nações que impressionou todos os observadores compreende-se se se vir que, na lógica propriamente simbólica da distinção – em que existir não é somente ser diferente mas também ser reconhecido legitimamente diferente e em que, por outras palavras, a existência real da identidade supõe a possibilidade real, juridicamente e politicamente garantida, de firmar oficialmente a diferença – qualquer unificação, que *assimile* aquilo que é diferente, encerra o princípio da dominação de uma identidade sobre a outra, da negação de uma identidade por outra. (BOURDIEU, 2001, p.129).

A diferenciação funciona como alicerce para a dominação de uma identidade perante outras, a identidade construída pela diferença: sou aquilo que o outro não é, existo enquanto sujeito social, construído culturalmente pelo que me difere dos outros sujeitos ou grupos.

Assim, ao trabalhar com identidade, memória e consciência histórica de forma interdisciplinar não somente na análise do objeto de estudo, buscam-se referências teóricas em outras áreas do conhecimento, assim como no retorno social proposto por este estudo, através de uma oficina de análise de material fotográfico.

### 3.2 NOSSO OLHAR: ESCRREVENDO A HISTÓRIA ATRAVÉS DA FOTOGRAFIA

A oficina realizada no segundo semestre de 2014, nas dependências da Escola Municipal de Ensino Fundamental Pe. Josué Bardin, teve o intuito de trabalhar educação patrimonial e construção identitária com os estudantes, inicialmente cinco participantes, alunos do 6º ao 8º ano. Consistiu na exploração de documento fotográfico, com duração doze horas, que foram divididas em seis encontros, agrupados em três módulos realizados uma vez por semana em horário extraclasse, nas quartas-feiras de manhã das 9h às 11h, compatível com o horário da escola. A oficina seguiu o seguinte cronograma:

**TABELA 3: Cronograma**

	13/08	20/08	03/09	10/09	17/09	01/10
Módulo I	X	X				
Módulo II			X	X		
Módulo III					X	X

O projeto teve como princípio a observação e interpretação de material fotográfico para, a partir dessas fontes e da vivência dos estudantes, refletir sobre o processo histórico no qual estão inseridos, construindo um olhar crítico sobre si, identificando-se.

Abordar identidade em um projeto pedagógico, e neste trabalho em específico, é tratar as relações de poder que estão envolvidas no processo da construção da identidade e da diferença, relacionando a estruturas discursivas e a sistemas de representação.

Ver a identidade e a diferença como uma questão de produção significa tratar as relações entre as diferentes culturas não como uma questão de consenso, de diálogo ou comunicação, mas como uma questão que envolve, fundamentalmente, relações de poder. A identidade e a diferença não são entidades preexistentes, que estão aí a partir de algum momento fundador, elas não são elementos passivos da cultura, mas têm que ser constantemente criadas e recriadas. A identidade e a diferença têm a ver com a atribuição de sentido ao mundo social e com disputa e luta em torno dessa atribuição (SILVA, 2011, p.96).

Ao trabalhar fotografia como documento histórico, é necessário ter a percepção que a fotografia é um fragmento congelado de um momento, resultado que assinala a visão do fotógrafo, cristalizando na imagem um instante do tempo. “O produto final, a fotografia, é portanto resultante da ação do homem, o fotógrafo, que em determinado espaço e tempo optou por um assunto em especial e que, para seu devido registro, empregou os recursos oferecidos pela tecnologia.” (KOSSOY, 2001, p.37) .

O ato do registro, ou processo que deu origem a uma representação fotográfica, tem seu desenrolar em um momento histórico específico (caracterizado por um determinado contexto econômico, social, político, religioso, estético etc.); essa fotografia traz em si indicações a cerca de sua elaboração material (tecnologia empregada) e nos mostra um fragmento selecionado do real (o assunto registrado). (KOSSOY, 2001, p.39).

Portanto, a fotografia como fonte histórica, como um registro humano produzido em um contexto temporal e espacial específico, é marcada pela intencionalidade de quem o produziu.

Todo registro fotográfico, como qualquer documento, está carregado de subjetividade e significações: quando foi produzido, com que objetivo e por quem. Dessa forma, a fotografia, produto final de uma temporalidade específica, é fruto de um processo tecnológico e da seleção do fotógrafo, que através do enquadramento da imagem, seleciona o registro. “O registro visual documenta, por outro lado, a própria atitude do fotógrafo diante da realidade; seu estado de espírito e sua ideologia acabam transparecendo em suas imagens, particularmente naquelas que realiza para si mesmo enquanto forma de expressão pessoal”. (KOSSOY, 2001, p.43).

Dessa forma, tanto as fotografias produzidas pelos estudantes, quanto aquelas pertencentes ao acervo do Jornal Popular, são um testemunho fragmentado da realidade, produzido através de um filtro cultural. “Toda fotografia é um testemunho segundo um filtro cultural, ao mesmo tempo que é uma criação a partir de um visível fotográfico. Toda

fotografia representa o testemunho de uma criação. Por outro lado, ela representará sempre a criação de um testemunho”. (KOSSOY, 2001, p.50).

É importante salientar que após o início da oficina houve o desejo de mais três estudantes em participar. Elas foram incorporadas ao grupo a partir do terceiro encontro, realizando parcialmente a proposta do trabalho.

No primeiro módulo, que teve dois encontros, foi trabalhada a história local. O foco dessa fase foi, como afirma Pelegrini (2009), “estimular os estudantes a ‘redescobrirem’ suas histórias, memórias e identidades (...)”. Desta forma, a história oral foi abordada a partir de vídeos, produzidos pela Escola Municipal Padre Josué Bardin pela comemoração de seus trinta anos, com entrevistas de moradores do Bairro, pessoas envolvidas na construção da Escola, ex-alunos, professores e material pertencente ao acervo da instituição em estudo.

No primeiro encontro os estudantes assistiram aos vídeos com aproximadamente 30 minutos de duração e debateram sobre o material visto, estabelecendo relações com o que sabiam sobre a história do Bairro São João Bosco e da Escola.

No segundo encontro, os estudantes produziram uma redação com o tema – Meu Bairro, Meu Lugar. O objetivo desse módulo foi desenvolver reflexões que possibilitassem ao estudante a compreensão da construção física e cultural do espaço no qual habita, levando em consideração o conceito de história local apresentado no primeiro capítulo.

**FIGURA 10: Estudantes durante a oficina**



Fonte: Tobias Spagnolo, 2014.



O segundo módulo foi dividido em dois encontros. Nesta fase, o trabalho consistiu na triagem, catalogação e interpretação de material documental, em específico a fotografia, que foi dividido em duas categorias: fotos oficiais provenientes do jornal local, Jornal Popular, e fotos produzidas pelos estudantes na saída a campo realizada pela oficina.

Nesta etapa, houve dificuldade em relação aos materiais que seriam necessários para realizar a saída a campo, porque apenas um aluno possuía celular com câmera. Assim, devido à falta de recursos financeiros dos participantes da oficina, que não possuíam dispositivos para a produção das fotografias, como celulares ou máquinas fotográficas digitais, foi necessário recorrer à colaboração de amigos e conhecidos que emprestaram suas câmeras pessoais para serem utilizadas pelos estudantes.

No primeiro encontro foi realizada a saída a campo. Os estudantes, juntamente com o professor responsável pela oficina, todos munidos de câmera fotográfica, saíram da Escola e percorreram as ruas do Bairro, fazendo fotos do que era significativo para eles. O percurso foi escolhido pelos alunos que, ao término de 60 minutos, retornaram à Escola.

**FIGURA 11: Estudantes em saída a campo**



Fonte: Fernanda Correia Macanan, 13 anos, estudante do 8º ano do Ensino Fundamental, 2014.

No segundo encontro foi feita a triagem do material fotográfico, cada estudante escolheu de 5 a 10 fotos, entre as fotografias provenientes do jornal e as produzidas durante a saída a campo, para serem trabalhadas.

No terceiro módulo, dividido em dois encontros, realizou-se a análise e reflexão do material fotográfico organizado na fase anterior. Nos dois encontros os estudantes compararam o passado e o presente, visualizando as permanências e as mudanças do espaço onde habitam, comparando as imagens feitas durante a saída de campo com as imagens mais antigas do Bairro.

É importante salientar que neste trabalho a fotografia é uma fonte de pesquisa, já que as fotografias analisadas possuem importante valor documental. “Trata-se da fotografia enquanto *instrumento* de pesquisa, prestando-se à descoberta, análise e interpretação da vida histórica.” (KOSSOY, 2001, p.55).

A oficina teve por objetivo a interação entre Escola e sociedade, através do ensino de história. Essa relação implica na multiplicidade entre os mais variados elementos que compõem os sujeitos e que são transformados por eles. Desse modo, o lugar e a Escola<sup>50</sup> fazem parte dos múltiplos contextos de vivência das pessoas, construindo uma visão indagadora dos alunos a partir da experiência, reflexões e compreensão da realidade em que estão inseridos. Como afirma Leal:

(...) ao incluirmos na dinâmica do conhecimento proposto, as subjetividades dos jovens participantes associadas ao autoconhecimento, ao fortalecimento da autoestima, à busca de motivações intrínsecas em cada história de vida, a fim de promover o olhar indagador e estético sobre a vida e de toda a produção cultural, social e a existência natural que rodeia cada indivíduo no complexo da coletividade. (LEAL, 2011. p.130).

A interação entre experiência e reflexão possibilita problematizar a relação entre o estudante e o Bairro, dando subsídio para que compreenda a sociedade na qual está inserido. As relações que são estabelecidas e a dinâmica cultural que é resultado de um processo histórico singular permite que o estudante se perceba como agente histórico.

Desse modo, ao desenvolver um olhar crítico sobre a sociedade, relaciona-se história e fotografia para produzir conhecimento de forma significativa e representativa para o estudante.

---

<sup>50</sup> Conforme conceituado no capítulo 2.

(...) motivando os jovens a construírem subjetiva e objetivamente atitudes e competências para atuarem como cidadãos reflexivos, críticos e comprometidos com o ambiente em que vivem, a fotografia se constituiu em meio para a ampliação da percepção estética e criativa sobre os lugares, as paisagens sociais, arquitetônicas, naturais, culturais exploradas. (LEAL, 2011, p.131)

A relação da história com a fotografia possibilita a produção do conhecimento histórico, colocando o estudante como sujeito nesse processo, aproximando a história da realidade, estabelecendo diálogo dele com a sua história. Percebe-se isso na análise feita pelos próprios estudantes que quando comparam as imagens, observam as permanências e as mudanças no espaço ao qual pertencem.

### 3.3. ANALISANDO IMAGENS, PRODUZINDO HISTÓRIA

Ao trabalhar com imagens, em específico a fotográfica, é importante salientar que a fotografia é uma interpretação produzida através do *filtro cultural* do fotógrafo e dos demais agentes envolvidos, e que ela possui múltiplas significações, tanto para quem a produz como para quem a analisa. Portanto

Ao observarmos uma fotografia, devemos estar conscientes de que a nossa compreensão do real será forçosamente influenciada por uma ou várias interpretações anteriores. Por mais isenta que seja à interpretação dos conteúdos fotográficos, o passado será visto sempre conforme a interpretação primeira do fotógrafo que optou por um aspecto determinado, o qual foi objeto de manipulação desde o momento da tomada do registro e ao longo de todo o processamento, até a obtenção da imagem final. (KOSSOY, 2001, p.113).

A fotografia relaciona as experiências dos estudantes enquanto moradores do lugar, ao processo histórico da formação do Bairro São João Bosco, elaborando a partir disso sua visão sobre a história.

Os membros de uma sociedade têm à sua disposição múltiplos instrumentos para organizar o tempo: categorias temporais, agendas, calendários, relógios e todos os meios de registro cujo inventário é incumbido ao historiador ou antropólogo. Entre as várias razões que se conhecem para o sucesso da prática da fotografia em todos os meios sociais está certamente a maneira cômoda com a qual essa “arte moderna,” que é uma arte da memória, permite representar materialmente o tempo passado, registrá-lo e dispô-lo em ordem. Mantendo com seu passado tantos elos quanto fotos em seu álbum, o sujeito faz da fotografia o “suporte de uma narrativa possível” dele próprio ou de sua família.” (CANDAU, 2014, p.90).

O material selecionado foi escolhido pelos alunos e pelo autor desse trabalho, dentre um acervo de 50 fotografias. A seleção obedeceu a critérios de qualidade da imagem e escrita dos alunos na sua análise. A disposição das fotografias no trabalho observou a colocação por autores e manteve-se a grafia original dos textos produzidos pelos participantes da oficina, para que sua interpretação não ficasse comprometida.

**FIGURA 12: Portão de entrada da ABEN (Associação Beneficente e Educacional de Nova Prata).**



Fonte: Evandro Ferreira da Silva, 13 anos, estudante do 8º ano do ensino fundamental, 2014.

Sobre essa atividade, o estudante relata

Nós indo tirar algumas fotos onde para nós é a segunda casa a ABEN. A ABEN para mim também é como se fosse uma segunda casa por que em vez de nós estarmos na rua temos um lugar para nos acolher, realizar os temas, encontrar os amigos, temos tudo: café da manhã, lanche e almoço. (Evandro Ferreira da Silva, 13 anos, estudante do 8º ano do Ensino Fundamental).



**FIGURA 13: Foto aérea do Bairro São João Bosco**



Fonte: Arquivo Jornal Popular. (Ano: sem data).

Aqui mostra o nosso bairro já formado. (Evandro Ferreira da Silva, 13 anos, estudante do 8º ano do ensino fundamental).

#### Sobre a análise das diferenças e semelhanças do bairro,

A semelhança que eu acho é que somos humildes, companheiros e outras coisas boas.

As diferenças eu acho que é temos bastante aqui o desmatamento por que antigamente aqui tinha bastante árvores preservadas mas agora está ficando sem nada.

As diferenças foi que foram feitas novas casas, a escola foi crescendo, aumentou a quantidade de moradores do bairro, as oportunidades que mudou o bairro, temos bastante a questão do lixo em vários pontos, foi feito também a construção da nova creche Criança Feliz. (Evandro Ferreira da Silva 13 anos, estudante do 8º ano do ensino fundamental).

Observam-se, na análise feita pelo estudante, as características dadas por ele às pessoas do lugar, ressaltando a humildade e “outras coisas boas” que não deixa especificado. Também ficam visíveis, nesse relato, os problemas gerados pelo crescimento espacial e demográfico do Bairro, como o corte de árvores e a diminuição de áreas verdes que circundavam aquele espaço, além do problema do lixo espalhado pelas ruas.

É evidenciado pela escolha dos registros fotográficos a ABEN, tida por esse estudante como “segunda casa”. Esse espaço de socialização que dentre as várias funções que desempenha oferece oficinas, prática de esportes, reforço escolar e alimentação. Assim, essa instituição, que atua há muitos anos no Bairro São João Bosco, possui uma significação social importante pelo trabalho que executa e pela relação que tem junto aos moradores e aos estudantes da Escola Municipal Pe. Josué Bardin.

Desse modo, os espaços de socialização como a Escola e ABEN que além de serem instituições educacionais ligadas ao poder público municipal exercem um papel social significativo criando, junto aos moradores, laços de pertencimento e identificação a ponto de considerarem esses espaços como “segunda casa”.

Essa reflexão faz relação entre lugar e memória, analisando as múltiplas identidades sociais e as múltiplas significâncias que as recordações podem ter para diferentes atores sociais, neste caso específico para os estudantes que estão construindo a história local comparando a história oficial “contada” por quem vive fora deste contexto. (BURKE, 2000).

Confrontar as várias “visões da história”, problematizando a versão oficial com o olhar dos estudantes, contribui para a construção da consciência histórica, processo que inicia no momento em que o indivíduo percebe sua condição determinada pela história. Tomando consciência de si como sujeito histórico, ele se torna capaz de fazer uma reflexão crítica sobre o espaço e a sociedade em que vive.

**FIGURA 14: Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Josué Bardin**



Fonte: Fernanda Correia Macanan, 13 anos, estudante do 8º ano do Ensino Fundamental, 2014.

Sobre a instituição Padre Josué Bardin, a estudante relata que

A escola é muito importante, pra mim ela representa minha segunda casa. (Fernanda Correia Macanan, 13 anos, estudante do 8º ano do Ensino Fundamental).



**FIGURA 15: Foto aérea do Bairro São João Bosco.**



Fonte: Arquivo Jornal Popular. (Ano: sem data)

Sobre a imagem do Jornal Popular, a estudante analisa que

Essa foto representa quando o bairro ainda estava se desenvolvendo, não havia lixo nem animais nas ruas. (Fernanda Correia Macanan, 13 anos, estudante do 8º ano do Ensino Fundamental).

Também relaciona as diferenças e semelhanças do bairro:

A escola mudou muito, ainda tinha o ginásio ao ar livre, tinha poucas salas e não tinha portão.

O bairro era pequeno comparado com hoje, porém não havia lixo e animais pelas ruas como hoje tem. Tinha muito poucos habitantes e várias casas em construção...

As semelhanças é que ainda tem bastantes árvores, casas bem pertinho uma das outras etc...

As diferenças é que não tinha ainda as “casinhas”, o lixo os animais etc... (Fernanda Correia Macanan, 13 anos, estudante do 8º ano do Ensino Fundamental).

Ao abordar a escola como “segunda casa” nota-se que esta instituição tem forte presença no Bairro por iniciar sua atividade concomitante a sua criação. Assim, a Escola



ultrapassa a função de instituição de ensino, possuindo uma função social dentro do seu espaço de atuação.

Outro ponto de análise feito pela estudante é o aumento físico da Escola e do Bairro, necessários para atender o aumento demográfico, bastante significativo desde o início do PROMORAR até hoje. Também são abordadas outras mudanças transcorridas com o prédio da Escola como a construção da cobertura para a quadra de esportes e a colocação de portão e grades que demarcam o espaço da instituição.

A colocação de grades demonstra a preocupação em garantir a segurança do patrimônio contra invasões e furtos, mas também cria uma barreira entre a Escola e a comunidade em que está inserida, criando um obstáculo físico e simbólico entre a instituição e os moradores.

Além desses, outros aspectos ressaltados foram o arquitetônico “casas bem pertinho uma das outras” e “as casinhas” demonstrando a diferenciação na forma de construção das casas, já que as primeiras 204 eram geminadas e as construções populares mais recentes, denominadas pelos moradores de casinhas, possuem uma outra configuração, não são geminadas, possuem terreno e área construída maior. Como é o caso do Bairro Citadella<sup>51</sup>, que se localiza na proximidade do Bairro São João Bosco, separado por uma rua, possui outra configuração tanto na forma arquitetônica como na construção das casas e no tamanho do terreno como fica evidenciado na FIGURA 17.

---

<sup>51</sup> Lei Municipal nº 7960/2011, de 05 de maio de 2011.

Art. 1º Fica Denominado como BAIRRO CITADELLA, área abrangendo os Loteamentos Morar Melhor, Basalto IV e Basalto V e áreas remanescentes, conforme demarcado no mapa anexo que faz parte integrante da presente Lei.

**FIGURA 16: Foto do Bairro São João Bosco.**



Fonte: Maria Eduarda, 12 anos, estudante do 6º ano do ensino fundamental, 2014.

**FIGURA 17: Foto do Bairro Citadella.**



Foto: Laura, 12 anos, estudante do 6º ano do Ensino Fundamental, 2014.

A estudante também relata os problemas enfrentados pelos moradores, como o lixo e a grande quantidade de animais domésticos que circulam pelas ruas.

Fica claro, pela análise das fotografias e a produção do texto, que a aluna possui uma visão crítica sobre esse espaço, compreendendo as transformações sofridas ao longo dos anos

e as mudanças negativas que resultaram. Ela exemplifica abordando a questão do lixo que fica evidente na figura abaixo.

**FIGURA 18: FOTO DE LIXEIRA NO BAIRRO SÃO JOÃO BOSCO**



Fonte: Fernanda Correia Macanan, 13 anos, estudante do 8º ano do Ensino Fundamental, 2014.

Essa construção da criticidade só é possível através da interdisciplinaridade, da relação da história com as demais áreas, neste caso específico com a fotografia, tendo como objetivo de análise o olhar estético dos estudantes sobre o ambiente em que vivem, desenvolver um olhar crítico sobre este espaço, compreendendo que a localização geográfica determinada a eles está demarcada pela posição social que detém.

Nesse sentido, é preciso fazer relação entre o espaço social e espaço físico, já que as estruturas de ambos estão interligadas e produzindo e reforçando as hierarquias e as distinções sociais. Os agentes sociais se constituem na relação com o espaço social que ocupam, e o espaço social se constitui a partir das distinções sociais que o constituem. Assim, o espaço social é marcado por símbolos de diferenciação que demarcam as diferenças e a hierarquias presentes na sociedade.

Essa estrutura social hierarquizada contribui para a perpetuação das posições sociais dos indivíduos, naturalizando as desigualdades, negando que sejam fruto de uma construção histórica.

A estrutura do espaço social se manifesta, assim, nos contextos mais diversos, sob a forma de posições espaciais, o espaço habitado (ou apropriado) funcionando como uma espécie de simbolização espontânea do espaço social. Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e, sobretudo, dissimulada pelo *efeito de naturalização* que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta: diferenças produzidas pela lógica histórica podem, assim, parecer surgidas da natureza das coisas (basta pensar na ideia de “fronteira natural”). (BOURDIEU, p.160, 2012).

No processo de naturalização das diferenças e da incorporação das estruturas sociais, encontram-se os distanciamentos espaciais que reafirmam as distâncias sociais. Dessa forma, “como o espaço social encontra-se inscrito ao mesmo tempo nas estruturas espaciais e nas estruturas mentais que são, por um lado, o produto da incorporação dessas estruturas, o espaço é um dos lugares onde o poder se afirma e se exerce, e, sem dúvida, sob a forma mais sutil, a da violência simbólica como violência despercebida.” (BOURDIEU, p.163, 2012).

Trazendo esses conceitos para a análise do material fotográfico, a fotografia como documento não consiste apenas em representar um olhar estético sobre determinada paisagem, mas é um registro visual que contém informações multidisciplinares. Apresenta informações sobre a geografia do lugar, arquitetura, formas de morar e transformações históricas que são observados e captados pelo fotógrafo constituindo-se em fonte histórica para o ensino de história.



**FIGURA 19: Foto da Praça do Bairro São João Bosco**



Fonte: Maria Eduarda, 12 anos, estudante do 6º ano do Ensino Fundamental, 2014.

Por que achei legal por não tinha em alguns tempos e agora da pra brincar nela  
(Maria Eduarda, 12 anos, estudante do 6º ano do Ensino Fundamental)

**FIGURA 20: Foto aérea do Bairro São João Bosco.**



Fonte: Arquivo Jornal Popular. (Ano: sem data)

E também não tinha creche e nem muitas casas que hoje. (Maria Eduarda, 12 anos, estudante do 6º ano do Ensino Fundamental).

Na produção e na leitura dessas fontes históricas, a estudante também considera os espaços de socialização: a praça pública localizada no centro do Bairro, onde encontra-se um parquinho para as crianças e bancos para sentar. Na rua em frente à praça existem alguns comércios como padaria, bar e um mini-mercado, o que demonstra ser uma espécie de centro dentro do Bairro, frequentado pelos moradores para o comércio e para o lazer.

Assim, é importante ressaltar os estudos de Barbero (2001), ao analisar as mídias e mediações na América Latina que aponta as “culturas de bairro”. Nesse sentido, a cultura de bairro vai se configurar a partir de três campos: escola, que apesar de ser constituída de fora é dotada de significado próprio; o comércio, que são criações autônomas dos setores populares; e os clubes<sup>52</sup>. Nesses ambientes, vão sendo tecidas as relações sociais, desenvolvendo uma nova institucionalidade, que fortalece as relações de sujeitos coletivos.

Dessa forma, os campos sociais do Bairro colaboram para a construção de uma identidade popular

O bairro aparece aí definido a partir de duas coordenadas: o movimento de deslocamento espacial e social da cidade por força do “aluvião migratório” e o movimento de fermentação cultural e política de uma nova identidade do popular. Recosturando solidariedades de origem nacional ou de trabalho, o bairro inicia e entretece novas redes que têm como campos sociais a quadra, o café, o clube, a sociedade de fomento do comitê olímpico. A partir deles vai se forjando “uma cultura específica dos setores populares, diferente da cultura dos trabalhadores heroicos do início do século, e também distinta da cultura do ‘centro’, com relação a qual ela era frequentemente definida.” (BARBERO, 2001, p.283).

O Bairro possui uma construção histórico-cultural própria que está ligada ao processo histórico nacional e global. Partindo desse princípio, o Bairro transcende o espaço geográfico, não esgotando as questões entre suas fronteiras, contudo nele são articuladas as soluções dos problemas locais a um projeto social global.

Reafirma-se que o papel da Escola é relevante na construção da identidade dos sujeitos. O ensino de história tem papel fundamental na construção da cidadania, ao estimular no estudante a criticidade partindo de uma reflexão de natureza histórica. Evidenciado isso

---

<sup>52</sup> Utiliza-se aqui a palavra clube, mantendo a nomenclatura usada por Barbero (2001) para designar neste trabalho associações ou espaços como a Casa da Sopa, o campo de futebol, a Associação dos moradores.

através da oficina que permite perceber tanto a reprodução de identidades externas, impostas, quanto acima de tudo demarcar olhares identitários próprios dos alunos.

Desse modo, a fotografia faz parte da construção da memória individual e coletiva, sendo um objeto de informação e emoção que apresenta o registro de fragmentos cristalizados no tempo. É uma forma de leitura do mundo feita através do filtro cultural do fotógrafo que capta determinado registro visual e temporal que ficará cristalizado enquanto tal imagem existir.

### 3.4 VISÕES SOBRE O BAIRRO: A HISTÓRIA DO BAIRRO ATRAVÉS DA NARRATIVA TEXTUAL DE ALUNOS MORADORES

Ao abordar construção identitária, é necessário compreender que a identidade não é mais encarada como algo estável e duradouro, fator que garantia a estabilidade do mundo social. Segundo alguns, na pós-modernidade as identidades são plurais, voláteis e estão constantemente em construção e desconstrução, fragmentando o indivíduo moderno. Dessa forma, a “chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas e processos centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social.” (HALL, 2004, p.7).

Partindo desta análise, percebe-se que as mudanças estruturais pelas quais a sociedade moderna está passando fragmenta

as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais. Estas transformações estão também mudando nossas identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós próprios como sujeitos integrados.” (HALL, 2004, p.9).

Outro importante aspecto é a fragmentação e pluralidade das identidades aceitas pelos indivíduos, que assumem identidades provisórias, de acordo com as vivências e as situações na qual estão inseridos, assim

O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. Correspondentemente, as identidades, que compunham as paisagens sociais “lá fora” e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as “necessidades” objetivas da cultura, estão entrando em colapso, como resultado de mudanças estruturais e institucionais. O próprio processo de identificação, através do qual nos projetamos em nossas identidades culturais, tornou-se mais provisório, variável e problemático. (HALL, 2004, p.12).

Dessa forma, não existe uma identidade transversal, capaz de agrupar e guiar diferentes identificações. O mundo contemporâneo é marcado pelo esfacelamento de uma identidade única e cristalizada e pelo surgimento de identidades múltiplas e mutáveis, que se firmam temporariamente.

Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganha ou perdida. Ela tornou-se politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de política de identidade (de classe) para uma política de diferença. (HALL, 2004, p.21).

Para trabalhar a construção identitária, é importante se ter claro que ela parte do processo de formação histórica dos indivíduos e do ambiente em que vivem. Assim, a identidade é moldada pela experiência histórica individual e coletiva. Para compreender o processo de desenvolvimento da consciência histórica dos estudantes que participaram da oficina, buscou-se nas suas narrativas textuais a respeito do Bairro, a visão que possuem sobre a formação histórico social do lugar e como este processo faz parte da construção de si.

Ao abordar a importância da competência narrativa para a consciência moral, Rüsen (2011) demonstra a ligação entre: *consciência histórica, valores ou moral*, que servem como guia de comportamento e a *ação* que está ligada a subjetividade. Dessa forma, a consciência histórica serve como uma bússola, por orientar baseada no passado as ações vividas no presente. Nessa perspectiva, o autor defende a importância da história “O histórico como orientação temporal une o passado e o presente de tal forma que confere uma perspectiva futura à realidade atual.” (p.91). O passado visto como experiência mostra as mudanças no tempo do qual fazemos parte.

Assim, o texto a seguir demonstra essas relações:

O bairro onde moro se chama “São João Bosco”, mais antigamente o chamavam de “Promorar”, não tive a oportunidade de acompanhar as primeiras casas que foram construídas, as 204 casas para as 204 famílias.

As vezes ficam chamando o Bairro São João Bosco de “Vila”, estas pessoas devem parar de falar estas coisas nosso bairro é um bairro como qualquer outro. Eles devem pensar que o bairro deles é melhor que o nosso, mas eles não conhecem a verdadeira história do bairro. Eles também falam mal da escola porque a escola é da “vila” eles que pensem como é a escola deles e venham passar um dia aqui para eles verem como é o Bairro São João Bosco.

Agora temos a caixa d’água que talvez melhore as faltas de água no bairro, também está começando a construção de novas casas no bairro do lado da escola onde vai dar



moradia a outros moradores. (Evandro Ferreira da Silva, 13 anos, estudante do 8º ano do Ensino Fundamental).

Ao mencionar a forma como o Bairro é denominado, pejorativamente de “Vila”, o estudante faz uma crítica a respeito da visão externa sobre o lugar em que habita, apontando que o “bairro é um bairro como qualquer outro” e justifica esse olhar negativo pelo desconhecimento que as pessoas têm sobre o Bairro e sua história.

Ao abordar identidade e diferença, nesse contexto, é preciso compreender a relação de interdependência entre ambas, ao afirmar que se tem uma identidade, negam-se outras que não se têm. Ser da “vila” significa não pertencer a outros bairros ou ao centro da cidade. Afirmer determinada identidade, também é dizer o que não somos, o que nos difere. “Assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis.” (SILVA, 2013, p.75).

Compreender que identidade e diferença são produzidas historicamente é compreender que são fabricadas pelas relações sócio-culturais. E que se estabelecem e ganham significado, portanto, nomenclatura, através da linguagem, do discurso.

Dizer, por sua vez, que identidade e diferença são o resultado de atos de criação linguística significa dizer que elas são criadas por meio de atos de linguagem. Isto parece uma obviedade. Mas como tendemos a tomá-las como dadas, como “fatos da vida”, com que frequência esquecemos que a identidade e a diferença têm que ser nomeadas. É apenas por meio de atos de fala que instituímos a identidade e a diferença como tais. (SILVA, 2013, p.76).

Dessa forma, a identidade é uma construção simbólica e discursiva, marcada pela instabilidade e fluidez, que se produz como tal e ganha sentido em relação a uma rede de significações formada por outras identidades que também não são fixas. “Em suma, a identidade e a diferença são tão indeterminadas e instáveis quanto a linguagem da qual dependem.” (SILVA, 2013, p.80).

Ao falar sobre a Escola, o aluno aponta a visão negativa que há a seu respeito por ser da “vila”, reafirmando o preconceito existente com os moradores do São João Bosco e com as instituições que lá atuam, evidenciando uma visão enraizada que a escola por ser pública, por atender um público de baixa renda e estar localizada na “vila”, possui menor qualidade de ensino.

O estudante também relata a construção da caixa d’água que resolveu o problema de abastecimento, o qual afetou os moradores por muito tempo. Além disso, aborda o

crescimento físico e demográfico do lugar, com a construção de novas casas e a expansão do Bairro.

Dessa forma, ao analisar o espaço em que habita, o estudante compreende e problematiza o processo histórico no qual está inserido, dando significado ao tempo, compreendendo a relação entre passado e presente e, assim, desenvolvendo sua consciência histórica.

A função prática da consciência histórica é guiar a ação, e essa orientação temporal e subjetiva parte da concepção de mundo que transcende a existência como indivíduo, por fazer parte de uma temporalidade muito mais extensa.

Abordar a competência narrativa é elencar os três pilares: forma, conteúdo e função, que constituem a narração histórica por desenvolver as competências de experiência, interpretação e narração históricas, dando sentido ao passado vivido ao interpretar, apropriar-se e significar as ações no tempo.

Para Rüsen (2011), o desenvolvimento da consciência histórica, baseado na narração histórica, está estruturado em quatro categorias: tradicional, exemplar, crítico e genético que seguem uma sequência lógica, onde cada uma é pré-condição para atingir outra.

O tipo tradicional é caracterizado pela reprodução de um modelo cultural, pela “afirmação das orientações dadas”; o tipo exemplar relaciona, usa o passado como um valor atemporal e representa “a regularidade dos modelos culturais e dos modelos de vida”; o tipo crítico nega, rompe com as orientações temporais, argumentando historicamente; e o tipo genético, que é caracterizado pela transformação, mudança de sentido da história, aponta para uma perspectiva de mudança baseada na pluralidade e na alteridade, na aceitação do outro. Considera que

As operações da consciência histórica devem ser consideradas, organizadas e influenciadas, principalmente, do ponto de vista da aprendizagem histórica, com o objetivo de conciliar as três dimensões dentro de um modelo – isto é, experiência ou conhecimento, significado e orientação como um todo integrado. Dever-se-ia ter como objetivo trazer essas duas entidades ao equilíbrio: a história como um dado objetivo nas relações da vida presente e a história como uma construção subjetiva de orientação de si em direção aos seus interesses e aos da vida prática. (RÜSEN, 2011, p.91).

Assim, pode-se conceber que o desenvolvimento da consciência histórica é baseado em experiência, análise, reflexão e compreensão que resulta no respeito ao outro, na

emancipação intelectual e na construção de uma consciência ética e moral. Como percebe-se na análise do texto da estudante:

Morar no bairro São João Bosco é muito bom, tem a ABEN, a casa da sopa, o salão, a igreja, a escola e a creche.  
 O ruim do bairro são as drogas, brigas, lixo, as pessoas destroem as coisas que são para elas mesmas.  
 Eu ouvi falar que antes da ABEN ser criada era um cemitério e que o bairro era mato, capoeira e antes de ter o nome “São João Bosco” era “Promorar” e tinha 204 casas.  
 Eu gosto muito de morar aqui tenho amigos, e é muito divertido, por mais que as pessoas falem do nosso bairro ele não é ruim, as pessoas que falam demais, e não sabem o que a gente tem que passar cada dia!!  
 Ficam chamando nosso bairro de “vila”, “fábrica de marginal” etc... Mas elas tem que entender que nem todos são assim, tem muita gente boa, que mora aqui, gente educada, que respeita e merece ser respeitada!  
 Sem falar na falta de água, é todo final de semana, quero ver se com essa caixa d’água vai melhorar.  
 Agora com a caixa d’água melhorou bastante, não tá mais faltando água, mas pode melhorar ainda mais.  
 E agora estão tendo varias oficinas de dança, canto... Dando mais oportunidades para os jovens mostrar seus talentos.  
 Por que as coisas que os jovens desse bairro fazem são muito impressionantes e bem diferente dos outros jovens... (Fernanda Correia Macanan, 13 anos, estudante do 8º ano do Ensino Fundamental).

Ao falar que “morar no bairro São João Bosco é muito bom” a estudante argumenta, citando as associações que promovem o amparo aos moradores, que servem também como locais de socialização, de encontro, exercendo inclusive a função de áreas de lazer .

Abordando o processo histórico, a estudante menciona a troca do nome do Bairro e fala dos pontos negativos que existem atualmente, como a depredação, o lixo espalhado pelas ruas, o uso de drogas e as brigas.

É importante ressaltar a crítica feita pela estudante à forma como as pessoas enxergam o Bairro e seus moradores. Na visão dela, os sujeitos que não conhecem o Bairro ignoram os problemas enfrentados por seus moradores e os julgam de forma preconceituosa, generalizando-os com características negativas, referindo-se ao Bairro como “vila” e fábrica de marginal”. Ao falar sobre os moradores, a estudante destaca que “tem muita gente boa, que mora aqui, gente educada, que respeita e merece ser respeitada!”

Formas linguísticas e identidade estão relacionadas, como apresenta Silva (2013), ao utilizar determinadas palavras para descrever um grupo ou indivíduo, faz-se uso de uma rede ampla de atos linguísticos que em seu conjunto definem ou reforçam determinada identidade. Dessa maneira quando é utilizado o termo “vila” ou “vileiro” para se referir ao Bairro São João Bosco ou seus moradores, não está simplesmente fazendo uma referência ao local onde

esta pessoa habita, mas está inserindo em um sistema linguístico que contribui para reforçar a forma negativa que a identidade do morador daquele Bairro carrega.

A eficácia produtiva dos enunciados performáticos ligados à identidade depende de sua incessante repetição. Em termos da produção da identidade, a ocorrência de uma única sentença desse tipo não teria nenhum efeito importante. É de sua repetição e, sobretudo, da *possibilidade*, de sua repetição, que vem a força que um ato linguístico desse tipo tem no processo de produção de identidade. (SILVA, 2013, p.94).

Tanto a reflexão que os estudantes fazem sobre o processo histórico no qual estão inseridos como a crítica que tecem à essa visão preconcebida que existe sobre o Bairro São João Bosco mostra a forma como eles constroem sua identidade a partir de sua memória, suas experiências enquanto sujeitos e da diferenciação do outro que os enxerga como moradores da “Vila”.

Todas as três dimensões do tempo são temas da consciência histórica: através da memória o passado se torna presente de modo que o presente é entendido e perspectivas sobre o futuro podem ser formadas. A perspectiva sobre o passado domina, é claro, uma vez que a consciência histórica funciona através da memória. Essa consciência está, porém, completamente determinada pelo fato de que a memória encontra-se intimamente ligada às expectativas futuras. O próprio presente é visto, interpretado e representado como um processo em curso na estreita relação da memória com a expectativa de futuro. (RÜSEN, 2011, p.79).

Dessa forma, busca-se na memória a construção de um tempo passado para preencher as lacunas de pertencimento e identidade que a sociedade produz. A busca pela memória de um tempo passado cria vínculos de identidade e pertencimento. Porém, é preciso ter o cuidado para não criar uma representação do passado pelo reflexo do presente, como alerta Nora:

Memória-espelho, dir-se-ia, se os espelhos não refletissem a própria imagem, quando ao contrário, é a diferença que procuramos aí descobrir; e no espetáculo dessa diferença, o brilhar repentino de uma identidade impossível de ser encontrada. Não mais uma gênese, mas o deciframento do que somos à luz do que não somos mais. (1993, p.20).

Ao trabalhar com memórias, é preciso estar ciente da alteridade da lembrança. Dessa forma, a lembrança atua sobre o acontecimento, recriando a realidade. “Essa hipótese da alteridade da lembrança se integra perfeitamente à teoria segundo a qual não existe para o homem uma realidade independente de sua intencionalidade. Aqui de novo a ideia de que

“para a consciência humana nada é simplesmente apresentado, mas representado” (CANDAUI, 2014, p.67).

Para abordar uma relação entre consciência histórica, memória e identidade é necessário diferenciar memória de história como ciência, pois memória é algo vivo, subjetivo, sujeito a transformações, enquanto que história é uma representação.

Nas narrativas e nas fotografias percebe-se que os estudantes, ao produzir e analisar fontes históricas, atribuem sentido ao passado e conseguem compreender a relação entre identidade, memória e história.

Memória e história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque é afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta e a torna sempre prosaica. (...) A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo. (NORA, 1993, p.9).

A utilização das citações de Nora (1993) obedece ao desejo de novas reflexões a partir deste trabalho, o qual se propõe a analisar e compreender a construção dos aspectos identitários dos moradores do Bairro São João Bosco, a partir das relações socioculturais e a participação da Escola, através do ensino de história nesse processo.

### 3.5 VISÕES SOBRE O BAIRRO: A HISTÓRIA DO BAIRRO ATRAVÉS DE OUTROS MORADORES

A construção da identidade dos moradores e da formação da imagem do Bairro São João Bosco pelos diferentes atores sociais: representantes do poder público, professores, estudantes e moradores que estiveram ou estão envolvidos nesse processo histórico permite observar importantes aspectos da sua construção histórica, social e cultural, apresentados no primeiro capítulo, por agentes sociais de fora e agora abordados pelos agentes sociais pertencentes a este espaço.

Acreditando que identidade faz parte das relações sociais, sua definição linguística e discursiva é construída pelas relações de poder estabelecidas na sociedade. Portanto, a produção da identidade está sujeita às disputas, imposições e hierarquias estabelecidas dentro do campo social.

Não se trata, entretanto, apenas do fato de que a definição da identidade e da diferença seja objeto de disputa entre grupos sociais assimetricamente situados relativamente ao poder. Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes. (SILVA, 2013, p.81).

Portanto, a afirmação da identidade e a marcação da diferença, segundo Silva (2013), são operações de incluir e excluir, demarcando fronteiras, reais e simbólicas que distinguem e classificam quem está dentro e quem está fora, que reafirmam as relações de poder e a hierarquia social.

Dividir o mundo social entre “nós” e “eles” significa classificar. O processo de classificação é central na vida social. Ele pode ser entendido como um ato de significação pelo qual dividimos e ordenamos o mundo social em grupos, em classes. A identidade e a diferença estão estreitamente relacionadas às formas pelas quais a sociedade produz e utiliza classificações. As classificações são sempre feitas a partir do ponto de vista da identidade. Isto é, as classes nas quais o mundo social é dividido não são simples agrupamentos simétricos. Dividir e classificar significa, neste caso, também hierarquizar. Deter o privilégio de classificar significa também deter o privilégio de atribuir diferentes valores aos grupos assim classificados. (SILVA, 2013, p.82).

A criação do PROMORAR, como afirmado anteriormente, se estabelece a partir da hierarquização social, a escolha e o deslocamento dos moradores para aquele espaço se deu através da classificação econômica e social. Por não deter capital econômico, social e cultural que poderia garantir a esses sujeitos um lugar no espaço da cidade, eles foram deslocados para o conjunto habitacional.

Ressalta-se, na construção do Bairro, a organização dos mutirões de trabalho e a Associação do Bairro que constituíram espaço de luta dos moradores por habitação, fornecimento de água, transporte público e melhoramentos na infraestrutura, que é também a luta pela conquista da cidadania e da “identidade cultural”, como apresenta Barbero:

Numa sociedade tão pouco institucionalizada, as associações populares – desde os mutirões e os refeitórios de bairro até os centros de educação – “vão construindo um tecido social que *vai desenvolvendo uma nova institucionalidade*, fortalecendo a sociedade civil, apresentando traços de novas relações sociais e de sujeitos coletivos na vida do país.” (2001, p.284).

A participação dos moradores na construção do Bairro e as dificuldades enfrentadas por eles ficam evidentes na fala de Erani de Oliveira, uma das primeiras moradoras do Bairro:

Quando eu entrei pra morar não tinha água, não tinha luz, era só piso com brita, e as velinhas que eu usava, né? Eu fui a primeira moradora desse bairro. Vinha pegar água aqui no fundo, que não tinha essas casas, tinha uma fonte de água, onde vinham pegar água pra tomar. E já faz 36 para 37 anos que tô no bairro.<sup>53</sup>

A organização social e política do Bairro possui características próprias, baseadas no que é socialmente aceito dentro da dinâmica cultural dos seus moradores. Nesse sentido, as mulheres possuem um papel fundamental, por serem protagonistas das relações sociais que são tecidas dentro daquele espaço.

“Carregam pedras e água, participam das mobilizações, constroem, vendem e compram; são um dos eixos centrais da vida do bairro e chegam a ter um certo poder, baseado na força do cotidiano. Elas são o próprio bairro e de certo modo decidem o que é o bairro”. E elas fazem o bairro a partir de uma percepção do cotidiano configurada basicamente na maternidade. Uma *maternidade social* que em vez de se fechar na família faz do bairro seu espaço de instalação e exercício. (BARBERO, 2001, p.285).

Dessa forma, a mulher se constitui como agente recriadora de uma sociabilidade que é baseada no cotidiano, e é a partir das microrrelações que ela exerce seu poder, integrando as funções da vida familiar como esposa e mãe na esfera pública. Embora não seja objeto de aprofundamento deste trabalho, a questão de gênero fica evidente na fala de uma das moradoras, ao abordar o trabalho voluntário realizado por ela junto aos moradores que se encontravam em situação de vulnerabilidade social.

Aí depois que eu comecei também com um projeto aqui no bairro que comecei na Pastoral da Criança, foi a primeira Pastoral da Criança, tem 19 anos. Como uma líder comunitária, fazia um trabalho voluntário com a vila, fiquei 19 anos trabalhando. Aí depois comecei com essa ideia de ter a Fundação da Casa da Sopa, porque eu comecei na minha casa e daí eu vim morar pra cá. (...) Aí quando comecei a trabalhar com o povo daqui do bairro, comecei na minha casa, porque um dia eu saí fazer umas visitas, que a minha mania é visitar. Eu

<sup>53</sup> Erani de Oliveira, 65 anos, conhecida como Dona Tetê, uma das primeiras moradoras do Bairro. Entrevista concedida em sua residência, no bairro São João Bosco, Nova Prata, no dia 12/02/2015.

sempre fui pobre, simples, mas sempre visitando, e aí um dia eu fui fazer uma visita bem de manhã numa família, e a mulher tava chorando com um nenezinho no colo e mais outro sentadinho. Eu disse: por que tu tá chorando, minha amada? Ela disse: eu tô chorando, Dona Tetê, porque desde ontem eu não comi nada e eu vou me matar e daí a senhora cuida dos meus filhos. Eu disse: jamais! Você não vai se matar, não, porque eu vou pedir comida pra você. Eu não tenho pra te dar hoje, mas eu vou pedir. Aí foi quando eu liguei na rádio Prata, ainda era tempo do..., aquele que tem o cachorrão agora, o Preto, o Preto branco. Aí eu pedi pra ele, teve voluntário que já se ofereceu e ligou pra mim, que ia mandar um leite pras crianças e alguma coisa de comida. Aí foi como eu comecei, sabe? Daí eu comecei na minha casa, pegava leite lá do hospital, o pão que o seu Moacir Durli fornecia, daí eu ganhei umas vaquinhas também pra colocar lá na granja do hospital.

Aí eu comecei na minha casa com dois pãezinhos e uma canequinha de leite pra cada um que vinha aqui na escada pegar. Depois eu fui pro salão fazer o sopão, aí depois fui pro outro salão, aí foi fundada a Casa da Sopa.<sup>54</sup>

O papel da mulher, como líder comunitária, mediadora dos problemas e conflitos existentes naquele espaço, além de ser fundamental nas ações de amparo aos moradores, reforça os vínculos responsáveis pela construção do Bairro como uma comunidade<sup>55</sup>. Essas ações que passavam pelas visitas domiciliares, recolhimento e distribuição de alimentos, até a organização de instituição como a Casa da Sopa, que possui uma significativa importância na assistência dos moradores carentes.

A participação efetiva dos moradores na construção física e sociocultural do Bairro São João Bosco, as relações de convivência, amparo e de reconhecimento de si enquanto indivíduo pertencente a um coletivo com características próprias, demonstra que as relações estabelecidas dentro daquele espaço são fatores que constituem a identidade desses sujeitos. Nesse sentido, Barbero defende que

Uma outra dimensão fundamental do popular que revela sua densidade cultural e social no bairro são os processos de reconhecimento como “lugares” de constituição de identidades.(...)

O bairro surge, então, como o grande mediador entre o universo privado da casa e o mundo público da cidade, um espaço que se estrutura com base em certos tipos específicos de sociabilidade e, em última análise, de *comunicação*: entre *parentes* e entre *vizinhos*. O bairro proporciona às pessoas algumas referências básicas para a construção de um *a gente*, ou seja, de uma “sociabilidade mais ampla do que aquela que se baseia nos laços familiares, e ao mesmo tempo mais densa e estável do que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade.” (...) é no bairro que as classes populares podem estabelecer solidariedades duradouras e personalizadas.

<sup>54</sup> Erani de Oliveira, 65 anos, conhecida como Dona Tetê, uma das primeiras moradoras do Bairro. Entrevista concedida em sua residência no bairro São João Bosco no dia 12/02/2015.

<sup>55</sup> Para conceituar comunidade utiliza-se Eufrásio.

“Guiados pela teoria da comunidade formulada por Tönies e as três formas principais de existência: de sangue, de lugar e de espírito – melhores esclarecidas pelos termos: parentesco, vizinhança e amizade – nas quais os seres humanos envolvidos estariam ligados entre si de maneira orgânica pela vontade, procuramos verificar a presença ou a ausência de valores incorporados (*Wsenwille*) no local e, quando existiam, de que maneira se relacionavam entre si.” (EUFRÁSIO, 2006, p.24).



Nesse espaço, ficar sem trabalho não significa perder a identidade, isto é, deixar de ser filho de fulano ou pai de beltrano. E frente ao que acontece nos bairros residenciais das classes altas e médias-altas, onde as relações se estabelecem mais com laços profissionais do que por vizinhança, pertencer ao bairro para as classes populares significa poder ser reconhecido em qualquer circunstância. (BARBERO, 2001, p.286).

Ao falar das relações sociais dentro do Bairro São João Bosco, é importante salientar o papel do líder de quadra, que possuía uma função de articulador das tensões entre os moradores e da comunidade junto ao poder público, como mostra a fala de uma das primeiras moradoras do Bairro, Noeli Antunes da Silva:

Depois ela me botou de líder nessas duas quadras aqui. Aí eu trabalhava de dia. [...] era ali no vizinho, que queriam fazer de um jeito e o outro do outro daí ela queria me chamar pra ir lá pra saber como é que tava. Porque se eu falasse com eles e resolvesse, tudo bem. Se eles não quisessem [...], aí eu tinha que ir lá na prefeitura, e a prefeitura vinha ali e resolvia. Aí fui lá, a dona da casa não queria aceitar, e os filhos e o marido “Não pode, tem que fazer como ela tá dizendo, e a senhora não acha melhor assim?”.

Tinha uns quantos líderes. Cada quadra tinha um líder, né? Aí a gente se perguntava como é que tava, conversava “não, tá bem”. Outros tinham às vezes os esgotos passando de um lugar pro outro da casa, às vezes não gostavam e vinham aqui falar comigo pra falar com o dono da casa debaixo que não tavam aceitando. Eu ia lá e falava pra ele arrumar, e não dava confusão. E então era assim.

Se nós não resolvesse aqui, aí ia prefeitura falava com eles, eu explicava o que tava acontecendo, aí eles vinham aqui e resolviam. Ma nunca foi preciso. Eu resolvia, falava com eles, e o pessoal aceitava. Nunca foi preciso eu ir lá.<sup>56</sup>

As intervenções realizadas com os moradores pelos líderes para buscar soluções de conflitos familiares e entre vizinhos, que muitas vezes ocorriam pela proximidade das moradias e os problemas resultantes disso, como excesso de barulho, problemas na rede de esgoto e etc, reforçam a importância dessas pessoas para mediar os problemas enfrentados no dia a dia da comunidade. Também é importante salientar a interferência do poder público, caso o líder não encontrasse uma solução para os conflitos, evidenciando as formas de controle exercidas sobre os moradores.

Ao abordar participação dos moradores na formação do Bairro e na sua dinâmica cultural, evidencia-se que a construção do espaço social se constitui na relação entre o espaço geográfico e seu ocupante, entre o habitat e o hábito, como apresenta Bourdieu:

---

<sup>56</sup> Noeli Antunes da Silva foi líder de quadra e uma das primeiras moradoras do Bairro. Entrevista concedida em sua residência, no Bairro São João Bosco, no dia 21/07/2014.

Se o habitat contribui para fazer o hábito, o hábito contribui para fazer o habitat através dos costumes sociais mais ou menos adequados que ele estimula a fazer. Vê-se, assim, inclinado a pôr em dúvida a crença de que a aproximação espacial de agentes muito distantes no espaço social pode, por si mesma, ter um efeito de aproximação social: de fato, nada é mais intolerável que a proximidade física (vivenciada como promiscuidade) de pessoas socialmente distantes. (BOUDIEU, 2012, p.165).

Os problemas enfrentados pelos primeiros moradores no início da década de 1980 são observados na falta de estrutura, como podemos notar na fala da moradora Erani.

Não tinha asfalto, era tudo de chão. E a gente chegava que era um barro lá no centro. Era sofrido, o bairro aqui foi sofrido. Quem era mais velho, aí depois começou a vim um senhor, que mora lá perto agora, e veio o meu irmão Paulo, aí nós se emprestava a velinha um pro outro e ia passando as velinhas pra não ficar no escuro. Ficamos quase uns dois anos sem água e morando na casa sem fazer o piso, era as pedrinhas, as britas. Janela não tinha, eu coloquei um pano e dormia de noite com aquele pano na janela. Até poder comprar a janela pra botar. A gente tinha que comprar a janela.  
Era uma casa feita com blocos, e ali não tinha reboco, nem nada. Era blocos. Era uns banheiros tudo malfeitos, nem porta não tinha. Tinha que colocar também uns panos, não era dividida, a gente fazia divisão com um pano, com cortina, eu fiz na minha casa.<sup>57</sup>

Percebe-se que essa luta por habitação não é somente a conquista da casa, mas também das necessidades mais básicas, como energia elétrica, água e o melhoramento da moradia que não possuía piso e nem janelas. Outro aspecto demonstrado, nesta fala, são os vínculos familiares entre esses primeiros moradores, irmãos ou pessoas que possuíam alguma relação parental, que passam a morar próximos e criam relações de solidariedade, como fica exemplificado no empréstimo das velas quando o Bairro ainda não possuía energia elétrica.

Ao abordar as formas de morar, salienta-se a adequação a arquitetura da casa assim como sua precariedade. Possuindo apenas a divisão do banheiro com paredes, o restante da casa era dividida pelos próprios moradores com materiais que dispunham, e que fosse de baixo custo, devido à situação econômica desfavorável que esses indivíduos se encontravam.

Essa situação é ressaltada na fala de Noeli e Miguel Aristides Domingues,

*Não tinha divisão, nada. Tinha o banheiro ali no meio.*  
Tinha dois quartos, o banheiro, mas bem pequenininho, e a cozinha.  
Tudo um salão. Dava para fazer um baile. Agora têm oito peça, mas fomo nós que fizemos depois, baixamos o forro que era bem arto, então, foi assim. Quer olhar aqui como é que...  
Aqui era cozinha e sala. A porta era aí onde tá essa cadeira. Ali era outro quarto. O fogão a gás, eu acho que era aqui.

<sup>57</sup> Erani de Oliveira, 65 anos, conhecida como Dona Tetê, uma das primeiras moradoras do Bairro. Entrevista concedida em sua residência, no bairro São João Bosco, no dia 12/02/2015.

O banheiro eu acho que era aquele ali.

*É, onde tem essa porta, era o banheiro. Ali onde tá o fogão.*

O banheiro? Será que é? Eu acho que até que sim. Depois nós aumentamos pra lá. Aqui baixamos o forro. Assoaiemo porque era tudo piso.

*Essa parte aqui não tinha também. A parede era ali. Daqui pra cá aumentemo.*

Aí aumentemo a casa, porque de pequena que era. Aqui tem a nossa área, porque não tinha nem onde sentar no verão.

Da rua eu fiz parte, no carçamento. A casa não. Nós morava lá no São Cristovão e o Miguel tinha que trabalhar na prefeitura, então era longe. Mas no calçamento da rua nós ajudamos.

*Ali, antigamente, era pedra bruta, era um castaião. Aí depois nos ajudamos, e botaram asfalto em cima. Mas era um cascaréu. Aí foi com o João Carlos Schimit na primeira eleição dele, foi ele que iniciou isso daí.*

Até a primeira vez que eu vim aqui, eu não quis a casa, aí eu fui na prefeitura, cheguei em casa e disse pro Miguel: eu não vou morar lá. Acho que é muito longe(...). Era tudo pertinho as casas. Aí, eu fui na prefeitura, e eles disseram pra mim: tudo bem, o Miguel trabalha na prefeitura, a senhora não quer morar lá, mas tem que pagar a casa mesma coisa. Ai eu disse pro Miguel.

*Mas dava medo de tu entrar aí, rapaz. Depois eu até vinha uma vez vim trabalhar ai também, eu trabalhava na prefeitura, lá em baixo onde tavam construindo ainda. Aqui não tinha nada ainda. E o prefeito tava ali, o João Carlos Schimit e eu não vi que era ele, “bah parece um aviário de galinha” porque tudo emendado, né? Um aviário de galinha.*

*“Não, Miguel, tu vai ver como vai ficar bom.”<sup>58</sup>*

Elencando a arquitetura da casa e as modificações realizadas pelos moradores, tem-se a ideia das formas de morar, que estão ligadas à adaptação dessas pessoas àquele ambiente. Para esses moradores, inicialmente, foi necessário adaptar seu modo de vida à configuração do Bairro e da casa que era geminada, pequena, sem divisórias, com o piso de cimento e sem forro. Com o tempo, a configuração arquitetônica foi se modificando com as adaptações feitas pelos moradores, que aumentaram a área construída, colocaram divisórias internas, modificaram o piso, construíram varanda, dessa forma, adaptando a residência as suas necessidades.

Também é ressaltada na fala a resistência em se mudar para o novo lar, devido à distância do Bairro em relação ao restante da cidade e às condições de habitação daquele espaço, desde a condição da casa e das quadras que, na visão inicial do morador, “bah parece um aviário de galinha” por serem formadas por casas geminadas “tudo emendado” e das ruas de terra.

---

<sup>58</sup> Noeli Antunes da Silva e Miguel Aristides Domingues, casados, foram uns dos primeiros moradores do Bairro. Entrevista concedida em sua residência, no Bairro São João Bosco, no dia 21/07/2014. Como a entrevista foi realizada com ambos, as falas de Miguel foram colocadas em itálico para diferenciar das falas de Noeli.

“Dava medo de tu entrar aí”, essa fala mostra o impacto inicial desse morador ao conhecer o lugar onde iria habitar, o receio apresentado se dá devido a falta de estrutura elencada por eles. Ao mudar-se para o então PROMORAR, essas pessoas tinham conquistado o direito à habitação, mas ainda precisavam conquistar o direito de habitar dignamente.

Porém, para quem não possuía moradia ou habitava lugares em condições piores, ter a casa própria era uma melhoria imediata nas condições de vida, mesmo se essa habitação e a área onde se localizava não apresentavam condições adequadas de moradia. “Bá, eu fiquei feliz porque sabia que ia entrar dentro de uma casa. Eu tinha uma casa pra morar, e eu fiquei feliz, nem que fosse um buraco, um osso da casa, mas eu fiquei feliz, sabendo que era minha, né?”<sup>59</sup>

Reafirma a análise de Bourdieu (2012), quem não possui capital é afastado física e simbolicamente dos bens sociais mais valorizados e é imposto a esse, os bens e os locais menos desejáveis.

Ao tratar das diferenças espaciais e sociais, o Bairro, que agrega os despossuídos de capital econômico, social e simbólico, reforça ainda mais a desposseção de seus habitantes e reafirma a exclusão socioeconômica a qual são submetidos seus moradores.

Esse espaço construído sobre os pilares da exclusão gera o estigma do Bairro como um ambiente de indignidade social e promiscuidade, local de venda de drogas, prostituição e violência. Essas são as marcas criadas e impregnadas sobre o Bairro e seus moradores.

O bairro chique, como um clube baseado na exclusão ativa de pessoas indesejáveis, consagra simbolicamente cada um de seus habitantes, permitindo-lhe participar do capital acumulado pelo conjunto de seus residentes: ao contrário o bairro estigmatizado degrada simbolicamente os que o habitam, e que, em troca, o degradam simbolicamente, porquanto, estando privados de todos os trunfos necessários para participar dos diferentes jogos sociais, eles não têm em comum senão sua comum excomunhão. A reunião num mesmo lugar de uma população homogênea na desposseção tem também como efeito redobrar a desposseção, principalmente em matéria de cultura e de prática cultural: (BORDIEU, 2012, p.166).

A relação estabelecida entre os moradores do Bairro São João Bosco e dos moradores com o restante da cidade constitui os elementos que demarcam os aspectos socioculturais e a identidade social desses indivíduos. Assim, como fala Salvatori (2008, p.22)

---

<sup>59</sup> Noeli Antunes da Silva, foi líder de quadra e uma das primeiras moradoras do Bairro. Entrevista concedida em sua residência, no Bairro São João Bosco, no dia 21/07/2014.

“A cultura perpassa todas as experiências humanas, está ligada ao terreno das representações e é feita de significados historicamente compartilhados.”

Nesse sentido, percebe-se na luta dos moradores pela conquista da casa, por melhorias no Bairro, por transporte, na organização dos mutirões e nas relações de apoio entre eles, os marcos de resistência e da construção identitária.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação teve como objetivo compreender os aspectos identitários dos habitantes do Bairro São João Bosco e como a identidade social desses indivíduos foi construída cultural e historicamente, assim como o papel que a Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Josué Bardin teve nesse processo.

A temática identidade, norteadora deste trabalho, utiliza como fundamentação teórica os estudos culturais, fazendo uso de autores como Pierre Bourdieu, Sidney Chalhoub, Jörn Rüsen, Joel Candau, entre outros, que teorizam a partir de suas áreas de conhecimento como sociologia, antropologia, história e educação, o tema proposto. Dessa maneira, buscou-se verificar com um olhar interdisciplinar de que forma as identidades sociais são construídas, reconstruídas ou impostas, colaborando para a afirmação de classificações e hierarquias sociais.

Nessa tarefa buscou-se analisar de que modo as relações sociais, culturais e econômicas do Bairro, visto como campo social, portanto, estabelecido como categoria de análise articulado com as estruturas políticas, culturais e econômicas externas legitimam as forças de dominação e resistência que tangem as relações entre os moradores, dos moradores com o restante da cidade, dos moradores da cidade com os moradores do bairro.

No primeiro capítulo foi realizada uma análise da história da formação do município de Nova Prata, sua emancipação política, os vários grupos étnicos que compunham a população devido ao fluxo imigratório que fez com que a cidade ganhasse forma, as primeiras administrações e a preocupação com educação e moradia. Tendo como fonte a bibliografia produzida sobre a história do Município, pode-se avaliar que o crescimento populacional e o desenvolvimento urbano foram constantes, juntamente com as mudanças da área do município que teve suas fronteiras várias vezes reconfiguradas devido à emancipação política de partes de seu território.

Nessa etapa, também ficou evidente que o desenvolvimento econômico e urbano no Brasil do século XX causou grandes transformações no país como um todo, refletindo no município, como no aumento da urbanização, no êxodo da população do campo para a cidade e no recebimento de migrantes de outras cidades e regiões do estado e do país, que chegavam à Nova Prata em busca de emprego e melhores condições de vida.

Nesse processo, tem início os projetos de habitação para acomodar a população menos favorecida que residia espalhada por várias regiões da cidade. Dentre esses, o mais

importante, devido a suas proporções e pela sua significância social foi o conjunto habitacional PROMORAR, inaugurado em 1983.

Considerando as motivações que levaram a construção do PROMORAR, analisando os discursos dos dirigentes municipais e a documentação oficial do período nota-se que a vulnerabilidade social, marca historicamente o Bairro, e o estigma de pobreza, são fatores que demarcam a identidade social dos moradores.

A marginalização dos habitantes da comunidade, evidência constante nas falas dos entrevistados, também se constitui como uma marca identitária imposta aos “de lá” ou “os da vila”, formas de expressão utilizadas para classificar e demarcar a posição geográfica, social e cultural ocupada por esses indivíduos. Essas formas de expressão verbal denotam uma estrutura social hierarquizada, construída a partir da diferença entre os capitais, sejam eles econômicos, sociais ou simbólicos, que balizam as relações entre os moradores do Bairro e dos moradores com o restante da cidade.

Diante dessas constatações, o segundo capítulo aborda os motivos que levaram a implantação de uma escola na comunidade e a função social exercida por ela. Nessa perspectiva, utilizando como fontes entrevistas feitas a professores e dirigentes políticos existentes no capítulo anterior e documentos pertencentes à secretaria da instituição e do Colégio Nossa Senhora Aparecida, percebe-se a importância do educandário no processo de formação do Bairro.

A iniciativa de implantação de uma instituição de ensino para atender à demanda educacional da comunidade parte do anseio do poder público municipal, juntamente com a motivação filantrópica de uma ordem religiosa que já atuava na cidade, através de um colégio privado e com a colaboração do setor econômico, que contribuía financeiramente para a manutenção da Escola.

Assim foi possível verificar que a Escola que atua dentro do Bairro com o propósito de educar, não se limita a simples transmissão de conhecimento, intervém como mediadora de conflitos e transmissora de práticas e regras socioculturais. A *inculcação* nos estudantes de uma dinâmica cultural externa através da Escola reforça seu papel como agente reprodutora da estrutura social, reforçando as hierarquias e classificações. Dessa forma, a Escola é vista como reprodutora do *habitus*, por colaborar na interiorização e naturalização das práticas sociais.

Também no segundo capítulo, foi analisada a legislação e a formação do sistema educacional brasileiro, tendo em vista o abismo histórico em nosso país entre a educação

voltada para a elite e para as classes subalternas, o que reafirma a organização do sistema de ensino baseado nas diferenças existentes na sociedade.

Mesmo que a legislação vigente, a partir da Constituição de 1988, das leis complementares como a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 e dos Planos Curriculares Nacionais - PCN tenha demonstrado grandes avanços para o debate na área educacional, não houve uma reestruturação do ensino que atenuasse as diferenças entre a escola voltada para a elite da escola voltada à população menos favorecida. Assim, constata-se que, embora tenham ocorrido avanços sociais como: diminuição da pobreza, melhores condições de vida para a população, progressos educacionais com melhorias na estrutura física das escolas e na legislação; o modelo escolar vigente ainda traduz as hierarquias sociais pela classificação do estudante, pela valorização do capital pertencente ao grupo dominante. Além disso, os direitos assegurados por lei muitas vezes não são garantidos pelo Estado, fazendo com que uma parcela da população não usufrua da plena cidadania.

Ainda nesse segundo capítulo foi possível identificar, analisar e compreender os marcos da criação da Escola Municipal Padre Josué Bardin e o espaço ocupado por essa instituição e o seu entorno. Se a pobreza demarca a identidade coletiva dos moradores do Bairro, os problemas de estrutura física balizam a história da instituição que tem como características o atendimento a um público que vive em situação de vulnerabilidade social que, com o passar dos anos, aumenta em número, fazendo com que a Escola seja constantemente ampliada para atender à crescente demanda.

O último capítulo investigou a construção da identidade dos moradores a partir da análise das entrevistas dos mesmos e dos textos e imagens produzidas por um grupo de estudantes da Escola e do Bairro em estudo.

Nessa etapa, conclui-se que embora as motivações de formação do Bairro e da Escola não tenham partido dos moradores, as relações estabelecidas nesses espaços fazem com que ambos tenham uma dinâmica cultural própria, que está interligada ao processo de estruturação social nacional, como o próprio projeto PROMORAR, proposto pela Cohab, e as leis que tangem o sistema educacional brasileiro.

Concluiu-se também, a partir da análise das imagens produzidas pelos estudantes, os lugares de socialização usufruídos pelos moradores: a pracinha, a ABEN, a Escola, os estabelecimentos comerciais, a rua, o campo de futebol e a igreja. Esses espaços ocupados pelo coletivo nas mais diversas práticas sociais fortalecem as relações entre os moradores, recriando uma dinâmica social própria daquela comunidade.



Ao trabalhar a partir do olhar dos moradores sobre o espaço onde habitam, verificou-se o sentimento de pertencimento, principalmente nas entrevistas dos moradores mais antigos, os quais têm vivo na memória as dificuldades iniciais enfrentadas para se estabelecerem nas novas residências que não ofereciam estrutura para a habitação. Evidenciou-se que a luta para conseguir melhorias no Bairro, como transporte, ruas pavimentadas, água, além de entidades de apoio como a casa da sopa, ABEN e a própria Escola, instituiu elos entre os moradores do Bairro, unindo-os por valores incorporados, formando uma comunidade.

Também foi possível estabelecer através da “oficina de análise de material fotográfico” a interação entre a cultura do Bairro, a Escola e o ensino de história, e, assim revisitar a história local, colocando os moradores como sujeitos e não como sujeitos de um processo histórico marcado pela segregação e pela anulação da população marginalizada na história da cidade. A partir desses resultados de análise, verificou-se que a temática proposta tem muito a ser estudada ainda. A história de Nova Prata, do Bairro São João Bosco e da Escola Municipal Padre Josué Bardin tem grandes lacunas a serem preenchidas por estudos futuros, pois nessa pesquisa apenas o ensino de história foi o seu motivador.

A partir das inquietações apresentadas na introdução deste estudo, e durante uma aula de história, busquei melhor compreender a formação identitária, a importância da escola e a função do ensino de História. Mesmo que parcialmente, concluo que faz-se necessário aproximar o ensino de História, os professores, os alunos, a Escola e o Bairro, evitando sempre que possível a manutenção dos distanciamentos geradores de estereótipos e de preconceitos.

## REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, Eveline. **Escola pública e pobreza no Brasil**: a ampliação para menos. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2009.

ALMEIDA, Luana Costa; STOCO, Sergio. Escolas municipais de Campinas e vulnerabilidade sócio demográfica: primeiras aproximações. **Revista Brasileira de Educação**. V.16, n.48 set./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n48/v16n48a08.pdf>. Acesso: 08/01/2014.

ARAÚJO, Carla. As marcas da violência na constituição da identidade de jovens da periferia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.27, n.1, p. 141-160, jan./jun. 2001. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/298/29827110.pdf>. Acesso: 08/01/2014.

BARBERO, Jesús Martín. **Dos meios as mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Vendetto Vecchi. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**, ou, O Ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. Bourdieu e a questão das classes: Capital simbólico e as classes sociais. **Novos estudos**. n.96. Julho, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n96/a08n96.pdf>. Acesso: 08/01/2014.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**: Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 4ª ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2001.

\_\_\_\_\_. **A miséria do mundo**. 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clinica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BURGOS, Marcelo Baumann. Escola Pública e Segmentos Populares em um Contexto de Construção Institucional da Democracia. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.55, n.4, 2012, p. 1015-1054. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v55n4/v55n4a06.pdf>. Acesso: 10/01/2014.

BURKE, Peter. **Uma História social do Conhecimento II - da enciclopédia à wikipédia**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2012.

CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. 1º ed. 2º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

CATTANI, Antonio Daviz; KIELING, Francisco dos Santos. A escolarização das classes abastadas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 9, nº 18, jun./dez. 2007, p.170-187.

CERRI, Luís Fernando. **Ensino de História e consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

CERRI, Luís Fernando; AGUIRRE, Mariela Coudannes. Jovens e sujeitos da História. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v.37, n.1, p.125-140, jan./jun. 2011. Disponível em:

[http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CBwQFjAA&url=http%3A%2F%2Frevistaseletronicas.pucrs.br%2Ffojs%2Findex.php%2Fiberoamericana%2Farticle%2Fdownload%2F7488%2Fpdf\\_6&ei=edWhU\\_HTJrOqsAS2zoHICw&usg=AFQjCNHu63ZZUnPeyP7M8RRCqNOGru9i1A&sig2=i132EG\\_xzJ9\\_AfaqLdrkhw](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CBwQFjAA&url=http%3A%2F%2Frevistaseletronicas.pucrs.br%2Ffojs%2Findex.php%2Fiberoamericana%2Farticle%2Fdownload%2F7488%2Fpdf_6&ei=edWhU_HTJrOqsAS2zoHICw&usg=AFQjCNHu63ZZUnPeyP7M8RRCqNOGru9i1A&sig2=i132EG_xzJ9_AfaqLdrkhw). Acesso: 10/01/2014.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle Époque**. 3.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. 11(5), 1991. [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141991000100010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141991000100010&script=sci_arttext). Acesso em 11/10/2014.

CONCEIÇÃO, Juliana Pirola da; DIAS, Maria de Fátima Sabino. Ensino de História e consciência histórica latino-americana. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.31, n.62, p.173-191. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v31n62/a10v31n62.pdf>. Acesso: 10/01/2014.

CUNHA, Olívia Maria Gomes; GOMES, Flávio dos Santos. **Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT. **A pesquisa Qualitativa Enfoques epistemológicos e metodológicos**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

Estevão de Rezende. SHMIDT, Auxiliadora. **Jörn Rüsen e o Ensino da História**. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

EUFRÁSIO, Mário Antonio. IDENTIDADE, PERSPECTIVAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS. In: LUCENA, Célia Toledo; GUSMÃO, Neusa Maria Mendes; org. **Discutindo Identidades**. São Paulo: Humanitas/CERU, 226.

FARINA, Geraldo. **História de Nova Prata**. Caxias do sul, EDUCS, 1986.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: um inventário das diferenças. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994.

FIORIO, Angela Francisca Caliman; FERRAÇO; Carlos Eduardo, LYRIO; Kelen Antunes. **Pesquisar com os Cotidianos: os múltiplos contextos vividos pelos/as alunos/as**. Educ.

Real., Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 569-587, maio/ago. 2012. Disponível em: [http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrgs.br/edu_realidade). Acesso: 10/01/ 2014.

FREITAG, Barbara. **Teorias da cidade**. Campinas, SP: Papirus, 2012.

GASKELL, George. Entrevistas Individuais e Grupais. In: BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e Som: um manual prático**. Petropólis: Vozes, 2012.

GILL, Rosalind. Análise de Discurso. In: BAUER, Martin; GASKELL, George. *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e Som: um manual prático*. Petropólis: Vozes, 2012.

GINZBURG, Carlo. **Relações de Força: história, retórica, prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GONÇALVES, Márcia de Almeida. **História local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância**. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlete Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (org.). *Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad & PAPERJ, 2007.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**; tradução de Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 9. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HITA, Maria Gabriela; DUCCINI, Luciana. Da guerra à paz: o nascimento de um ator social no contexto da “nova pobreza” urbana em Salvador Bahia. **Caderno CRH**, Salvador, v.20, n. 50, p.281-297, Mai./Ago. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v20n50/v20n50a07.pdf>. Acesso: 10/01/2014.

HOBSBAWM, Eric J. **A Era das Revoluções: Europa 1789-1848**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

IVO, Anete B. L. Questão social e questão urbana: laços imperfeitos. **Caderno CRH**, Salvador, v.23, n.58, p.17-33, Jan./Abr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v23n58/v23n58a02.pdf> . Acesso em 10/01/2014.

JULIA, Dominique. A cultura Escolar como Objeto Histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. nº1, jan/jun.2001.

LEAL, Maria das graças de Andrade. Conhecendo a cidade, descobrindo o olhar: uma experiência de educação patrimonial com história e fotografia. **História e Ensino**, Londrina, v.17, n.1, p. 123 -147, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CBwQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.uel.br%2Fvistas%2Findex.php%2Fhistensino%2F>

article%2Fdownload%2F11253%2F10024&ei=EmioU9e5AuapsQTutoHgDw&usg=AFQjCN  
GP7r7ytZhODcCSUu53QUrjM5kKGg&sig2=INmsN9q5XIP-  
JNQCfQ1okQ&bvm=bv.69411363,d.b2U. Acesso em 13/05/2014.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.38, n.1, p.13-28, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n1/aop323>. Acesso: 10/01/2014.

LOIZOS, Peter. Vídeo, Filme e Fotografias como Documentos de Pesquisa. In: BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e Som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2012.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MANCUSO, Maria Inês R. MEMÓRIA, REPRESENTAÇÃO E IDENTIDADE. In: LUCENA, Célia Toledo; GUSMÃO, Neusa Maria Mendes; org. **Discutindo Identidades**. São Paulo: Humanitas/CERU, 226.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Paris, 1990.

MORIN, Edgar. **Desafios da Transdisciplinaridade e da Complexidade**. In: AUDY, Jorge Luís Nicolas; MOROSINI, Marília Costa (Orgs.) **Inovação e Interdisciplinaridade na Universidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. **Bourdieu & a educação**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

NORA, Pierre. **ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A problemática dos lugares**. Proj. História, São Paulo, (10), dez. 1993.

PASSOS, Guiomar de Oliveira; GOMES, Marcelo Batista. Nossas escolas não são as vossas: as diferenças de classe. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.28, n.02, p.347-366, Jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edur/v28n2/a16v28n2.pdf>. Acesso 10/01/2014.

PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio cultural consciência e preservação**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

RÜSEN, Jörn. **O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa à consciência moral**. In: BARCA, Izabel. MARTINS, Estevão de Rezende. SHMIDT, Auxiliadora. *Jörn Rüsen e o Ensino da História*, Ed. UFPR, Curitiba, 2011.

SACRISTÁN, J. Gimeno. Educação pública: um modelo ameaçado. In: SILVA, Tomaz Tadeu; GENTILI, Pablo. **Escola S.A.: Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. 1996.

SALVATORI, Maria Ângela. **História, ensino e patrimônio**. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**, 13.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 15.ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença – a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu; GENTILI, Pablo. **Escola S.A.: Quem ganha e quem perdem no mercado educacional do neoliberalismo**. 1996, CNTE e Organizadores.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença – a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2013.

XERRI, Eliana Gasparini. **Nova Prata: uma incursão na história**. Caxias do Sul: Educs, 2004.

VIERTLE, Renate B. ESTUDOS SOBRE “IDENTIDADE”. In: LUCENA, Célia Toledo; GUSMÃO, Neusa Maria Mendes; org. **Discutindo Identidades**. São Paulo: Humanitas/CERU, 226.

VIEIRA, Maria Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. **A pesquisa em história**. 5.ed. São Paulo: Ática, 2007.